

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

行政長官辦公室

第13/2018號行政長官批示

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據第14/1999號行政法規《行政長官及司長辦公室通則》第十八條第四款及第十九條第三款，以及第41/2010號行政長官批示第四款的規定，作出本批示。

陳致平以兼任方式擔任政府發言人，自二零一八年二月二十三日續任至二零二零年二月二十二日。

二零一八年一月十一日

行政長官 崔世安

第14/2018號行政長官批示

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據第41/2010號行政長官批示第四款及第五款的規定，作出本批示。

余文峰以兼任方式擔任助理發言人，自二零一八年二月二十三日續任至二零二零年二月二十二日。

二零一八年一月十一日

行政長官 崔世安

第15/2018號行政長官批示

行政長官行使《澳門特別行政區基本法》第五十條賦予的職權，並根據五月十四日第3/90/M號法律《公共工程及公共服务批給制度的基礎》第五條第一款、第二十三條第一款a)項、第二十四條a)項及第二十六條的規定，作出本批示。

一、為批給路環遊艇停泊區的管理及經營而作公開競投。

二、本批示自公佈日起生效。

二零一八年一月十二日

行政長官 崔世安

GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO

Despacho do Chefe do Executivo n.º 13/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do n.º 4 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º do Regulamento Administrativo n.º 14/1999 (Estatuto do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Secretários), e do n.º 4 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 41/2010, o Chefe do Executivo manda:

É renovada a nomeação, como porta-voz do Governo, em regime de acumulação, de Chan Chi Ping Victor, a partir de 23 de Fevereiro de 2018 a 22 de Fevereiro de 2020.

11 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On.

Despacho do Chefe do Executivo n.º 14/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos dos n.os 4 e 5 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 41/2010, o Chefe do Executivo manda:

É renovada a nomeação, como porta-voz adjunto, em regime de acumulação, de U Man Fong, a partir de 23 de Fevereiro de 2018 a 22 de Fevereiro de 2020.

11 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On.

Despacho do Chefe do Executivo n.º 15/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 50.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º, da alínea a) do artigo 24.º e do artigo 26.º da Lei n.º 3/90/M, de 14 de Maio (Bases do Regime das Concessões de Obras Públicas e Serviços Públicos), o Chefe do Executivo manda:

1. Abrir um concurso público para a concessão da gestão e exploração da área de atracação de iates em Coloane.

2. O presente despacho entra em vigor no dia da sua publicação.

12 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On.

第 1/2018 號行政長官公告

Aviso do Chefe do Executivo n.º 1/2018

行政長官根據第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第五條(三)項及第六條第一款的規定，命令公佈二零一七年十二月五日在澳門簽署的《澳門特別行政區與香港特別行政區對民商事案件相互委托送達司法文書的安排》的中文正式文本及相應的葡文譯本。

二零一八年一月十二日發佈。

行政長官 崔世安

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas), o «Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong», assinado em Macau, em 5 de Dezembro de 2017, no seu texto autêntico em língua chinesa, acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa.

Promulgado em 12 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

澳門特別行政區與香港特別行政區對民商事案件 相互委托送達司法文書的安排

根據《中華人民共和國澳門特別行政區基本法》第九十三條和《中華人民共和國香港特別行政區基本法》第九十五條的規定，澳門特別行政區與香港特別行政區代表通過協商，現就澳門特別行政區與香港特別行政區法院對民商事案件相互委托送達司法文書問題規定如下：

第一條

一、澳門特別行政區法院與香港特別行政區法院可以相互委托送達民商事司法文書。

二、為避免疑問，民商事案件在澳門特別行政區包括民事勞工案件，在香港特別行政區包括勞資審裁處司法管轄權內的申索。

第二條

本安排中的司法文書在澳門特別行政區包括但不限於：起訴狀複本、答辯狀複本、反訴狀複本、上訴狀複本、陳述書、申辯書、聲明異議書、反駁書、申請書、撤訴書、認諾書、和解書、財產目錄、財產分割表、和解建議書、債權人安排書、傳喚書、通知書、法官批示、命令狀、法庭許可令狀、判決書、合議庭裁判書、送達證明書以及其他司法文書和所附相關文件；在香港特別行政區包括但不限於：起訴狀副本、上訴狀副本、傳票、狀詞、誓章、判案書、判決書、裁決書、通知書、法庭命令、送達證明以及其他司法文書和所附相關文件。

第三條

雙方委托送達司法文書，均須通過澳門特別行政區終審法院和香港特別行政區高等法院進行，澳門特別行政區初級法院負責執行委托送達司法文書的請求。

第四條

一、委托方請求送達司法文書，須出具蓋有其印章的委托書，並須在委托書中說明委托機關的名稱、受送達人的姓名或者名稱、詳細地址及案件性質。

二、如委托方請求按特定方式送達或者有特別注意的事項的，應在委托書中注明。

第五條

一、委托書應當以中文文本提出，並且須列明所附司法文書的類別。

二、所附司法文書沒有中文文本的，應當同時提供中文譯本。

三、以上文件一式兩份。受送達人為兩人以上的，每人一式兩份。

第六條

接受及送達司法文書，應當依照受委托方轄區的法律進行。

第七條

委托方請求按照特定方式送達的，如果受委托方認為不違反其轄區的法律，可以按照其特定方式執行。

第八條

如受委托方認為委托書不符合本安排規定，應當及時通知委托方，並說明對委托書的異議。必要時可以要求委托方補充材料。

第九條

不論委托方司法文書中確定的出庭日期或者期限是否已過，受委托方法院均應送達。

第十條

一、委托方應當在合理的期限內提出委托請求，以保證受委托方收到委托書後，可及時完成受托事項。

二、受委托方法院應盡力在自收到委托書之日起兩個月內完成受托事項。

第十一條

受委托方法院在完成司法文書送達事項後，應當出具送達證明書。出具的送達證明書，應當注明送達的方法、地點和日期，及司法文書接收人的身份，并加蓋法院印章。

第十二條

受委托方無法送達的，應當在送達證明書上注明妨礙送達的原因、拒收事由和日期，並及時退回委托書及所附全部文書。

第十三條

受委托方對被委托送達的司法文書的內容和後果不負法律責任。

第十四條

委托方無須支付受委托方在送達司法文書時發生的費用。但受委托方有權要求委托方支付因採用委托方根據第四條在委托書中請求以特定方式送達所產生的費用。

第十五條

本安排在執行過程中遇有問題，應當通過協商解決。

第十六條

本安排將於雙方以書面通知對方已遵從各自為使本安排生效的規定之日起三十日後開始生效。

本安排於二零一七年十二月五日在澳門特別行政區簽署，一式兩份，每份均以中文寫成。

中華人民共和國

中華人民共和國

澳門特別行政區行政法務司司長

香港特別行政區政務司司長

陳海帆

張建宗

Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação ou Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong

De acordo com o disposto no artigo 93.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) da República Popular da China (RPC) e no artigo 95.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK) da RPC, e através de consultas efectuadas entre a RAEM e a RAEHK, é concluído o seguinte Acordo para efeitos de pedidos mútuos de citação ou notificação de actos judiciais em matéria civil e comercial entre os tribunais da RAEM e os tribunais da RAEHK:

Artigo 1.º

1. Os tribunais da RAEM e os tribunais da RAEHK podem reciprocamente confiar a citação ou notificação de actos judiciais em processos civis e comerciais.
2. A fim de evitar qualquer dúvida, matéria civil e comercial inclui os processos em matéria civil laboral, no caso da RAEM, e as reivindicações no âmbito da competência judicial do Tribunal de Trabalho, no caso da RAEHK.

Artigo 2.º

Os actos judiciais referidos no presente Acordo abrangem, entre outros: no caso da RAEM, duplicados da petição inicial, da contestação, da reconvenção e da notificação do recurso, alegação, oposição, reclamação, réplica, requerimento, termos de desistência, confissão ou transacção, relação de bens, mapa da partilha, proposta de concordata, acordo de credores, citação, notificação, despacho judicial, mandado, autorização judicial, sentença, acórdão, certidão de citação ou notificação, bem como outros instrumentos judiciais e documentos inerentes em anexo; no caso da RAEHK, duplicados da petição inicial e da notificação de recurso, intimação, contestação, depoimento, decisão judicial, decisão, acórdão, notificação, ordem judicial, certidões de citação ou notificação, e outros instrumentos judiciais e documentos inerentes em anexo.

Artigo 3.º

Os pedidos de citação ou notificação de actos judiciais devem ser formulados por via do Tribunal de Última Instância da RAEM e do Tribunal Superior da RAEHK. Os pedidos dirigidos à RAEM devem ser executados pelo Tribunal Judicial de Base.

Artigo 4.º

1. Ao solicitar a citação ou notificação de actos judiciais, a parte requerente deve formular o pedido com o seu carimbo oficial devidamente aposto. O pedido deve indicar a designação da parte requerente, o nome ou o cargo e o endereço completo dos destinatários da citação ou notificação, e a natureza do processo.

2. Qualquer forma específica de citação ou notificação exigida pela parte requerente ou quaisquer assuntos que mereçam especial atenção devem ser indicados no pedido.

Artigo 5.º

1. O pedido deve ser redigido em língua chinesa e deve indicar os tipos de actos judiciais inerentes em anexo.

2. No caso de os actos judiciais inerentes em anexo não serem redigidos em língua chinesa, devem ser acompanhados de uma tradução em língua chinesa.

3. Os documentos *supra* referidos devem ser preparados em duplicado. No caso de haver vários destinatários da citação ou notificação, deve ser fornecido um conjunto adicional de duplicados a cada um deles.

Artigo 6.º

A parte requerida deve receber e cumprir a citação ou notificação dos actos judiciais em conformidade com a lei da área da sua jurisdição.

Artigo 7.º

A citação ou notificação pode ser efectuada de uma forma específica exigida pela parte requerente, desde que a parte requerida entenda que tal não viola a lei da área da sua jurisdição.

Artigo 8.º

No caso de a parte requerida entender que o pedido é incompatível com o presente Acordo, deve de imediato notificar a parte requerente e fundamentar a sua oposição ao pedido. Se necessário, a parte requerida pode solicitar informações complementares à parte requerente.

Artigo 9.º

O tribunal da parte requerida deve efectuar a citação ou notificação de actos judiciais da parte requerente, ainda que se encontrem ultrapassados a data ou o prazo fixados para comparência no tribunal constantes do acto.

Artigo 10.º

1. A parte requerente deve formular o pedido de citação ou notificação em prazo razoável, de modo a assegurar que, após a sua recepção, a parte requerida possa cumprir o pedido de forma atempada.

2. O tribunal da parte requerida deve enviar esforços para concluir os assuntos solicitados no prazo de dois meses a contar da data de recepção do pedido.

Artigo 11.º

Efectuada a citação ou notificação dos actos judiciais, o tribunal da parte requerida deve emitir uma certidão de citação ou notificação, com o carimbo oficial devidamente aposto, na qual especifique a forma, o local e a data de citação ou notificação, bem como a identificação da pessoa a quem seja entregue a citação ou notificação.

Artigo 12.º

No caso de a citação ou notificação não puder ser efectuada, a parte requerida deve indicar na certidão de citação ou notificação o(s) motivo(s) para o incumprimento da citação ou notificação, ou, quando a aceitação da citação ou notificação for recusada, o(s) motivos(s) e a data de recusa. O pedido e todos os documentos em anexo devem ser devolvidos imediatamente à parte requerente.

Artigo 13.º

A parte requerida não é legalmente responsável pelo conteúdo nem por quaisquer consequências decorrentes dos actos judiciais solicitados a serem citados ou notificados.

Artigo 14.º

A parte requerente não é obrigada a pagar as despesas da citação ou notificação de actos judiciais incorridas pela parte requerida. Contudo, a parte requerida pode exigir à parte requerente o pagamento dos encargos e despesas resultantes da forma específica de citação ou notificação exigida pela parte requerente no pedido em conformidade com o artigo 4.º

Artigo 15.º

Quaisquer questões decorrentes da aplicação do presente Acordo devem ser resolvidas mediante consultas.

Artigo 16.º

O presente Acordo produz efeitos 30 dias a contar da data na qual as Partes se tiverem notificado reciprocamente por escrito da conclusão das respectivas formalidades necessárias para a entrada em vigor do presente Acordo.

O presente Acordo é assinado em duplicado em língua chinesa, em Macau, aos 5 de Dezembro de 2017.

Chan Hoi Fan

Secretaria para a Administração e Justiça
Região Administrativa Especial de Macau da
República Popular da China

Cheung Kin Chung

Secretário-chefe da Administração
Região Administrativa Especial de Hong Kong
da República Popular da China

第 2/2018 號行政長官公告

行政長官根據第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第六條第一款的規定，命令公佈聯合國安全理事會制裁朝鮮民主主義人民共和國委員會根據第2375 (2017) 號決議第六段的規定編寫有關指認船隻清單的報告的中文譯本。

上指報告的英文正式文本及葡文譯本已透過第63/2017號行政長官公告刊登於二零一七年十一月二十九日第四十八期《澳門特別行政區公報》第二組。

二零一八年一月十二日發佈。

行政長官 崔世安

Aviso do Chefe do Executivo n.º 2/2018

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas), a tradução para a língua chinesa do relatório do Comité de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a República Popular Democrática da Coreia que contém uma lista de navios para designação, aprovada em conformidade com o disposto no n.º 6 da Resolução n.º 2375 (2017).

O citado relatório foi publicado no seu texto autêntico em língua inglesa, acompanhado da tradução para a língua portuguesa, no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau* n.º 48, II Série, de 29 de Novembro de 2017, através do Aviso do Chefe do Executivo n.º 63/2017.

Promulgado em 12 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

安全理事會第 1718 (2006) 號決議所設委員會依照第 2375 (2017) 號決議第 6 段編寫的報告

2017 年 9 月 11 日，安全理事會第 2375 (2017) 號決議決定對來自朝鮮民主主義人民共和國的違禁物項運輸船隻適用第 2371 (2017) 號決議第 6 段規定的措施，指示委員會指認這些船隻，並在第 2375 (2017) 號決議通過後 15 天內向安全理事會提出報告。

為完成上述任務，委員會根據第 2375 (2017) 號決議第 6 段審議了指認船隻清單。

2017 年 10 月 3 日，委員會按照安全理事會的指示採取行動，批准以下指認船隻清單：

1. PETREL 8，海事組織編號：9562233，海上移動業務識別碼：
620233000
2. HAO FAN 6，海事組織編號：8628597，海上移動業務識別碼：
341985000
3. TONG SAN 2，海事組織編號：8937675，海上移動業務識別碼：
445539000
4. JIE SHUN，海事組織編號：8518780，海上移動業務識別碼：
514569000

第 3/2018 號行政長官公告

按照中央人民政府的命令，行政長官根據第3/1999號法律《法規的公佈與格式》第六條第一款的規定，命令公佈聯合國安全理事會於二零一七年七月二十日通過的關於恐怖主義行為對國際和平與安全造成的威脅的第2368 (2017) 號決議的中文及英文正式文本。

二零一八年一月十二日發佈。

行政長官 崔世安

Aviso do Chefe do Executivo n.º 3/2018

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 (Publicação e formulário dos diplomas), por ordem do Governo Popular Central, a Resolução n.º 2368 (2017), adoptada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 20 de Julho de 2017, relativa às ameaças à paz e segurança internacionais causadas por actos terroristas, nos seus textos autênticos em línguas chinesa e inglesa.

Promulgado em 12 de Janeiro de 2018.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On.

第 2368 (2017) 號決議

安全理事會 2017 年 7 月 20 日第 8007 次會議通過

安全理事會，

回顧其第 1267(1999)、1333(2000)、1363(2001)、1373(2001)、
1390(2002)、1452(2002)、1455(2003)、1526(2004)、1566(2004)、
1617(2005)、1624(2005)、1699(2006)、1730(2006)、1735(2006)、
1822(2008)、1904(2009)、1988(2011)、1989(2011)、2083(2012)、
2133(2014)、2161(2014)、2170(2014)、2178(2014)、2195(2014)、
2199(2015)、2214(2015)、2249(2015)、2253(2015)、2309(2016)、
2322(2016)、2331(2016)、2341(2017)、2347(2017)和 2354(2017)
號決議，

重申一切形式和表現的恐怖主義都是對和平與安全的最嚴重威脅之一，任何恐怖主義行為，不論其動機為何，在何時何地發生，何人所為，都是不可開脫的犯罪行為，再次斷然譴責伊拉克和黎凡特伊斯蘭國（伊黎伊斯蘭國，又稱“達伊沙”）、基地組織以及相關個人、團體、企業和實體不斷多次犯下恐怖主義罪行，其目的是造成無辜平民和其他受害者死亡，財產損毀，嚴重破壞穩定，

認識到恐怖主義對國際和平與安全構成威脅，要消除這一威脅，就要在尊重國際法和《聯合國憲章》的基礎上，在國家、區域和國際各級集體做出努力，

重申不能也不應將恐怖主義與任何宗教、國籍或文明聯繫起來，

表示最嚴重關切伊黎伊斯蘭國和基地組織在世界各地的存在、它們的暴力極端主義思想和行動以及它們的附屬者數目日增，

重申安理會承諾根據《聯合國憲章》尊重所有國家的主權、領土完整和政治獨立，

回顧會員國履行它們根據《聯合國憲章》承擔的所有義務的重要性，

特別指出聯合國，特別是聯合國安全理事會，在促進反恐怖主義國際合作方面的重要作用，

強調指出會員國在打擊恐怖主義行為和打擊助長恐怖主義的暴力極端主義方面負有首要責任，

回顧關於恐怖主義行為對國際和平與安全造成的威脅的2013年1月15日(S/PRST/2013/1)、2014年7月28日(S/PRST/2014/14)、2014年11月19日(S/PRST/2014/23)、2015年5月29日(S/PRST/2015/11)、2015年7月28日(S/PRST/2015/14)、2016年5月11日(S/PRST/2016/6)和2016年5月13日(S/PRST/2016/7)安全理事會主席聲明，

重申需要根據《聯合國憲章》和國際法，包括適用的國際人權法、國際難民法和國際人道主義法，採取一切手段抗擊恐怖主義行為對國際和平與安全造成的威脅，為此，強調指出聯合國在領導和協調這項努力方面的重大作用，

認識到發展、安全和人權相輔相成，對於採取有效和全面辦法打擊恐怖主義至關重要，着重指出應把確保可持續和平與安全作為反恐戰略的一項具體目標，

重申其第 1373 (2001) 號決議，特別是其中關於所有國家應防止和制止資助恐怖主義行為、不向參與恐怖主義行為的實體或個人主動或被動提供任何形式支持，包括制止恐怖主義團體招募成員和取締向恐怖主義分子供應武器的決定，

敦促所有國家包括有伊黎伊斯蘭國存在的國家，通過加強邊界安全等辦法，防止與伊黎伊斯蘭國、基地組織以及與之有關聯的個人、團體、企業和實體發生一切貿易、經濟和金融聯繫，

強調指出只有採取由所有國家、國際組織和區域組織積極參與和配合的持久和全面辦法，遏止、削弱、孤立和化解恐怖主義威脅，才能戰勝恐怖主義，

強調制裁是《聯合國憲章》規定的維護和恢復國際和平與安全包括支持打擊恐怖主義的一個重要手段，在這方面，強調指出需要有力執行本決議第 1 段所述措施，

強調指出 1267/1989/2253 伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁委員會在查明可能違反第 1 段所規定措施方面發揮重要作用，包括委員會為根據個案情況確定適當行動方針所發揮的作用，

回顧伊黎伊斯蘭國是基地組織的一個分化團體，還回顧任何支持伊黎伊斯蘭國或基地組織的個人、團體、企業或實體都可以被列入名單，

譴責伊黎伊斯蘭國最近在世界各地頻繁實施恐怖主義襲擊，造成大量傷亡，伊黎伊斯蘭國仍在嚴重、蓄意和普遍踐踏人權和違反國際人道主義法，認識到制裁需要反映當前威脅，在這方面，回顧第 2249 (2015) 號決議第 7 段，

回顧所有國家都應在對資助或支持恐怖主義行為案件的刑事調查或刑事訴訟方面彼此提供最大限度的協助，包括協助獲取各自掌握的必要訴訟證據，敦促各國按照國際法規定的義務行事，以便查出任何支持、協助、參與或企圖參與直接或間接為恐怖主義分子或恐怖主義團體的活動籌措資金的人，將其繩之以法、引渡或起訴，

提醒所有國家注意，它們有義務對第 1267 (1999)、1333 (2000)、1989 (2011)、2083 (2012)、2161 (2014) 和 2253 (2015) 號決議所定伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的所有個人、團體、企業和實體採取第 1 段所述措施，而不論這些個人、團體、企業或實體的國籍或所在地為何，

敦促所有會員國積極參與維持和更新伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單，提供關於現有列名的補充信息，酌情提出除名申請，並查明應受本決議第 1 段所述措施制裁的其他個人、團體、企業和實體並提出將其列入名單，

提醒伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁委員會迅速並根據個案情況，將不再符合本決議所述列名標準的個人和實體從名單中刪除，歡迎改進委員會伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單的程序和格式，表示打算繼續努力確保這些程序公平清晰，認識到本決議第 1 段規定由會員國採取的措施所面臨法律及其他挑戰，

認識到會員國打擊恐怖主義和打擊資助恐怖主義分子行為的能力建設很重要，

再次歡迎第 1904 (2009) 號決議設立了監察員辦公室，第 1989 (2011)、2083 (2012)、2161 (2015) 和 2253 (2015) 號決議又加

強了監察員的任務規定，注意到監察員辦公室在加強公平性和透明度方面做出重大貢獻，回顧安全理事會堅定致力於確保監察員辦公室能夠繼續按照任務規定有效和獨立地發揮作用，

歡迎監察員向安全理事會提交半年期報告，包括 2011 年 1 月 21 日、2011 年 7 月 22 日、2012 年 1 月 20 日、2012 年 7 月 30 日、2013 年 1 月 31 日、2013 年 7 月 31 日、2014 年 1 月 31 日、2014 年 7 月 31 日和 2015 年 2 月 2 日提交的報告，

歡迎委員會與國際刑警組織、聯合國毒品和犯罪問題辦公室（特別在技術援助和能力建設方面）以及所有其他聯合國機構持續開展合作，大力鼓勵進一步與聯合國反恐怖主義執行工作隊（反恐執行工作隊）互動協作，以確保聯合國系統反恐工作的整體協調一致，歡迎秘書長提出的將當前反恐執行工作隊和聯合國反恐怖主義中心併入反恐怖主義辦公室的倡議，

回顧其第 2199 (2015) 和 2133 號 (2014) 號決議強烈譴責恐怖主義團體為任何目的、包括為籌集資金或贏得政治讓步而實施的綁架和劫持人質，表示決心根據適用的國際法，防止恐怖主義團體綁架和劫持人質，在不支付贖金或不作出政治讓步的情況下謀求人質安全獲釋；再次促請所有會員國防止恐怖主義分子直接或間接得益於支付贖金或政治讓步，並使人質安全獲釋，歡迎全球反恐怖主義論壇 2015 年 9 月通過《關於防止和不讓恐怖主義分子通過綁架索贖獲益的良好做法的阿爾及爾備忘錄增編》，並敦促會員國對伊黎伊斯蘭國、基地組織及其附屬的綁架和劫持人質行為保持警惕，

嚴重關切伊黎伊斯蘭國、基地組織以及相關個人、團體、企業和實體繼續通過參與跨國有組織犯罪獲益，表示關切在一些地區中，恐

怖主義分子通過跨國有組織犯罪獲益，包括通過販運武器、人口、毒品和文物以及通過非法買賣自然資源包括黃金和其他貴金屬和寶石、礦物、野生動植物、木炭、石油和石油產品，以及通過綁架索取贖金和其他犯罪行為，包括進行敲詐和搶劫銀行獲益，

認識到需要採取措施防止和制止資助恐怖主義、恐怖主義組織和恐怖主義分子，即便它們與某一具體恐怖主義行為無關，包括使用有組織犯罪、特別是非法生產和販運毒品及其化學前體所獲收入的資助行為，並回顧第 1452 (2002) 號決議第 5 段，

認識到會員國需要防止由恐怖主義分子實施和為恐怖主義分子實施的濫用非政府、非營利慈善組織行為，注意到持續開展的打擊資助恐怖主義的國際運動已查明恐怖主義分子和恐怖主義組織利用慈善部門的一些非營利組織籌集和轉移資金、提供後勤支持、鼓勵恐怖主義分子招募人員或以其他方式支持恐怖主義組織和恐怖主義行動的個案，促請非政府、非營利慈善組織酌情防止和反對恐怖主義分子企圖通過減輕風險措施濫用這些組織的地位，同時回顧必須充分尊重民間社會個人的表達和結社自由以及宗教或信仰自由，歡迎金融行動任務組在建議 8 中發佈的 2016 年訂正國際標準和指導方針，包括建議採取更適當的、基於風險的方法，並建議政府與非營利部門互動協作，適當有效地減少恐怖主義分子的濫用行為，並在必要時採取適當行動，注意到各國採取的任何此種措施都應符合其國際義務，重申各國應查明那些被恐怖主義分子或恐怖主義組織利用或在知情情況下支持恐怖主義分子和恐怖主義組織的非營利組織，對它們採取有效適當的行動，同時考慮到案件的具體情況，

回顧安理會決定會員國應取締對恐怖主義分子的武器供應，包括小武器和輕武器，並回顧安理會促請各國設法加緊和加速交換有關武器販運活動的行動信息，並加強國家、次區域、區域和國際各級的工作協調，

強烈譴責包括小武器和輕武器在內的各類武器、軍事裝備、無人駕駛飛機系統（無人機系統）及其部件以及簡易爆炸裝置部件繼續流入伊黎伊斯蘭國、基地組織及其附屬機構和相關團體、非法武裝團體和犯罪分子之手並在他們之間相互流通，鼓勵會員國防止和切斷伊黎伊斯蘭國、基地組織以及相關個人、團體、企業和實體之間採購此類武器、系統和部件的網絡，包括提出相關列名申請，

表示關切在全球化社會中，恐怖主義分子及其支持者越來越多地利用新的信息和通信技術特別是因特網協助開展恐怖主義行動，並用這些技術進行煽動、招募、籌資或籌劃恐怖主義行動，

強調指出需要對伊黎伊斯蘭國（達伊沙）、基地組織及相關個人、團體、企業和實體利用宣傳煽動和招募他人實施恐怖主義行為的方式進行有效打擊，在這方面，還回顧第 2354 (2017) 號決議以及載有建議採取的準則及良好做法的“反擊恐怖主義宣傳的綜合性國際框架” (S/2017/375)，

表示關切國際上應招加入伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關團體的人絡繹不絕，而且這一現象規模龐大，回顧其第 2178 (2014) 號決議決定，會員國應根據國際人權法、國際難民法和國際人道主義法，防止和制止招募、組織、運送或裝備外國恐怖主義作戰人員以及資助他們的旅行和活動，

重申會員國在掌握可靠情報有合理理由認為有人為參與第 2178 (2014) 號決議第 6 段所述與外國恐怖主義作戰人員有關的活動而試圖在本國入境或過境時，有義務防止此人在本國入境或過境，還重申會員國有義務根據適用的國際法，阻止恐怖主義團體出行，除其他外，有效控制邊界，並為此迅速交換情報，改進主管當局之間的合作以防止恐怖主義分子和恐怖主義團體進出本國領土，防止向恐怖主義分子供應武器和提供可能支持恐怖主義分子的資助，

表示關切越來越多的外國恐怖主義作戰人員離開武裝衝突區，返回原籍國，從其他會員國過境並前往、遷入或遷出其他會員國，鼓勵會員國在政府內部和政府之間酌情分享關於外國恐怖主義作戰人員資金流動和動向的相關信息，以減輕他們構成的風險，

促請會員國根據國際法和國內法，通過適當渠道和安排，繼續分享關於參與恐怖主義活動的個人、團體、企業和實體，特別是其武器供應和物質支持來源的信息，以及目前進行的國際反恐協調，包括特勤部門、安全機構、執法組織和刑事司法當局之間國際反恐協調的信息，

譴責直接或間接同伊黎伊斯蘭國、努斯拉陣線和委員會指認的相關個人、團體、企業和實體進行交易，特別是買賣石油和石油產品、組合式煉油廠和包括化學品及潤滑劑在內的相關物資，重申這種交易就是對此類個人、團體、企業和實體提供支持，委員會可因此追加列名，

譴責毀壞伊拉克和敘利亞境內文化遺產的行為，尤其是伊黎伊斯蘭國和努斯拉陣線的這種行為，包括有針對性地破壞宗教場所和物品；回顧安理會決定所有會員國都應採取適當步驟，防止買賣 1990

年 8 月 6 日後從伊拉克和 2011 年 3 月 15 日後從敘利亞非法流出的伊拉克和敘利亞文物和其他具有考古、歷史、文化意義、罕見科學意義和宗教意義的物品，包括禁止越境買賣這些物品，從而使這些物品能夠最終安全回到伊拉克和敘利亞人民手中，

回顧第 2178（2014）號決議表示關切伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體繼續對國際和平與安全構成威脅，重申安理會決心在所有方面應對這一威脅，包括外國恐怖主義作戰人員實施的恐怖主義行為，

最強烈地譴責伊黎伊斯蘭國、努斯拉陣線及相關個人、團體、企業和實體綁架婦女和兒童行為，並回顧第 2242（2015）號決議，對婦女和兒童遭受這些實體的剝削和虐待，包括強姦、性暴力、強迫婚姻和奴役表示憤慨，鼓勵所有掌握相關證據的國家和非國家行為體將證據以及此類販運人口行為及相關剝削和虐待形式可能為犯罪人提供財政支持的信息一併提請安理會注意，強調本決議要求各國確保本國國民和本國境內的人員不向伊黎伊斯蘭國提供任何資金、金融資產或經濟資源，並指出任何直接或間接向伊黎伊斯蘭國轉移此種剝削和虐待行為所獲資金的個人或實體都可以被委員會列入名單，

回顧其第 2331（2016）號決議譴責一切販運行為，還表示打算邀請負責衝突中性暴力問題秘書長特別代表和負責兒童與武裝衝突問題秘書長特別代表根據委員會的議事規則，向委員會介紹情況並提供相關信息，包括酌情提供可能符合委員會指認標準的販運人口參與者的姓名；

歡迎秘書處努力制訂聯合國所有制裁名單的標準格式，以協助各國當局開展執行工作，還歡迎秘書處努力把所有名單條目和列名理由

簡述翻譯成聯合國所有正式語文，並鼓勵秘書處在監測組協助下酌情繼續開展工作，採用委員會核准的數據模式，

根據《聯合國憲章》第七章採取行動，

措施

1. 決定所有國家應對伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體採取先前第 1333 (2000) 號決議第 8 (c) 段、第 1390 (2002) 號決議第 1 和 2 段和第 1989 (2011) 號決議第 1 和 4 段規定的下述措施：

資產凍結

(a) 毫不拖延地凍結這些個人、團體、企業和實體的資金和其他金融資產或經濟資源，包括他們、代表其行事的人或按照其指示行事的人直接或間接擁有或控制的財產所衍生的資金，並確保本國國民或本國境內的人不直接或間接為這些人的利益提供此種或任何其他資金、金融資產或經濟資源；

旅行禁令

(b) 阻止這些人入境或過境，但本段的規定絕不強制任何國家拒絕本國國民入境或要求本國國民離境，本段也不適用於為履行司法程序而必須入境或過境的情況，或委員會僅根據個案情況認定有正當理由入境或過境的情況；

武器禁運

(c) 阻止從本國國境、或由境外本國國民、或使用懸掛本國國旗的船隻或飛機向這些個人、團體、企業和實體直接或間接供應、銷售

或轉讓軍火和各種有關物資，包括武器和彈藥、軍用車輛和裝備、準軍事裝備及上述物資的備件，以及與軍事活動有關的技術諮詢、援助或培訓；

列名標準

2. 決定，表明個人、團體、企業或實體與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯並因此可以被列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單的行為或活動包括：

(a) 參與資助、籌劃、協助、籌備或實施基地組織、伊黎伊斯蘭國或其任何基層組織、附屬機構、分化團體或衍生組織所實施、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或為向其提供支持而實施的行為或活動；

(b) 為其供應、銷售或轉讓軍火和有關物資；

(c) 為其招募人員；或以其他方式支持其行為或活動；

3. 指出此種資助或支持手段包括但不限於使用包括非法種植、生產及販運毒品及其前體在內的犯罪行為所得收入；

4. 確認任何由與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯的個人、團體、企業或實體，包括被列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單者，直接或間接擁有或控制、或以其他方式向其提供支持的個人、團體、企業或實體，均可列入名單；

5. 確認上文第 1(a)段的規定適用於所有類別的金融和經濟資源，其中包括但不限於用來提供因特網託管服務和相關服務，用來支持基地組織、伊黎伊斯蘭國和伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制

裁名單上的其他個人、團體、企業或實體的資源；

6. 確認上文第 1(a) 段的規定適用於直接或間接提供給名單所列個人或供其使用的旅行資金、金融資產或經濟資源，包括交通和住宿費用，此種旅行資金、其他金融資產或經濟資源只能根據經第 1735 (2006) 號決議修訂的第 1452 (2002) 號決議第 1 和 2 段和下文第 10、80 和 81 段規定的豁免程序提供；

7. 指出上文第 1(a) 段的規定適用於涉及任何使伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單所列個人、團體、企業和實體受益的資金、經濟資源或創收活動的資金交易，其中包括但不限於名單所列個人、團體、企業和實體從事的石油產品、自然資源、化學品或農產品、武器或者文物買賣、綁架索贖以及包括販運人口、敲詐勒索、搶劫銀行在內的其他犯罪行為所得收入；

8. 確認上文第 1(a) 段的規定還應適用於向伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單所列個人、團體、企業或實體支付贖金，而不論贖金的支付方式或支付人為何；

9. 重申會員國可允許在已依照上文第 1 段規定凍結的帳戶中存入任何以被列名個人、團體、企業或實體為受益人的付款，但任何此種付款仍須受上文第 1 段的規定制約並予以凍結；

10. 鼓勵會員國利用第 1452 (2002) 號決議第 1 和 2 段作出並經第 1735 (2006) 號決議修正的可豁免上文第 1(a) 段所述措施的規定，確認必須由會員國、個人或監察員酌情提交旅行禁令豁免申請，包括在名單所列個人為履行宗教義務進行旅行時提交申請，指出第 1730 (2006) 號決議設立的協調人機制可按下文第 81 段所述，接收

伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的個人、團體、企業或實體提交、或由他人代為提交、或其法律代理人或財產代管人提交的豁免申請供委員會審議；

措施的執行

11. 重申所有國家都必須制訂並在必要時採用適當程序，全面執行上文第 1 段所述措施的各個方面，

12. 重申必須追究恐怖主義行為實施者、組織者或支持者的責任，回顧安理會第 1373（2001）號決議決定，會員國應在涉及資助或支持恐怖主義行為的刑事調查或刑事訴訟中互相給予最大程度的協助，包括協助取得本國掌握的必要訴訟證據，着重指出，對伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業或實體進行的這種調查或訴訟必須履行這一義務，並敦促會員國依照本國根據國際法承擔的義務，在這種調查或訴訟中充分開展協調，特別是與發生恐怖主義行為的國家或本國公民遭遇恐怖主義行為的國家開展協調，以便查出任何支持、協助、參與或企圖參與為伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體的活動提供直接或間接資助的人，將其繩之以法，進行引渡或起訴；

13. 重申會員國有義務確保本國國民和本國境內人員不向伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體提供經濟資源，並回顧這一義務適用於石油和經提煉石油產品、組合式煉油廠、包括化學品和潤滑劑在內的相關物資和其他自然資源的直接和間接買賣，還回顧所有會員國必須履行其義務，確保本國國民和本國境內人員不向委員會指認的個人和實體、或代表被指認個人和實體或按其指示行事的個人或實體捐款；

14. 鼓勵所有會員國更積極地向委員會提交列名申請，將支持伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體的個人和實體列入名單，並指示委員會按照第 2199 (2015) 號決議的規定，立即考慮指認從事資助、支持、協助行為或活動的個人和實體，包括與伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體進行石油和文物交易相關活動的個人和實體；

15. 回顧其第 2331 (2016) 號決議，重申打算考慮對參與在武裝衝突地區販運人口和在衝突中從事性暴力的與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯的個人和實體實施定向制裁，並鼓勵所有會員國考慮就此向委員會提交列名申請；

16. 表示日益關切第 1267 (1999)、1989 (2011)、2199 (2015) 和 2253 (2015) 號決議未獲執行，包括會員國沒有向委員會充分報告為遵守委員會規定所採取的措施，促請會員國採取必要措施，履行第 2199 (2015) 號決議第 12 段為其規定的義務，向委員會報告在本國領土內攔截向伊黎伊斯蘭國或努斯拉陣線移交或從其手中轉出的石油、石油產品、組合式煉油廠和相關物資的情況，促請會員國還報告攔截文物情況，以及因此類活動起訴個人和實體的結果；

17. 強烈敦促所有會員國執行金融行動任務組關於打擊洗錢、資助恐怖主義和擴散的四十項修訂建議，特別是關於對恐怖主義和資助恐怖主義行為進行定向金融制裁的建議 6 中的綜合國際標準；採用金融行動任務組關於建議 6 的解釋性說明中的內容，最終目的是按照金融行動任務組方法中即期成果 10 的有關目標，有效防止恐怖主義分子籌集、轉移和使用資金；表示注意到，除其他外，切實對恐怖主義和資助恐怖主義行為進行定向金融制裁的相關最佳做法，以及需要有

適當的法律依據和程序來採用和執行不以刑事訴訟為前提的定向金融制裁；採用證明有“合理理由”或“合理依據”的證據標準，並有能力從所有相關來源收集或獲取儘可能多的信息；

18. 歡迎金融行動任務組最近關於資助恐怖主義組織伊黎伊斯蘭國問題的報告（2015年2月印發）和關於資助恐怖主義新風險的報告（2015年10月印發）以及金融行動任務組當前就資助恐怖主義行為問題開展的工作，包括擬訂與資助恐怖主義行為有關的風險指標，還歡迎金融行動任務組最近關於將資助恐怖主義行為定為刑事罪的指導意見（2016年10月），包括建議5的解釋性說明，澄清建議5適用於“資金或其他資產”，並澄清該用語涵蓋最廣泛的金融資產和經濟資源，包括石油及石油產品和其他自然資源，以及可用於獲取資金的其他資產和第2178（2014）號決議的相關內容，特別是澄清資助恐怖主義包括資助個人以實施、策劃、籌備或參與恐怖主義行為或提供或接受恐怖主義培訓為目的前往或企圖前往其居住國或國籍國之外的國家，並重點指出金融行動任務組建議5適用於為任何目的資助恐怖主義組織或恐怖主義分子，包括但不限於招募、培訓或旅行，即便它與某一具體恐怖主義行為無關；

19. 鼓勵金融行動任務組繼續努力優先打擊資助恐怖主義行為，尤其是查明哪些會員國在打擊洗錢和資助恐怖主義方面存在重大戰略缺陷，妨礙了會員國有效打擊資助恐怖主義，包括打擊伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、實體、企業資助恐怖主義的行為，並與這些會員國展開合作，為此重申向這些群體提供經濟資源顯然違反本決議和其他相關決議，是不能接受的；

20. 澄清第 1373 (2001) 號決議第 1 (d) 段規定的義務適用於直接或間接提供資金、金融資產或經濟資源，或提供金融服務或其他有關服務，供恐怖主義組織或恐怖主義分子用於任何目的，包括但不限於招募、培訓或旅行，即便它與某一具體恐怖主義行為無關；

21. 促請各國確保已在國內法律和法規中將蓄意違反第 1373 (2001) 號決議第 1 (d) 段所載禁令的行為定為重罪；

22. 促請會員國積極果斷地採取行動，按第 1 (a) 段的規定，切斷流向伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單所列個人、團體、企業和實體的資金、其他金融資產和經濟資源，同時考慮到金融行動任務組的相關建議以及旨在提高金融透明度的國際標準，包括切實監督貨幣價值轉移系統，查出並防止為支持恐怖主義而進行的實物貨幣越境流動，並採用基於風險的方法保護非營利組織不被恐怖主義分子所濫用，同時努力減輕所有這些手段對合法活動造成的影響；

23. 敦促會員國對將信息和通信技術用於恐怖主義目的保持警惕並合作採取行動，在尊重人權和基本自由並履行國際法義務同時，防止恐怖主義分子為恐怖主義目的招募人員和籌集資金，並阻止他們在互聯網和社交媒體上從事暴力極端主義宣傳和煽動暴力，包括編製有效的反恐宣傳材料，強調指出在此努力中與民間社會和私營部門合作的重要性；

24. 敦促會員國儘可能廣泛地提高對伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單的認識，包括提高國內機構、私營部門和大眾的認識，確保有效執行上文第 1 段所載措施，鼓勵會員國敦促本國公司、財產登記部門和其他相關公共和私人登記部門定期對照伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單，排查現有數據庫，包括但不限於

載有合法和（或）實益所有權信息的數據庫；

25. 重點指出必須在打擊資助恐怖主義行為方面與私營部門建立強有力的關係，歡迎金融行動任務組為制定資助恐怖主義行為相關風險指標所開展的工作，促請會員國與金融機構展開互動，分享資助恐怖主義風險的信息，為查明涉及伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體的潛在資助恐怖主義活動的工作提供更多依據，在打擊資助恐怖主義行為方面加強政府與私營部門之間以及私營部門各實體之間的關係；

26. 特別指出向伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體支付贖金仍然是支持其招募行為、加強其組織和實施恐怖襲擊的行動能力和助長今後綁架索贖事件的一個收入來源，重申第 2133 (2014) 號決議促請會員國不讓恐怖主義分子直接或間接得益於支付贖金或政治讓步，爭取人質安全獲釋；

27. 敦促會員國對伊黎伊斯蘭國及其附屬者在世界各地日趨壯大保持警惕，還敦促會員國查明符合本決議第 2 段所列標準的個人、團體、企業和實體並提出將其列入名單；

28. 確認各國政府為有效打擊資助恐怖主義行為，在政府內部和相互之間共享信息的重要性，促請會員國繼續對相關金融交易保持警惕，增強政府內部及相互之間通過多種機構和渠道，包括執法、情報、安保、金融情報等單位共享信息的能力和做法，並促請會員國進一步將金融情報與提供給各國政府的其他類型信息相互整合，並更好地使用金融情報，以更有效地消除伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體所構成的資助恐怖主義威脅；

29. 決定會員國應為防止伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體獲取、經手、儲存、使用或謀取各類爆炸物，不論是軍用、民用或簡易爆炸物，以及可用於製造簡易爆炸裝置或非常規武器的原材料和部件，包括（但不限於）化學部件、雷管、導爆索或毒藥，採取適當措施，促使參與生產、銷售、供應、採購、移交和儲存這些材料的本國國民、受其管轄的人員和在其境內組建或受其管轄的實體提高警惕，包括發佈良好做法，還鼓勵會員國為消除簡易爆炸裝置共享信息，建立夥伴關係，制定國家戰略和建立本國能力；

30. 鼓勵會員國包括通過其常駐代表團以及相關國際組織與委員會舉行會議，深入討論任何相關問題；

31. 敦促所有會員國在執行上文第1段所述措施時，確保儘快根據本國法律和慣例註銷假冒、偽造、失竊和遺失的護照和其他旅行證件，使其不再流通，並通過國際刑警組織數據庫與其他會員國分享這些證件的信息；

32. 鼓勵會員國根據本國法律和慣例，與私營部門分享其國家數據庫中與假冒、偽造、失竊和遺失的歸本國管轄的身份證件或旅行證件有關的信息，並在發現有被列名者使用虛假身份，包括為取得信貸或假造旅行證件這樣做時，向委員會提供這方面的信息；

33. 鼓勵會員國在向列入名單者頒發旅行證件時酌情進行加註，表明持證人被禁止旅行和適用相應豁免手續；

34. 鼓勵會員國在考慮是否批准旅行簽證申請時核對伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單，以便有效執行旅行禁令；

35. 重申第 2178 (2014) 號決議促請會員國要求在其境內營運的航空公司將旅客信息預報發給國家主管部門，以發現委員會指認的個人通過民用飛機從其領土出發，或企圖入境或過境的情況，並再次促請會員國酌情並依照國內法和國際義務向委員會報告這些人從其領土出發，或企圖入境或過境的情況，並與居住國或國籍國共享這一信息；

36. 促請會員國增強處理旅客姓名記錄數據的能力，確保相關國家主管部門在充分尊重人權和基本自由的情況下，使用旅客姓名記錄數據預防、偵查和調查恐怖主義罪行，鼓勵會員國要求其管轄的航空公司酌情向相關國家當局提供旅客姓名記錄；

37. 重申其第 2178 (2014) 號決議決定，所有會員國務必確保在本國法律和條例中，以適當反映該決議第 6 段所述此類外國恐怖主義作戰人員相關活動嚴重性的方式，訂立足以保障起訴和懲處能力的刑事重罪；

38. 鼓勵會員國在發現伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上被列名者旅行時，迅速同其他會員國特別是旅行起始國、目的地國和過境國分享信息；

39. 促請會員國依照國內法和國際法，加強國際、區域和次區域合作，包括加強信息共享，解決外國恐怖主義作戰人員返回原籍國、過境、前往、遷入或遷出其他會員國的問題，以查明外國恐怖主義作戰人員的這類流動，分享和採取最佳做法，並更好地了解外國恐怖主義作戰人員所採用的旅行和供資模式；

40. 敦促會員國通過雙邊或多邊機制並依照國內法和國際法，迅速與外國恐怖主義作戰人員國籍所在會員國交流外國恐怖主義作戰人員的身份信息，適當包括持有一國以上國籍的外國恐怖主義作戰人員的身份信息，並依照適用的國際法和國內法，確保這些會員國的領事能探訪被拘留的本國國民；

41. 鼓勵指認國通知監測組國內法院或其他司法主管部門是否已審查了列入名單者的案件，是否已經啟動任何司法程序，並在提交其標準列名表格時附上任何其他相關信息；

42. 鼓勵所有會員國指定國家協調人，負責就執行上文第2段所述措施相關問題和評估伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體的威脅等事項，同委員會和監測組進行聯繫；

43. 鼓勵所有會員國向委員會報告執行上文第2段所述措施過程中的障礙，以協助提供技術援助；

44. 促請所有國家至遲於本決議通過之日起120天內，就本決議第2段所述措施的執行情況，包括酌情開展的相關強制行動，向委員會提交最新報告；

委員會

45. 指示委員會繼續確保有公平和明確的程序，用於將個人、團體、企業和實體列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單、將名字從名單上刪除以及給予第1452（2002）號決議規定的豁免，並指示委員會為支持這些目標不斷積極審查其準則；

46. 請委員會至少每年一次通過委員會主席向安理會報告關於會員國執行工作的結論，提出並建議採取必要步驟改進執行情況，並

酌情同其他委員會主席一起報告委員會和監測組的總體工作，表示安理會打算至少每年一次就委員會的工作舉行非正式磋商，還請委員會主席定期向所有有關會員國通報情況；

47. 指示委員會查明可能未遵守上文第 1 段所述措施的情況，針對每一種情況提出適當的行動方針，指示主席在根據第 46 段向安理會提交的定期報告中彙報委員會在這個問題上的工作進展情況；

48. 確認委員會審理的事項最長應在六個月內審理完畢，除非委員會按照其準則，根據個案情況認定因情況特殊而需要更多時間進行審議；

49. 請委員會應會員國的請求，通過監測組或聯合國專門機構協助提供能力建設援助，以加強對各項措施的執行；

列名

50. 鼓勵所有會員國向委員會提交以任何手段參與資助或支持伊黎伊斯蘭國、基地組織以及有關聯個人、團體、企業和實體的行為或活動的個人、團體、企業和實體的名字，供委員會列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單；

51. 重申會員國在向委員會提交名字供列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單時，應使用委員會網站上提供的列名標準格式，並說明原因，其中應列出儘量詳細、具體的理由，說明為何要將其列入名單，並儘可能多地提供擬議列名的相關信息，特別是提供足夠的識別信息，以便準確和肯定地識別有關個人、團體、企業和實體，並儘可能提供國際刑警組織頒發特別通告所需要的信息，並重申除會員國向委員會指明應予保密的部分外，原因陳述應根據請求可予公

開，並可用於編寫第 55 段所述列名理由簡述；

52. 重申提出新列名的會員國以及在本決議通過之前提交名字供列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單的會員國應說明，委員會或監察員可否披露該締約國的指認國身份；

53. 鼓勵會員國根據本國立法，提交其獲得的供列入國際刑警組織-聯合國安全理事會特別通告的人的照片和其他生物鑑別信息；

54. 指示委員會視需要根據本決議的規定繼續更新標準列名表格；又指示監察組向委員會報告還可以採取哪些步驟改進伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單和綜合制裁名單的質量，包括改進識別信息，並採取哪些步驟確保為名單上的所有個人、團體、企業和實體發佈國際刑警組織-聯合國特別通告；還指示秘書處在監測組協助下，執行、傳播和維持委員會核准的所有正式語文的數據模型，並請秘書長在這方面提供更多資源；

55. 指示委員會在伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單中增列名字的同時，在監測組的協助下並與相關指認國協調，在委員會網站上登載儘量詳細、具體的列名理由簡述以及其他相關信息；

56. 鼓勵會員國及相關國際組織和機構將任何相關法院裁定和訴訟程序通知委員會，以便委員會能夠在審查相應列名或更新列名理由簡述時加以考慮；

57. 促請委員會和監察組所有成員向委員會提供他們可能掌握的任何會員國列名申請資料，以便使這些資料能夠幫助委員會就有關列名作出知情決定，並為第 54 段所述列名理由簡述提供更多材料；

58. 重申秘書處應在某個名字被增列於伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單公佈後三個工作日內，通知有關個人或實體據信所在國家的常駐代表團，如果是個人，還應通知此人的國籍國（如已掌握此信息），請秘書處在把某個名字列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單後，立即在委員會網站上公佈所有可公開發表的相關信息，包括列名理由簡述；

59. 重申要求會員國根據本國法律和慣例，採取一切可能措施，將列名一事及時通知或告知被列名的個人或實體，並在通知中附上列名理由簡述、關於按相關決議列入名單的後果說明、委員會審議除名申請程序，包括可否根據第 2083 (2012) 號決議第 43 段和本決議附件二向監察員提出這一申請以及第 1452 (2002) 號決議和本決議第 83 段和第 1 (b) 段關於可以豁免的規定，包括可否根據本決議第 11 和 83 段通過協調人機制提交這一申請；

審查除名申請——監察員/會員國

60. 決定將本決議附件二所列程序規定的第 1904 (2009) 號決議所設監察員辦公室的任務自監察員辦公室本任務期 2019 年 12 月到期之日起延長 24 個月，申明監察員應繼續獨立、公正地收取個人、團體、企業或實體提出的伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單除名申請，不得尋求或接受任何政府的指示，並申明監察員應繼續就這些個人、團體、企業或實體通過監察員辦公室提交的伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單除名申請，向委員會提出意見和建議，或是建議保留列名，抑或建議委員會考慮除名；

61. 回顧安理會決定，如監察員根據附件二就除名申請提出的監察員綜合報告建議保留列名，則要求各國對有關個人、團體、企業或

實體採取本決議第1段所述措施的規定繼續有效；

62. 回顧安理會決定，如監察員建議委員會考慮除名，則要求在委員會完成對監察員根據本決議附件二所提交綜合報告的審議60天後，各國對有關個人、團體、企業或實體採取本決議第1段所述措施的規定即行終止，除非委員會在60天期限結束前以協商一致方式決定，這一規定對有關個人、團體、企業或實體繼續有效；但如有成員提出這樣的請求，則要求各國採取本決議第1段所述措施的規定在這一期間內仍對有關個人、團體、企業或實體有效，直至安全理事會就此問題做出決定；

63. 回顧安理會決定，委員會可通過協商一致方式，根據個案情況縮短第62段所述60天期限；

64. 重申本決議第1段所述措施具有預防性質，不依循各國法律規定的刑事標準；

65. 特別指出監察員辦公室的重要性，請秘書長繼續加強監察員辦公室的能力，酌情提供必要資源，包括用於翻譯的資源，並作出必要安排，確保它繼續有能力獨立、有效和及時地執行任務，並隨時向委員會通報有關行動的最新情況；

66. 強烈敦促會員國向監察員提供所有相關信息，包括酌情提供任何相關保密信息，鼓勵會員國及時提供掌握的相關信息，包括任何詳細具體信息，歡迎會員國與監察員辦公室做出有助於分享保密信息的國家安排，大力鼓勵會員國進一步在這方面取得進展，包括同監察員辦公室達成分享這類信息的安排，並確認監察員必須遵守提供信息的會員國為這種信息規定的保密限制；

67. 強烈敦促會員國和相關國際組織及機構鼓勵考慮對列名提出異議或已開始通過國家和區域法院對列名提出異議的個人和實體先向監察員辦公室提交除名申請，要求從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上除名；

68. 注意到本決議第 22 段提到的金融行動任務組的國際標準以及除其他外關於定向金融制裁的最佳做法；

69. 回顧安理會決定，如指認國提交除名申請，則要求各國對有關個人、團體、企業或實體採取本決議第 1 段所述措施的規定將在 60 天後即行終止，除非委員會在 60 天期限結束前以協商一致方式決定，這些措施對有關個人、團體、企業或實體繼續有效；但如無法達成協商一致，主席應在委員會一名成員提出請求時，把是否將有關個人、團體、企業或實體除名的問題提交安全理事會，以便在 60 天內作出決定；而且如有成員提出這樣的請求，則要求各國採取本決議第 1 段所述措施的規定在這一期間內仍對有關個人、團體、企業或實體有效，直至安全理事會就此問題做出決定；

70. 又回顧安理會決定，委員會可通過協商一致方式，根據個案情況縮短第 69 段所述 60 天期限；

71. 還回顧安理會決定，在有多個指認國時，為提出第 69 段所述除名申請，所有指認國之間須達成協商一致；還回顧安理會決定，為第 62 段之目的，共同提出列名申請的國家不應被視為指認國；

72. 強烈敦促指認國允許監察員對已向監察員提交除名申請的被列名個人和實體披露其指認國身份；

73. 指示委員會繼續根據自身準則開展工作，審議會員國提出的關於把據稱不再符合相關決議規定的以及本決議第2段所述標準的個人、團體、企業和實體從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上除名的申請，並強烈敦促會員國說明提交除名申請的理由；

74. 鼓勵各國為已被正式確認死亡的個人和據報或經證實已消亡的實體提出除名申請，同時採取一切合理措施確保曾屬於這些個人或實體的資產不被轉移至或分配給伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單或安全理事會其他任何制裁名單上的其他個人、團體、企業和實體；

75. 鼓勵會員國在除名後解凍已死亡個人或據報或經證實已消亡實體的資產時，回顧第1373（2001）號決議所規定的義務，特別要防止解凍資產被用於恐怖主義目的；

76. 重申會員國在解凍烏薩馬·本·拉丹被列入名單後被凍結的資產前，應向委員會提交解凍這些資產的申請，並應根據安全理事會第1373（2001）號決議，向委員會保證有關資產不會被直接或間接移交給列入名單的個人、團體、企業或實體，或以其他方式用於恐怖主義目的，還決定，這些資產只有當委員會成員在收到有關申請30天內沒有表示反對的情況下才能解凍，並強調指出本規定是一個例外，不應被視為創建先例；

77. 促請委員會在審議除名申請時適當考慮指認國、居住國、國籍國、所在國或公司註冊國以及委員會確定的其他相關國家的意見，指示委員會成員在反對除名申請時提出反對的理由，並請委員會應相關會員國、國家和區域法院及機構的請求，酌情向它們說明理由；

78. 鼓勵包括指認國、居住國、國籍國、所在國或公司註冊國在內的所有會員國向委員會提供與委員會審查除名申請有關的所有信息，並在收到請求時與委員會進行會晤，以表達對除名申請的意見，還鼓勵委員會酌情會見掌握除名申請相關信息的國家或區域組織和機構的代表；

79. 確認秘書處應在把名字從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上刪除後 3 天內，通知居住國、國籍國、所在國或公司註冊國（如秘書處掌握這一信息）的常駐代表團，並回顧安理會決定收到這種通知的國家應根據本國法律和慣例採取措施，及時將除名之事通知或告知有關個人、團體、企業或實體；

80. 重申監察員如無法在申請人居住國面見申請人，可在徵得申請人同意後，請委員會僅為讓申請人支付旅費和前往另一個國家面見監察員之目的，考慮在參加面見所需時間內，免除本決議第 2 (a) 和 (b) 段中關於資產和旅行的限制，但條件是所有過境國和目的地國都不反對這一旅行，還指示委員會將其決定通知監察員；

豁免/協調人

81. 回顧上文第 2 段所述資產凍結措施不適用於被委員會認定為屬於以下情況的資金及其他金融資產或經濟資源：

(a) 為基本開支所必需，包括用於支付食品、房租或抵押貸款、藥品和醫療、稅款、保險費及公用事業費，或完全用於支付與提供法律服務有關的合理專業收費和償付由此引起的相關費用，或為例行持有或保管凍結資金及其他金融資產或經濟資源的收費或服務費，但須事先就授權動用這類資金的意向發出通知且委員會在收到通知後 3

個工作日內未作出反對的決定；

(b) 為非常開支即基本開支之外的開支所必需，但須事先就授權發放這類資金的意向發出通知且委員會在收到此通知後 5 個工作日內批准這一請求，發出通知的會員國應酌情請求特定時間段支付此類費用；

82. 重申第 1730 (2006) 號決議建立的協調人機制可：

(a) 接收列入名單的個人、團體、企業和實體提出的免於適用第 1452 (2002) 號決議規定的本決議第 1 (a) 段所述措施的申請，但有關申請須先提交居住國審議，還重申協調人應把這些申請交給委員會做決定，指示委員會通過與居住國和其他任何相關國家協商等辦法審議這些申請，還指示委員會通過協調人將委員會的決定通知這些個人、團體、企業或實體；

(b) 接收列入名單的個人提出的免於適用本決議第 2 (b) 段所述措施的申請並轉交給委員會，以便根據個案情況決定是否有合理的入境或過境理由，指示委員會與過境國、目的地國和其他任何相關國家協商，審議這些申請，還重申，委員會只應在過境和目的地國同意時，方可同意免於適用本決議第 1 (b) 段所述措施，還指示委員會通過協調人將委員會的決定通知這些個人；

83. 重申協調人可接收並向委員會轉遞以下個人的來文，供委員會審議：

(a) 已從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上除名的個人；

(b) 聲稱因被誤認或錯認為伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的人或與之混淆而受到上文第 1 段所列措施限制的個人；

84. 指示委員會在監測組的協助下，經與相關國家協商後，認真審議這些來文，並在 60 天內通過協調人適當答覆第 83 (b) 段提及的來文，還指示委員會與國際刑警組織適當協商後，酌情與會員國溝通，以處理可能或已證實被誤認或錯認為伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的人或與之混淆的情況；

審查和維持伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單

85. 鼓勵所有會員國，尤其是指認國和居住國、國籍國、所在國或公司註冊國，向委員會提交它們所獲得的關於被列名個人、團體、企業和實體的補充識別信息和其他信息，包括在可能時根據本國立法提供個人的照片和其他生物鑑別信息及證明文件，包括被列名實體、團體和企業的運作情況以及被列名個人的搬遷、入獄或死亡和其他重大事項的最新信息；

86. 請監測組每十二個月向委員會分發一份與各相關指定國和已知居住國、國籍國、所在國或公司註冊國協商後編製的以下個人和實體的名單：

(a) 伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上因有關條目缺乏必要識別信息而無法有效執行規定措施的個人、團體、企業和實體；

(b) 伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上據說已死亡的個人，附上對死亡證書等相關信息的評估意見，並儘可能附上被凍結資產的狀況和地點以及能夠接收解凍資產的個人或實體的名字；

(c) 伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上據說或被證實已消亡的個人、團體、企業和實體，附上對相關信息的評估意見；

(d) 伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上已有三年或三年以上未獲審查（“三年度審查”）的任何其他名字；

87. 指示委員會審查這些列名是否仍然得當，還指示委員會在它認定這些列名不當時將其去除；

88. 指示監測組將委員會提出索取信息請求三年後未獲相關國家書面答覆的列名提交主席審查，為此，提醒委員會注意，委員會主席可以主席身份酌情並按照委員會的正常決策程序，提出擬從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上刪除的名字；

協調和外聯

89. 指示委員會繼續與安全理事會其他有關制裁委員會、特別是第 751 (1992)、1907 (2009)、1988 (2011)、1970 (2011) 和 2140 (2014) 號決議所設委員會合作；

90. 重申需要加強委員會當前與聯合國反恐機構、包括反恐怖主義委員會（反恐委員會）和安全理事會第 1540 (2004) 號決議所設委員會及其各自專家組之間的合作，包括在根據各自任務規定訪問有關國家、促進和監測技術援助、與國際和區域組織及機構間關係以及與這些機構有關的其他問題等方面，酌情加強信息共享與協調；

91. 鼓勵監測組和聯合國毒品和犯罪問題辦公室繼續與反恐怖主義委員會執行局（反恐執行局）和 1540 委員會的專家合作開展聯合活動，通過舉辦區域和次區域講習班等方式，協助會員國努力履行相關決議規定的義務；

92. 請委員會考慮在適當時機酌情訪問由主席和（或）委員會成員選定的國家，以進一步全面和有效執行上文第 1 段所述措施，從而鼓勵各國全面遵守本決議和第 1267 (1999)、1333 (2000)、1390 (2002)、1455 (2003)、1526 (2004)、1617 (2005)、1735 (2006)、1822 (2008)、1904 (2009)、1988 (2011)、1989 (2011)、2082 (2012)、2083 (2012)、2133 (2014)、2161 (2014)、2178 (2014)、2195 (2014)、2199 (2015)、2214 (2015) 和 2253 (2015) 號決議；

93. 指示委員會審議向目前就執行上文第 1 段所實行的措施訴諸司法程序的國家和國際組織索取信息的請求，並酌情在回覆時提供委員會和監測組掌握的其他信息；

監測組

94. 決定，為協助委員會執行其任務和支持監察員開展工作，把依照第 1526 (2004) 號決議第 7 段設在紐約的本屆監測組及其成員的任務期限從 2019 年 12 月現有任期到期起再延長 24 個月，在委員會指導下履行附件一所述職責，並請秘書長為此作出必要安排，歡迎秘書長當前進行的結構重組將使監測組獲得第 2253 (2015) 號決議第 90 段所要求的新增實務和行政人員及資源並從中充分受益，以有效、安全和及時地完成任務，包括在委員會這個安全理事會附屬機構的指導下，履行高風險環境下的審慎義務，要求秘書處至遲於 2017 年 12 月 17 日提供結構重組工作的最新情況；

95. 指示監測組在向委員會提交的附件一 (a) 段提及的全面獨立報告中，按照安全理事會或委員會在本決議通過後可能提出的要 求，就相關專題和區域議題及發展趨勢提出報告；

96. 鼓勵聯合國相關特派團在現有任務規定、資源和能力範圍內，協助委員會和監測組開展工作，包括提供後勤支助和安全協助，並針對各自部署區內伊黎伊斯蘭國、基地組織及相關個人、團體、企業和實體所構成的威脅，相互交流工作情況；

97. 指示監測組查找、收集並隨時向委員會通報不遵守本決議規定措施的情況和共同模式，並應委員會的請求為協助開展能力建設提供便利，請監測組與居住國、國籍國、所在國或公司註冊國、指認國、其他相關國家和相關聯合國特派團密切合作，還指示監測組就採取哪些行動應對不遵守情況向委員會提出建議；

98. 指示委員會在監測組協助下，酌情與反恐怖主義委員會和反恐執行局、反恐執行工作隊和金融行動任務組協商，召開特別會議討論重大專題或區域議題以及會員國在能力方面所面臨的挑戰，以查明需要在哪些領域提供技術援助並安排輕重緩急，讓會員國能夠更有效地加以執行；

99. 請分析支助和制裁監測組每個季度向第 1267 (1999) 和第 1989 (2011) 號決議所設委員會口頭通報它對第 2199 (2015) 和 2178 (2014) 號決議全球執行情況的分析，包括收集到的會員國可能作出的制裁指認或委員會可以採取的行動相關信息和分析；

100. 回顧其在第 2331 (2016) 號決議第 14 段中請分析支助和制裁監測組在與會員國協商時，在討論中納入與伊黎伊斯蘭國（達伊沙）、基地組織及有關個人、團體、企業和實體有關的武裝衝突地區販運人口的問題和武裝衝突中使用性暴力問題，並酌情向委員會報告這些討論內容；

提交關於伊黎伊斯蘭國的報告

101. 強調伊黎伊斯蘭國及相關個人、團體、企業和實體對國際和平與安全構成威脅，請秘書長參考反恐執行局提供的信息，與監測組和聯合國其他相關行為體密切協調，繼續提交戰略層面的報告，表明並反映上述威脅的嚴重性，包括來自外國恐怖主義作戰人員參加伊黎伊斯蘭國及相關團體和實體、外國恐怖主義作戰人員返回原籍國、在其他會員國過境或前往、遷入或遷出其他會員國、這些團體和實體的資金來源，包括通過非法買賣石油、古文物和其他自然資源等途徑獲得的資金，以及他們策劃和協助實施襲擊、向伊黎伊斯蘭國、基地組織或列入伊黎伊斯蘭國和基地組織制裁名單上的個人提供支持等威脅的嚴重性，並反映聯合國為支持會員國抵禦這些威脅作出哪些努力，下一份報告至遲於 2018 年 1 月 31 日提交，此後每六個月提交一份報告；

增補制裁名單

102. 決定本決議附件三所列個人和實體受本決議第 1 段規定的措施制裁並增列於伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單；

103. 指示委員會按照安理會的商定，在其網站上提供本決議附件三所列個人和實體的列名理由簡述和名單條目，確認只要本決議附件三所列名字仍在伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上，本決議和其後相關決議的規定就對其適用；

審查

104. 決定在 18 個月內，或必要時在更短時間內，審查上文第 1 段所述措施，以視可能進一步加強這些措施；

105. 決定繼續積極處理此案。

附件一

按照本決議第 94 段，監測組應在委員會的指導下開展工作，並有下列任務和職責：

- (a) 每六個月以書面形式向委員會提交關於下列問題的全面獨立報告，第一份最遲在 2017 年 12 月 31 日提交：
- (i) 各會員國執行本決議第 2 段所述措施的情況；
 - (ii) 伊黎伊斯蘭國、基地組織、努斯拉陣線及相關個人、團體、企業和實體構成的全球威脅，包括（但不限於）伊黎伊斯蘭國及其附屬者在伊拉克、阿拉伯敘利亞共和國、利比亞和阿富汗內外的存在帶來的威脅以及博科哈拉姆組織帶來的威脅；
 - (iii) 第 2199 (2015) 和第 2253 (2015) 號決議措施產生的影響，包括執行這些措施的進展情況、意外後果和未預料到的挑戰，按這些決議的規定提供以下事項的最新情況：買賣石油和石油產品；買賣文化財產；綁架索贖及外部捐贈；自然資源；販運人口、敲詐和搶劫銀行等犯罪所得收益；直接或間接供應、銷售或轉讓各類軍火和相關物資；以此作為根據第 2199 (2015) 號決議第 30 段提交的影響評估的一部分；
 - (iv) 加入基地組織、伊黎伊斯蘭國及其他所有相關團體和企業或被其招募的外國恐怖主義作戰人員構成的威脅；
 - (v) 安全理事會或委員會請監測組根據本決議第 95 段所述寫入綜合報告的任何其他問題；
 - (vi) 提出具體建議，說明如何更好地執行有關制裁措施，包括本

決議第 2 段、第 2178（2014）號和第 2199（2015）號決議所述各項措施，以及可能制定的新措施；

（b）協助監察員執行本決議附件二為其規定的任務，包括為此提供關於尋求從伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上除名的個人、團體、企業或實體的最新信息；

（c）協助委員會定期審查伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的名字，包括為此代表作為安全理事會附屬機構的委員會出差和與會員國聯繫，以編製委員會關於某項列名的事實與情況的記錄；

（d）協助委員會跟蹤向會員國提出的索取信息請求，包括索取本決議第 1 段所述措施執行情況信息的請求；

（e）向委員會提交一份綜合工作方案，供委員會視需要進行審查和批准，監測組應在方案中詳細說明為履行職責預定開展的活動，包括為避免工作重疊和加強配合，在與反恐執行局和 1540 委員會專家組密切協調後提出的出差；

（f）同反恐執行局和 1540 委員會專家組密切合作和交流信息，以確定共同關注和重疊的工作領域，協助三個委員會進行具體協調，包括在提交報告方面進行協調；

（g）積極參加並支持根據《聯合國全球反恐戰略》開展的所有相關活動，包括在為確保全面協調和統一聯合國系統反恐工作而設立的反恐執行工作隊內，特別是通過其有關工作組這樣做；

（h）代表委員會收集關於不遵守本決議第 2 段所述措施情事的信息，包括從會員國等所有相關來源收集信息，與有關各方進行接觸，

主動並在接到委員會請求時進行個案研究，向委員會提交關於不遵守情事和應對這些不遵守情事採取哪些行動的建議，供委員會審查；

(i) 向委員會提出可供會員國採用的建議，以幫助會員國執行本決議第1段所述措施和編製擬增列在伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上的名單；

(j) 協助委員會審議列名建議，包括為此彙編並向委員會分發有關列名建議的信息，以及編寫本決議第55段所述有關簡述的草稿；

(k) 在確定應在伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單上增列或刪除某些個人或實體時，酌情同委員會或任何相關會員國協商；

(l) 提請委員會注意可能成為除名理由的新情況或值得注意的情況，例如公開報道的關於某人死亡的信息；

(m) 根據經委員會核准的監測組工作方案，在前往選定會員國前，同會員國進行協商；

(n) 酌情與所考察國家的全國反恐協調中心或同類協調機構進行協調與合作；

(o) 與聯合國其他相關反恐機構密切合作，提供關於會員國就基地組織、伊黎伊斯蘭國和相關個人、團體、企業和實體綁架和為獲取贖金劫持人質問題所採取措施及這方面的相關趨勢和事態的信息；

(p) 鼓勵會員國遵照委員會指示提名並提交更多用於識別的信息，以供列入伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單；

(q) 向委員會提交更多的識別信息和其他信息，以協助委員會努

力使伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單儘可能跟上情況變化，儘可能準確；

（r）鼓勵會員國酌情向監測組提供與監測組執行任務相關的信息；

（s）研究基地組織和伊黎伊斯蘭國的威脅不斷變化的性質和最佳對策，並就此向委員會提出報告，具體做法包括在現有資源範圍內，協同委員會通過舉辦年度講習班和（或）其他適當途徑，同有關學者、學術機構和專家開展對話；

（t）核對、評估、監測及報告各項措施的執行情況，包括本決議第1段開列的有關防止伊黎伊斯蘭國、基地組織和相關個人、團體、企業和實體利用因特網犯罪的各項措施的執行情況，並就此提出建議，建議應列入本附件（a）節所述監測組的定期報告；酌情進行個案研究；遵照委員會的指示深入探討任何其他相關問題；

（u）與會員國和其他相關組織，包括國際航空運輸協會（空運協會）、國際民用航空組織（民航組織）、世界海關組織（海關組織）、國際刑警組織、金融行動任務組及其區域機構以及聯合國教育、科學及文化組織（教科文組織）協商，包括定期在紐約及各國首都同各國代表進行對話，同時考慮到他們的意見，尤其是他們對本附件（a）節所述監測組報告中可能述及的任何問題，例如各國在執行本決議措施過程中的不足和挑戰，提出的意見；

（v）在保密情況下通過區域論壇等途徑與會員國情報和安全機構進行協商，以便促進信息交流，並加強各項措施的執行工作；

（w）與會員國、私營部門（包括金融機構和相關非金融企業和

行業）以及國際和區域組織（包括金融行動任務組及其區域機構）的相關代表進行協商，以宣傳和推動進一步遵守資產凍結措施，了解其實際執行情況，並就加強其執行工作提出建議；

（x）與會員國、私營部門以及國際和區域組織，包括國際民航組織、空運協會、海關組織和國際刑警組織的相關代表協商，包括利用民用飛機運營商提供給會員國的旅客先行信息，以宣傳和推動進一步遵守旅行禁令，了解其實際執行情況，並就加強其執行工作提出建議；

（y）與會員國、國際和區域組織以及私營部門的相關代表協商，並酌情與國家當局協調，以宣傳和推動進一步遵守武器禁運，了解其實際執行情況，並特別強調要採取措施，打擊被列名的個人、團體、企業和實體使用簡易爆炸裝置以及採購用於製造簡易爆炸裝置的相關部件，特別是（但不限於）觸發裝置、炸藥前體、商業等級爆炸物、雷管和導爆索或毒藥；

（z）協助委員會應會員國的請求幫助提供能力建設援助，以加強各項措施的實施；

（aa）與國際刑警組織和會員國合作，以獲取被列名個人的照片和可根據各國立法獲取的其生物鑑別信息，以列入國際刑警組織-聯合國安全理事會特別通告，並與國際刑警組織合作，確保針對所有被列名個人、團體、企業和實體發佈特別通告；還酌情與國際刑警組織合作，處理可能或已證實的誤認或錯認，以期向委員會報告這種情況並提出建議；

（bb）在接到請求時協助安全理事會其他附屬機關及其專家組加強第 1699（2006）號決議所述與國際刑警組織的合作，並與秘書處協商，力求使聯合國的所有制裁名單和綜合制裁名單都有標準格式，

以便利各國當局的執行工作；

(cc) 以口頭和（或）書面通報的形式，定期或應委員會請求，向委員會報告監測組的工作情況，包括報告對會員國的考察和監測組的活動；

(dd) 委員會確定的任何其他職責。

附件二

按照本決議第 60 段的規定，監察員辦公室在收到由伊黎伊斯蘭國（達伊沙）和基地組織制裁名單所列個人、團體、企業或實體（“申請人”）提出或其法律代表或代理人為其提出的除名申請後，有權執行以下任務。

安理會回顧，不允許會員國代表個人、團體、企業或實體向監察員辦公室提交除名申請。

收集信息（四個月）

1. 在收到除名申請後，監察員應：

- (a) 向申請人確認收到除名申請；
- (b) 告知申請人處理除名申請的一般程序；
- (c) 答覆申請人關於委員會程序的具體提問；

(d) 如所提申請中沒有適當論及本決議第 2 段規定的最初列名標準，則將此情況告知申請人，並將申請退還申請人，供其考慮；以及

(e) 核實有關申請是新的申請還是再次提出的申請，若為再次向監察員提出的申請，且其中沒有相關補充信息，應將其退還給申請人並提供適當解釋，供申請人考慮。

2. 對於沒有退還申請人的除名申請，監察員應立即將除名申請轉遞委員會成員、指認國、居住國、國籍國或公司註冊國、相關聯合國機構及監察員認為相關的其他任何國家。監察員應要求這些國家或相關聯合國機構在四個月內提供一切與除名申請有關的適當補充信息。監

察員可與這些國家進行對話，以確定：

- (a) 這些國家對是否應批准除名申請的看法；以及
 - (b) 這些國家希望就除名申請向申請人轉達的信息、問題或澄清要求，包括申請人可為闡明除名申請而提供的信息或採取的步驟。
3. 如果監察員徵求過意見的所有指認國都不反對申請人的除名申請，監察員可酌情縮短收集信息的期限。
4. 監察員也應立即向監測組轉遞除名申請，監測組則應在四個月內向監察員提供：
- (a) 監測組掌握的與除名申請有關的全部信息，包括法院裁決和訴訟情況、新聞報道以及各國或相關國際組織以前向委員會或監測組提供的信息；
 - (b) 依據事實對申請人提供的與除名申請有關的信息作出的評估；以及
 - (c) 監測組希望就除名申請向申請人提出的問題或要求其作出的澄清。
5. 在這四個月信息收集期結束時，監察員應以書面形式向委員會說明當時最新進展，包括各國已就此提供信息的細節和遇到的重大挑戰。如監察員經評估後認為需要更多時間收集信息，可適當考慮會員國關於延長提供信息時間的請求，將這一期間延長一次，至多延長兩個月。

對話（兩個月）

6. 在信息收集期結束後，監察員應為兩個月的接觸期提供便利，接

觸可包括與申請人進行對話。在適當考慮關於延長時間請求的情況下，如監察員評估後認為，需要更多時間開展接觸和起草下文第8段所述綜合報告，可將接觸期延長一次，至多延長兩個月。如監察員評估後認為不需要那麼長時間，則可縮短接觸期。

7. 在接觸期內，監察員：

- (a) 可口頭或書面向申請人提出問題，或要求其提供有助於委員會審議申請的補充信息或澄清說明，包括從相關國家、委員會和監測組收到的任何問題或索取信息的要求；
- (b) 應要求申請人提供一份簽名的聲明，在其中宣佈申請人當前與基地組織、伊黎伊斯蘭國或任何基層組織、下屬機構、從中分裂或衍生出來的團體沒有任何聯繫，並承諾將來不與基地組織或伊黎伊斯蘭國建立聯繫；
- (c) 應儘可能與申請人會面；
- (d) 應將申請人的答覆轉交相關國家、委員會和監測組，並就申請人做出的不完整答覆再同申請人聯繫；
- (e) 應與各國、委員會和監測組協調處理申請人的任何進一步查詢或對申請人作出的答覆；
- (f) 在收集信息或對話階段，如果信息提供國同意，監察員可與有關國家分享該國提供的信息，包括該國對除名申請的立場；
- (g) 在收集信息和對話階段以及在編寫報告的過程中，監察員不得披露各國在保密的基礎上提供的任何信息，除非該國以書面形式明確表示同意；以及

(h) 在對話階段，監察員應認真考慮指認國家的意見，以及提供有關信息的其他會員國的意見，特別是那些受最初導致列名的行為或聯繫影響最大的會員國的意見。

8. 在上述接觸期結束時，監察員應起草綜合報告並向委員會分發，報告將專門：

(a) 概述監察員所掌握的與除名申請有關的全部信息，並酌情說明信息來源。報告應尊重會員國與監察員之間往來信函的保密內容；

(b) 說明監察員就這項除名申請開展的活動，包括與申請人進行的對話；以及

(c) 根據對監察員所掌握全部信息的分析和監察員的建議，為委員會列出與除名申請有關的主要論點。建議應表明監察員在審查除名申請時對列名的看法。

委員會的討論

9. 在委員會對以所有聯合國正式語文提供的綜合報告進行 15 天審查後，委員會主席應將除名申請列入委員會議程，以供審議。

10. 在委員會審議除名申請時，監察員應親自提交綜合報告，並回答委員會成員就除名申請提出的問題。

11. 委員會最遲應在把該綜合報告提交其審查之日起 30 天內完成對綜合報告的審議。

12. 在委員會完成對綜合報告的審議後，監察員可把有關建議通知給所有相關國家。

13. 監察員在收到指認國、國籍國、居住國或公司註冊國的請求並獲

得委員會批准後，可將綜合報告副本以及委員會認為需要做出的任何修訂提供給它們，同時向其提供一份通知，證實：

- (a) 公開監察員綜合報告中的信息、包括信息範圍的決定，都是委員會行使酌處權逐案做出的；
- (b) 綜合報告是監察員建議的依據，它不是由委員會某一個成員編寫的；以及
- (c) 應對綜合報告和報告中的任何信息嚴格保密，未經委員會批准，不得同申請人或任何其他會員國分享。

14. 如果監察員建議保留列名，則要求各國採取本決議第 1 段所述措施的規定對有關個人、團體、企業或實體繼續有效，除非委員會某一成員提出除名申請，委員會應根據其正常的協商一致程序審議該申請。

15. 如監察員建議委員會考慮除名，在委員會完成監察員根據本附件二、包括其中第 7 (h) 段所提交的綜合報告的審議 60 天後，要求各國對有關個人、團體、企業或實體採取本決議第 1 段所述措施的規定即告終止，除非委員會在 60 天期限結束前以協商一致方式決定，這一規定對有關個人、團體、企業或實體繼續有效；並規定，如無法達成協商一致，主席應在委員會一名成員提出請求時，把是否將有關個人、團體、企業或實體除名的問題提交安全理事會，以便在 60 天內作出決定；又規定，如有成員提出這樣的請求，要求各國採取本決議第 1 段所述措施的規定在這一期間內仍對有關個人、團體、企業或實體有效，直至安全理事會就此問題做出決定。

16. 在本決議第 61 和 62 段所述程序完成之後，委員會應在 60 天內

通知監察員是保留還是終止第 1 段所述措施，並酌情批准最新的列名理由簡述。在委員會通知監察員已經遵循其建議的情形下，監察員應立即將委員會的決定通知給申請人，並向委員會提交綜合報告所載分析摘要，供委員會審查。委員會在作出保留還是終止列名決定後 30 天內，對摘要進行審查，並將審查意見通告監察員。委員會審查的目的是解決所有與安全有關問題，包括審查摘要是否在無意中納入了委員會保密的任何信息。在委員會審查結束後，監察員將摘要傳達給申請人。摘要應準確描述監察員分析所載監察員建議的主要理由。在與申請人溝通時，監察員將明確說明，分析摘要不反映委員會或其任何成員的意見。在保留列名的情形下，分析摘要應涵蓋申請人提出的監察員予以答覆的所有除名理由。在除名情形下，摘要應包括監察員分析的要點。在委員會通知監察員沒有遵循其建議的情形下，或在主席已根據本附件第 15 段向安全理事會提交所涉問題的情形下，委員會在其作出決定或在安理會作出決定後 30 天內將其決定或安理會決定通告監察員，並將決定理由傳達申請人。這些理由應當答覆申請人的主要論點。

17. 在監察員收到委員會根據附件二第 16 段提交的信函後，如果是保留第 1 段所述措施，則監察員應致函申請人並預先將信函發送給委員會，信函應：

- (a) 通告申請的結果；
- (b) 根據監察員的綜合報告，儘可能說明有關程序和監察員收集到的可以公開的實際信息；以及
- (c) 轉遞委員會根據上文附件二第 16 段向監察員提供的與委員會決定相關的全部信息。

18. 監察員在與申請人的所有通信中均應尊重委員會審議過程的保密性以及監察員與會員國之間保密通信的保密性。

19. 監察員可通知申請人以及所有與案件相關但不是委員會成員的國家，有關程序正處於哪個階段。

監察員辦公室的其他任務

20. 除上面規定的任務外，監察員應：

(a) 散發可以公開的關於委員會程序的信息，包括委員會的準則、概況介紹和委員會編寫的其他文件；

(b) 如知道其地址，在秘書處已按照本決議第 79 段規定正式通知有關國家的常駐代表團後，向所涉個人或實體告知其列名情況；以及

(c) 一年兩次向安全理事會提交報告，概述監察員的活動。

附件三

1. 穆罕默德·巴赫蘭·納伊姆·安吉·塔姆托莫

穆罕默德·巴赫蘭·納伊姆·安吉·塔姆托莫與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“為其招募人員”，並“以其他方式支持其行動或活動”。

2. 哈尼法貨幣兌換所（位於阿拉伯敘利亞共和國阿布卡馬勒的分所）

哈尼法貨幣兌換所（位於阿拉伯敘利亞共和國阿布卡馬勒的分所）與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“向其供應、出售或轉讓軍火和有關物資”，“以其他方式支持其行動或活動”，以及“被其直接或間接擁有或控制，或以其他方式向其提供支持”。

3. 塞爾塞拉特·塔哈卜

塞爾塞拉特·塔哈卜與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，並“以其他方式支持其行動或活動”。

4. 賈伊什・哈立德・本・瓦利德軍

賈伊什・哈立德・本・瓦利德軍與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“向其供應、出售或轉讓軍火和有關物資”，“以其他方式支持其行動或活動”，以及“被其直接或間接擁有或控制，或以其他方式向其提供支持”。

5. 馬利克・魯斯拉諾維什・巴爾卡諾夫

馬利克・魯斯拉諾維什・巴爾卡諾夫與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“為其招募人員”，並“以其他方式支持其行動或活動”。

6. 穆拉德・伊拉克列維奇・馬爾戈什維利

穆拉德・伊拉克列維奇・馬爾戈什維利與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為支持黎凡特人民努斯拉陣線（QDe.137）的沙姆法塔赫陣線“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“為其招募人員”，並“以其他方式支持其行動或活動”。

7. 奧曼・羅什曼

奧曼·羅什曼與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“為其招募人員”，並“以其他方式支持其行動或活動”。

8. 阿克薩戰士

阿克薩戰士與伊黎伊斯蘭國或基地組織有關聯，“參與資助、籌劃、協助、籌備或實施”列名為伊拉克基地組織（QDe.115）的伊拉克和黎凡特伊斯蘭國“所從事、夥同它們實施、以其名義實施、代為實施或支持其從事的行動或活動”，“向其供應、出售或轉讓軍火和有關物資”，“以其他方式支持其行動或活動”，以及“被其直接或間接擁有或控制，或以其他方式向其提供支持”。

Resolution 2368 (2017)

**Adopted by the Security Council at its 8007th meeting, on
20 July 2017**

The Security Council,

Recalling its resolutions 1267 (1999), 1333 (2000), 1363 (2001), 1373 (2001), 1390 (2002), 1452 (2002), 1455 (2003), 1526 (2004), 1566 (2004), 1617 (2005), 1624 (2005), 1699 (2006), 1730 (2006), 1735 (2006), 1822 (2008), 1904 (2009), 1988 (2011), 1989 (2011), 2083 (2012), 2133 (2014), 2161 (2014), 2170 (2014), 2178 (2014), 2195 (2014), 2199 (2015), 2214 (2015), 2249 (2015), 2253 (2015), 2309 (2016), 2322 (2016), 2331 (2016), 2341 (2017), 2347 (2017), 2354 (2017),

Reaffirming that terrorism in all forms and manifestations constitutes one of the most serious threats to peace and security and that any acts of terrorism are criminal and unjustifiable regardless of their motivations, whenever, wherever, and by whomsoever committed, and reiterating its unequivocal condemnation of the Islamic State in Iraq and the Levant (ISIL, also known as Da'esh), Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities for ongoing and multiple criminal terrorist acts aimed at causing the deaths of innocent civilians and other victims, destruction of property, and greatly undermining stability,

Recognizing that terrorism poses a threat to international peace and security and that countering this threat requires collective efforts on national, regional and international levels on the basis of respect for international law and the Charter of the United Nations,

Reaffirming that terrorism cannot and should not be associated with any religion, nationality, or civilization,

Expressing its gravest concern about the presence, violent extremist ideology and actions of ISIL, and Al-Qaida, and the growing presence of their affiliates around the world,

Reaffirming its commitment to sovereignty, territorial integrity and political independence of all States in accordance with the Charter of the United Nations,

Recalling the importance of Member States fulfilling all of their obligations under the Charter of the United Nations,

Underscoring the important role of the United Nations, in particular the United Nations Security Council, in facilitating international cooperation in countering terrorism,

Stressing that Member States have the primary responsibility in countering terrorist acts and violent extremism conducive to terrorism,

Recalling the Presidential Statements of the Security Council on threats to international peace and security caused by terrorist acts of 15 January 2013 (S/PRST/2013/1), 28 July 2014 (S/PRST/2014/14), 19 November 2014 (S/PRST/2014/23), 29 May 2015 (S/PRST/2015/11), 28 July 2015 (S/PRST/2015/14), 11 May 2016 (S/PRST/2016/6) and 13 May 2016 (S/PRST/2016/7),

*Reaffirming the need to combat by all means, in accordance with the Charter of the United Nations and international law, including applicable international human rights law, international refugee law, and international humanitarian law, threats to international peace and security caused by terrorist acts, *stressing* in this regard the important role the United Nations plays in leading and coordinating this effort,*

*Recognizing that development, security, and human rights are mutually reinforcing and are vital to an effective and comprehensive approach to countering terrorism, and *underlining* that a particular goal of counter-terrorism strategies should be to ensure sustainable peace and security,*

Reaffirming its resolution 1373 (2001) and in particular its decisions that all States shall prevent and suppress the financing of terrorist acts and refrain from providing any form of support, active or passive, to entities or persons involved in terrorist acts, including by suppressing recruitment of members of terrorist groups and eliminating the supply of weapons to terrorists,

Urging all States, including States where ISIL is present, to prevent any trade, economic, and financial ties with ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities, including through enhancing their border security efforts,

Stressing that terrorism can only be defeated by a sustained and comprehensive approach involving the active participation and collaboration of all States and international and regional organizations to impede, impair, isolate, and incapacitate the terrorist threat,

*Emphasizing that sanctions are an important tool under the Charter of the United Nations in the maintenance and restoration of international peace and security, including in support of countering terrorism, and *stressing* in this regard the need for robust implementation of the measures in paragraph 1 of this resolution,*

Stressing the important role the 1267/1989/2253 ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions Committee plays in identifying possible cases of non-compliance with the measures pursuant to paragraph 1, including its role in determining the appropriate course of action on each case,

*Recalling that ISIL is a splinter group of Al-Qaida, and *recalling* further that any individual, group, undertaking, or entity supporting ISIL or Al-Qaida is eligible for listing,*

Condemning the frequent, recent terrorist attacks perpetrated by ISIL around the world resulting in numerous casualties, as well as the continued gross, systematic and widespread abuses of human rights and violations of international humanitarian law by ISIL, and recognizing the need for sanctions to reflect current threats and, in this regard, recalling paragraph 7 of resolution 2249 (2015),

Recalling that all States shall afford one another the greatest measure of assistance in connection with criminal investigations or criminal proceedings relating to the financing or support of terrorist acts, including assistance in obtaining evidence in their possession necessary for the proceedings, and urges States to act in accordance with their obligations under international law, in order to find and bring to justice, extradite or prosecute any person who supports, facilitates, participates or attempts to participate in the direct or indirect financing of activities conducted by terrorists or terrorist groups,

Reminding all States that they have an obligation to take the measures described in paragraph 1 with respect to all individuals, groups, undertakings, and entities included on the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions list created pursuant to resolutions 1267 (1999), 1333 (2000), 1989 (2011), 2083 (2012), and 2161 (2014) and 2253 (2015), regardless of the nationality or residence of such individuals, groups, undertakings, or entities,

Urging all Member States to participate actively in maintaining and updating the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List by contributing additional information pertinent to current listings, submitting delisting requests when appropriate, and by identifying and nominating for listing additional individuals, groups, undertakings, and entities which should be subject to the measures referred to in paragraph 1 of this resolution,

Reminding the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions Committee to remove expeditiously and on a case-by-case basis individuals, groups, undertakings, and entities that no longer meet the criteria for listing outlined in this resolution, welcoming improvements to the Committee's procedures and the format of the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, expressing its intent to continue efforts to ensure that procedures are fair and clear, and recognizing the challenges, both legal and otherwise, to the measures implemented by Member States under paragraph 1 of this resolution,

Recognizing the importance of building capacities of Member States to counter terrorism and terrorist financing,

Welcoming again the establishment of the Office of the Ombudsperson pursuant to resolution 1904 (2009) and the enhancement of the Ombudsperson's mandate in resolutions 1989 (2011), 2083 (2012), 2161 (2015) and 2253 (2015) noting the Office of the Ombudsperson's significant contribution in providing additional fairness and transparency, and recalling the Security Council's firm commitment to ensuring that the Office of the Ombudsperson is able to continue to carry out its role effectively and independently, in accordance with its mandate,

Welcoming the Ombudsperson's biannual reports to the Security Council, including the reports submitted on 21 January 2011, 22 July 2011, 20 January 2012, 30 July 2012, 31 January 2013, 31 July 2013, 31 January 2014, 31 July 2014, and 2 February 2015,

Welcoming the continuing cooperation between the Committee and INTERPOL, the United Nations Office on Drugs and Crime, in particular on technical assistance and capacity-building, and all other United Nations bodies, and *strongly encouraging* further engagement with the United Nations Counter-Terrorism Implementation Task Force (CTITF) to ensure overall coordination and coherence in the counter-terrorism efforts of the United Nations system, and *welcoming* the initiative of the Secretary-General to transfer the current CTITF and the United Nations Counter-Terrorism Centre into the office of Counter-terrorism,

Recalling its resolutions 2199 (2015) and 2133 (2014) strongly condemning kidnapping and hostage-taking committed by terrorist groups for any purpose, including with the aim of raising funds or gaining political concessions, expressing its determination to prevent kidnapping and hostage-taking committed by terrorist groups and to secure the safe release of hostages without ransom payments or political concessions, in accordance with applicable international law, *reiterating its call upon* all Member States to prevent terrorists from benefiting directly or indirectly from ransom payments or from political concessions and to secure the safe release of hostages, *welcoming* the endorsement by the Global Counterterrorism Forum (GCTF) in September 2015 of the “Addendum to the Algiers Memorandum on Good Practices on Preventing and Denying the Benefits of Kidnapping for Ransom by Terrorists” and *urging* all States to remain vigilant about kidnapping and hostage-taking by ISIL, Al-Qaida, and their affiliates,

Gravely concerned that in some cases ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities continue to profit from involvement in transnational organized crime, and *expressing concern* that terrorists benefit from transnational organized crime in some regions, including from the trafficking of arms, persons, drugs, and artefacts, and from the illicit trade in natural resources including gold and other precious metals and stones, minerals, wildlife, charcoal, petroleum, and petroleum products, as well as from kidnapping for ransom and other crimes including extortion and bank robbery,

Recognizing the need to take measures to prevent and suppress the financing of terrorism, terrorist organizations, and individual terrorists even in the absence of a link to a specific terrorist act, including from the proceeds of organized crime, *inter alia*, the illicit production and trafficking of drugs and their chemical precursors, and recalling paragraph 5 of resolution 1452 (2002),

Recognizing the need for Member States to prevent the abuse of non-governmental, non-profit and charitable organizations by and for terrorists, *noting* that the ongoing international campaign against terrorist financing has identified individual cases in which terrorists and terrorist organizations exploit some non-profit organizations in the sector to raise and move funds, provide logistical support, encourage terrorist recruitment, or otherwise support terrorist organizations and operations, and *calling upon* non-governmental, non-profit, and charitable organizations to prevent and oppose, as appropriate, attempts by terrorists to abuse their status through risk mitigation measures, while recalling the importance of fully respecting the rights to freedom of expression and association of individuals in civil society and freedom of religion or belief, and *welcoming* the 2016 revised international standard and guidance issued by the Financial Action Task Force (FATF) in Recommendation 8, including its recommendation for a more appropriate, risk-based approach and government engagement with the non-profit

sector to appropriately and effectively mitigate terrorist abuse, and to take appropriate actions when necessary, noting that any such measures implemented by states be consistent with their international obligations, and *reiterating* that States should identify and take effective and proportionate actions against non-profit organizations that either are exploited by or knowingly support terrorists or terrorist organizations taking into account the specifics of the case,

Recalling its decision that Member States shall eliminate the supply of weapons, including small arms and light weapons, to terrorists, as well as its calls on States to find ways of intensifying and accelerating the exchange of operational information regarding traffic in arms, and to enhance coordination of efforts on national, subregional, regional, and international levels,

Strongly condemning the continued flow of weapons, including small arms and light weapons, military equipment, unmanned aircraft systems (UASs) and their components, and improvised explosive device (IED) components to and between ISIL, Al-Qaida, their affiliates, and associated groups, illegal armed groups and criminals, and *encouraging* Member States to prevent and disrupt procurement networks for such weapons, systems and components between ISIL, Al-Qaida and associated individuals, groups, undertakings and entities, including through proposing relevant listing requests,

Expressing concern at the increased use, in a globalized society, by terrorists and their supporters of new information and communications technologies, in particular the Internet, to facilitate terrorist acts, as well as their use to incite, recruit, fund, or plan terrorist acts,

Stressing the need to effectively counter the ways that ISIL, Al-Qaida and associated individuals, groups, undertakings and entities use their narratives to incite and recruit others to commit terrorist acts, and *further recalling* in this regard resolution 2354 (2017) and the “Comprehensive International Framework to Counter Terrorist Narratives” (S/2017/375) with recommended guidelines and good practices,

Expressing concern at the flow of international recruits to ISIL, Al-Qaida, and associated groups and the scale of this phenomenon, and *recalling* its resolution 2178 (2014) deciding that Member States shall, consistent with international human rights law, international refugee law, and international humanitarian law, prevent and suppress the recruiting, organizing, transporting, or equipping of foreign terrorist fighters and the financing of their travel and of their activities,

Reiterating the obligation of Member States to prevent the entry into or transit through their territories of any individual about whom that State has credible information that provides reasonable grounds to believe that he or she is seeking entry into or transit through their territory for the purpose of participating in the foreign terrorist fighter-related activities described in paragraph 6 of resolution 2178 (2014), and *reiterating* further the obligation of Member States to prevent the movement of terrorist groups, in accordance with applicable international law, by, *inter alia*, effective border controls, and, in this context, to exchange information expeditiously, improve cooperation among competent authorities to prevent the movement of terrorists and terrorist groups to and from their territories, the supply of weapons for terrorists, and financing that would support terrorists,

Expressing concern at the increasing number of foreign terrorist fighters leaving zones of armed conflict, returning to their countries of origin, transiting through, traveling to or relocating to or from other Member States, and encouraging Member States to share relevant information, as appropriate, within and between governments about funding flows and movement of foreign terrorist fighters to mitigate the risk they pose,

Calling upon Member States to continue information sharing, through appropriate channels and arrangements, and consistent with international and domestic law, on individuals, groups, undertakings and entities implicated in terrorist activities, in particular their supply of weapons and sources of material support, and on the ongoing international counter-terrorism coordination including among special services, security agencies and law enforcement organizations and criminal justice authorities,

Condemning any engagement in direct or indirect trade, in particular of petroleum and petroleum products, modular refineries, and related materiel including chemicals and lubricants, with ISIL, Al-Nusrah Front (ANF), and associated individuals, groups, undertakings, and entities designated by the Committee, and reiterating that such engagement would constitute support for such individuals, groups, undertakings, and entities and may lead to further listings by the Committee,

Condemning the destruction of cultural heritage in Iraq and Syria particularly by ISIL and ANF, including targeted destruction of religious sites and objects; and recalling its decision that all Member States shall take appropriate steps to prevent the trade in Iraqi and Syrian cultural property and other items of archaeological, historical, cultural, rare scientific, and religious importance illegally removed from Iraq since 6 August 1990 and from Syria since 15 March 2011, including by prohibiting cross-border trade in such items, thereby allowing for their eventual safe return to the Iraqi and Syrian people,

Recalling its resolution 2178 (2014) expressing concern with the continued threat posed to international peace and security by ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities, and reaffirming its resolve to address all aspects of that threat, including terrorist acts perpetrated by foreign terrorist fighters,

Condemning in the strongest terms abductions of women and children by ISIL, ANF, and associated individuals, groups, undertakings, and entities and recalling resolution 2242 (2015), expressing outrage at their exploitation and abuse, including rape, sexual violence, forced marriage, and enslavement by these entities, encouraging all State and non-state actors with evidence to bring it to the attention of the Council, along with any information that such human trafficking and related forms of exploitation and abuse may support the perpetrators financially, emphasizing that this resolution requires States to ensure that their nationals and persons within their territory do not make available any funds, financial assets or economic resources for ISIL's benefit, and noting that any person or entity who transfers funds to ISIL directly or indirectly in connection with such exploitation and abuse would be eligible for listing by the Committee,

Recalling its resolution 2331 (2016), condemning all acts of trafficking, further expressing its intention to invite the Special Representatives of the

Secretary-General on Sexual Violence in Conflict and on Children and Armed Conflict to brief the Committee, in accordance with the Committee's rules of procedure, and to provide relevant information including, if applicable, the names of individuals involved in the trafficking in persons who may meet the Committee's designation criteria,

Welcoming the efforts of the Secretariat to standardize the format of all United Nations sanctions lists to facilitate implementation by national authorities, further *welcoming* the Secretariat's efforts to translate all list entries and narrative summaries of reasons for listing available in all official languages of the United Nations, and *encouraging* the Secretariat, with the assistance of the Monitoring Team, as appropriate, to continue its work to implement the data model approved by the Committee,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

Measures

1. *Decides* that all States shall take the following measures as previously imposed by paragraph 8 (c) of resolution 1333 (2000), paragraphs 1 and 2 of resolution 1390 (2002), and paragraphs 1 and 4 of resolution 1989 (2011), with respect to ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities:

Asset Freeze

(a) Freeze without delay the funds and other financial assets or economic resources of these individuals, groups, undertakings and entities, including funds derived from property owned or controlled directly or indirectly, by them or by persons acting on their behalf or at their direction, and ensure that neither these nor any other funds, financial assets or economic resources are made available, directly or indirectly for such persons' benefit, by their nationals or by persons within their territory;

Travel Ban

(b) Prevent the entry into or transit through their territories of these individuals, provided that nothing in this paragraph shall oblige any State to deny entry or require the departure from its territories of its own nationals and this paragraph shall not apply where entry or transit is necessary for the fulfilment of a judicial process or the Committee determines on a case-by-case basis only that entry or transit is justified;

Arms Embargo

(c) Prevent the direct or indirect supply, sale, or transfer to these individuals, groups, undertakings and entities from their territories or by their nationals outside their territories, or using their flag vessels or aircraft, of arms and related materiel of all types including weapons and ammunition, military vehicles and equipment, paramilitary equipment, and spare parts for the aforementioned, and technical advice, assistance or training related to military activities;

Listing Criteria

2. *Decides* that acts or activities indicating that an individual, group, undertaking or entity is associated with ISIL or Al-Qaida and therefore eligible for inclusion in the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List include:

(a) Participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of;

(b) Supplying, selling or transferring arms and related materiel to;

(c) Recruiting for; or otherwise supporting acts or activities of Al-Qaida, ISIL, or any cell, affiliate, splinter group or derivative thereof;

3. *Notes* that such means of financing or support include but are not limited to the use of proceeds derived from crime, including the illicit cultivation, production and trafficking of narcotic drugs and their precursors;

4. *Confirms* that any individual, group, undertaking or entity either owned or controlled, directly or indirectly, by, or otherwise supporting, any individual, group, undertaking or entity associated with ISIL or Al-Qaida, including on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, shall be eligible for listing;

5. *Confirms* that the requirements in paragraph 1 (a) above apply to financial and economic resources of every kind, including but not limited to those used for the provision of Internet hosting and related services, used for the support of Al-Qaida, ISIL, and other individuals, groups, undertakings or entities included on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

6. *Confirms* that the requirements in paragraph 1 (a) above apply to funds, financial assets or economic resources that may be made available, directly or indirectly, to or for the benefit of listed individuals in connection with their travel, including costs incurred with respect to transportation and lodging, and that such travel-related funds, other financial assets or economic resources may only be provided in accordance with the exemption procedures set out in paragraphs 1 and 2 of resolution 1452 (2002), as amended by resolution 1735 (2006), and in paragraphs 10, 80 and 81 below;

7. *Notes* that the requirements in paragraph 1 (a) above apply to financial transactions involving any funds, economic resources or income-generating activities that benefit individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, including, but not limited to, trade in petroleum products, natural resources, chemical or agricultural products, weapons, or antiquities by listed individuals, groups, undertakings and entities, kidnapping for ransom, and the proceeds of other crimes including, trafficking in persons, extortion and bank robbery;

8. *Confirms* that the requirements in paragraph 1 (a) above shall also apply to the payment of ransoms to individuals, groups, undertakings or entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, regardless of how or by whom the ransom is paid;

9. *Reaffirms* that Member States may permit the addition to accounts frozen pursuant to the provisions of paragraph 1 above of any payment in favour of listed individuals, groups, undertakings or entities, provided that any such payments continue to be subject to the provisions in paragraph 1 above and are frozen;

10. *Encourages* Member States to make use of the provisions regarding available exemptions to the measures in paragraph 1 (a) above, set out in paragraphs 1 and 2 of resolution 1452 (2002), as amended by resolution 1735 (2006), *confirms* that exemptions to the travel ban must be submitted by Member States, individuals or the Ombudsperson, as appropriate, including when listed individuals travel for the purpose of fulfilling religious obligations, and *notes* that the Focal Point mechanism established in resolution 1730 (2006) may receive exemption requests submitted by, or on behalf of, an individual, group, undertaking or entity on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, or by the legal representative or estate of such individual, group, undertaking or entity, for Committee consideration, as described in paragraph 81 below;

Measures implementation

11. *Reiterates* the importance of all States identifying, and if necessary introducing, adequate procedures to implement fully all aspects of the measures described in paragraph 1 above;

12. *Reaffirms* that those responsible for committing, organizing, or supporting terrorist acts must be held accountable, *recalls* its decision in resolution 1373 (2001) that Member States shall afford one another the greatest measure of assistance in connection with criminal investigations or criminal proceedings relating to the financing or support of terrorist acts, including assistance in obtaining evidence in their possession necessary for the proceedings, *underlines* the importance of fulfilling this obligation with respect to such investigations or proceedings involving ISIL, Al-Qaida and associated individuals, groups, undertakings and entities, and *urges* Member States to provide full coordination in such investigations or proceedings, especially with those States where, or against whose citizens, terrorist acts are committed, in accordance with their obligations under international law, in order to find and bring to justice, extradite, or prosecute any person who supports, facilitates, participates or attempts to participate in the direct or indirect financing of activities conducted by ISIL, Al-Qaida and associated individuals, groups, undertakings and entities;

13. *Reiterates* Member States' obligation to ensure that their nationals and persons in their territory not make available economic resources to ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities, *recalls also* that this obligation applies to the direct and indirect trade in petroleum and refined petroleum products, modular refineries, and related material including chemicals and lubricants, and other natural resources, and *recalls further* the importance of all Member States complying with their obligation to ensure that their nationals and persons within their territory do not make donations to individuals and entities designated by the Committee or those acting on behalf of or at the direction of designated individuals or entities;

14. *Encourages* all Member States to more actively submit to the Committee listing requests of individuals and entities supporting ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities, and directs the Committee to immediately consider, in accordance with its resolution 2199 (2015), designations of individuals and entities engaged in financing, supporting, facilitating acts or activities, including in petroleum and antiquities trade-related activities with ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities;

15. *Recalls* its resolution 2331 (2016), reaffirms its intention to consider targeted sanctions for individuals and entities associated with ISIL or Al-Qaida involved in trafficking in persons in areas affected by armed conflict and in sexual violence in conflict, and encourages all Member States to consider submitting to the Committee listing requests in this regard;

16. *Expresses* increasing concern about the lack of implementation of resolutions 1267 (1999), 1989 (2011), 2199 (2015) and 2253 (2015) including the insufficient level of reporting by Member States to the Committee on the measures they have taken to comply with its provisions and *calls upon* Member States to take the necessary measures to fulfil their obligation under paragraph 12 of resolution 2199 to report to the Committee interdictions in their territory of any petroleum, petroleum products, modular refineries, and related material being transferred to or from ISIL or ANF, and *calls upon* Member States to report also such interdictions of antiquities, as well as the outcome of proceedings brought against individuals and entities as a result of any such activity;

17. *Strongly urges* all Member States to implement the comprehensive international standards embodied in the Financial Action Task Force's (FATF) revised Forty Recommendations on Combating Money Laundering and the Financing of Terrorism and Proliferation, particularly Recommendation 6 on targeted financial sanctions related to terrorism and terrorist financing; to apply the elements in FATF's Interpretive Note to Recommendation 6, with the final objective of effectively preventing terrorists from raising, moving and using funds, in line with the objectives of Immediate Outcome 10 of the FATF methodology; to take note of, *inter alia*, related best practices for effective implementation of targeted financial sanctions related to terrorism and terrorist financing and the need to have appropriate legal authorities and procedures to apply and enforce targeted financial sanctions that are not conditional upon the existence of criminal proceedings; and to apply an evidentiary standard of proof of "reasonable grounds" or "reasonable basis", as well as the ability to collect or solicit as much information as possible from all relevant sources;

18. *Welcomes* the recent FATF reports on the Financing of the Terrorist Organization ISIL (published February 2015) and Emerging Terrorist Financing Risks (published October 2015), and ongoing FATF work related to terrorist financing, including the development of risk indicators related to terrorist financing, *welcomes* further the recent FATF guidance on criminalizing terrorist financing (October 2016), including Interpretive Note to Recommendation 5, clarifying that Recommendation 5 applies to "funds or other assets" and that this term covers the broadest range of financial assets and economic resources, including petroleum and petroleum products and other natural resources, and other assets which could be used to obtain funds, the relevant elements of resolution 2178 (2014), specifically clarifying that terrorist financing includes the financing of the travel of individuals who travel or attempt to travel to a State other than their States of residence or nationality for the purpose of the perpetration, planning, or preparation of, or participation in, terrorist acts or the providing or receiving of terrorist training, and *highlights* that FATF Recommendation 5 applies to the financing of terrorist organizations or individual terrorists for any purpose, including but not limited to recruitment, training, or travel, even in the absence of a link to a specific terrorist act;

19. *Encourages* FATF to continue its efforts to prioritize countering terrorist financing, in particular identifying and working with Member States with strategic anti-money laundering and countering terrorist financing deficiencies that have hindered Member States from effectively countering the financing of terrorism, including by ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, group, entities and undertakings, and in this regard, *reiterates* that the provision of economic resources to such groups is a clear violation of this and other relevant resolutions and is not acceptable;

20. *Clarifies* that the obligation in paragraph 1 (d) of resolution 1373 (2001) applies to making funds, financial assets or economic resources or financial or other related services available, directly or indirectly, for the benefit of terrorist organizations or individual terrorists for any purpose, including but not limited to recruitment, training, or travel, even in the absence of a link to a specific terrorist act;

21. *Calls upon* States to ensure that they have established as a serious criminal offense in their domestic laws and regulations the willful violation of the prohibition described in paragraph 1 (d) of resolution 1373 (2001);

22. *Calls upon* Member States to move vigorously and decisively to cut the flows of funds and other financial assets and economic resources to individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, as required by paragraph 1 (a), and *taking into account* relevant FATF Recommendations and international standards designed to enhance financial transparency including effectively supervising the money value transfer systems and detecting and preventing the physical cross-border movement of currency to support terrorism, as well as to protect non-profit organizations, from terrorist abuse, using a risk-based approach, while working to mitigate the impact on legitimate activities through all of these mediums;

23. *Urges* Member States to remain vigilant about the use of information and communication technology for terrorist purposes and act cooperatively to prevent terrorists from recruiting and raising funds for terrorist purposes, and to counter their violent extremist propaganda and incitement to violence on the Internet and social media, including by developing effective counter narratives, while respecting human rights and fundamental freedoms and in compliance with obligations under international law, and *stresses* the importance of cooperation with civil society and the private sector in this endeavor;

24. *Urges* Member States to promote awareness of the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List as widely as possible, including to relevant domestic agencies, the private sector and the general public to ensure effective implementation of the measures in paragraph 1 above and *encourages* Member States to urge that their respective company, property and other relevant public and private registries regularly screen their available databases, including but not limited to those with legal and/or beneficial ownership information, against the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

25. *Highlights* the importance of strong relationships with the private sector in countering the financing of terrorism, *welcomes* the work by FATF to develop risk indicators related to terrorist financing and *calls upon* Member States to engage with financial institutions and share information on terrorist financing (TF) risks to provide greater context for their work in identifying potential TF activity related to ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities, and

to promote stronger relationships between governments and the private sector as well as between private sector entities in countering terrorist financing;

26. Underscores that ransom payments to ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities continue to be one of the sources of income which supports their recruitment efforts, strengthens their operational capability to organize and carry out terrorist attacks, and incentivizes future incidents of kidnapping for ransom, and *reaffirms* the call upon Member States in resolution 2133 (2014) to prevent terrorists from benefiting directly or indirectly from ransom payments, or from political concessions and to secure the safe release of hostages;

27. *Urges* Member States to remain vigilant about the growing presence of ISIL and its affiliates around the world, and *further urges* Member States to identify and propose for listing individuals, groups, undertakings and entities that meet the criteria in paragraph 2 of this resolution;

28. *Recognizes* the importance of information sharing within and between governments to effectively counter the financing of terrorism, *calls upon* Member States to continue exercising vigilance over relevant financial transactions and improve information-sharing capabilities and practices within and between governments through multiple authorities and channels, including law enforcement, intelligence, security services, and financial intelligence units, and also *calls upon* Member States to improve integration and utilization of financial intelligence with other types of information available to national governments to more effectively counter the terrorist financing threats posed by ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities;

29. *Decides* that Member States, in order to prevent ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities from obtaining, handling, storing, using or seeking access to all types of explosives, whether military, civilian or improvised explosives, as well as to raw materials and components that can be used to manufacture improvised explosive devices or unconventional weapons, including (but not limited to) chemical components, detonators, detonating cord, or poisons, shall undertake appropriate measures to promote the exercise of enhanced vigilance by their nationals, persons subject to their jurisdiction and entities incorporated in their territory or subject to their jurisdiction that are involved in the production, sale, supply, purchase, transfer and storage of such materials, including through the issuance of good practices, and *further encourages* Member States to share information, establish partnerships, and develop national strategies and capabilities to counter improvised explosive devices;

30. *Encourages* Member States, including through their permanent missions, and relevant international organizations to meet the Committee for in-depth discussion on any relevant issues;

31. *Urges* all Member States, in their implementation of the measures set out in paragraph 1 above, to ensure that fraudulent, counterfeit, stolen and lost passports and other travel documents are invalidated and removed from circulation, in accordance with domestic laws and practices, as soon as possible, and to share information on those documents with other Member States through the INTERPOL database;

32. *Encourages* Member States to share, in accordance with their domestic laws and practices, with the private sector information in their national databases

related to fraudulent, counterfeit, stolen and lost identity or travel documents pertaining to their own jurisdictions, and, if a listed party is found to be using a false identity including to secure credit or fraudulent travel documents, to provide the Committee with information in this regard;

33. *Encourages* Member States that issue travel documents to listed individuals to note, as appropriate, that the bearer is subject to the travel ban and corresponding exemption procedures;

34. *Encourages* Member States to consult the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List when considering whether to grant travel visa applications, for the purpose of effectively implementing the travel ban;

35. *Reaffirms* its call upon Member States in resolution 2178 (2014) to require that airlines operating in their territories provide advance passenger information to the appropriate national authorities in order to detect the departure from their territories, or attempted entry into or transit through their territories, by means of civil aircraft, of individuals designated by the Committee and further reaffirms its call upon Member States to report any such departure from their territories, or such attempted entry into or transit through their territories, of such individuals to the Committee, as well as sharing this information with the State of residence or nationality, as appropriate and in accordance with domestic law and international obligations;

36. *Calls upon* Member States to develop the capability to process Passenger Name Records (PNR) data and to ensure PNR data is used by the relevant national competent authorities, with full respect for human rights and fundamental freedoms for the purpose of preventing, detecting and investigating terrorist offenses, and *encourages* Member States to require that, where appropriate, airlines under their jurisdiction provide PNR to their relevant national authorities;

37. *Reaffirms* its decision in resolution 2178 (2014) that all States shall ensure that their domestic laws and regulations establish serious criminal offenses sufficient to provide the ability to prosecute and to penalize in a manner duly reflecting the seriousness of such foreign terrorist fighter-related activities described in paragraph 6 of that resolution;

38. *Encourages* Member States to exchange information expeditiously with other Member States, in particular States of origin, destination and transit, when they detect the travel of individuals on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

39. *Calls upon* Member States to improve international, regional, and subregional cooperation to address the issue of foreign terrorist fighters returning to their countries of origin, transiting through, traveling to or relocating to or from other Member States, including through increased sharing of information, in accordance with domestic and international law, for the purpose of identifying such movement of foreign terrorist fighters, the sharing and adoption of best practices, and improved understanding of the patterns of travel and financing used by foreign terrorist fighters;

40. *Urges* Member States to expeditiously exchange information, through bilateral or multilateral mechanisms and in accordance with domestic and international law, concerning the identity of foreign terrorist fighters, including, as appropriate, foreign terrorist fighters of more than one nationality with Member

States whose nationality the foreign terrorist fighter holds, as well as to ensure consular access by those Member States to their own detained nationals, in accordance with applicable international and domestic law;

41. *Encourages* designating States to inform the Monitoring Team whether a national court or other legal authority has reviewed a listed party's case and whether any judicial proceedings have begun, and to include any other relevant information when submitting the standard form for listing;

42. *Encourages* all Member States to designate national focal points in charge of liaising with the Committee and the Monitoring Team on issues related to the implementation of the measures described in paragraph 1 above and the assessment of the threat from ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities;

43. *Encourages* all Member States to report to the Committee on obstacles to the implementation of the measures described in paragraph 1 above, with a view to facilitating technical assistance;

44. *Calls upon* all States to submit an updated report to the Committee no later than 120 days from the date of adoption of this resolution on their implementation, including relevant enforcement actions as appropriate, of the measures referred to in paragraph 1 of this resolution;

The Committee

45. *Directs* the Committee to continue to ensure that fair and clear procedures exist for placing individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List and for removing them as well as for granting exemptions per resolution 1452 (2002), and *directs* the Committee to keep its guidelines under active review in support of these objectives;

46. *Requests* the Committee to report, through its Chair, at least once per year, to the Council on its findings regarding Member States' implementation efforts, and identify and recommend steps necessary to improve implementation and on the state of the overall work of the Committee and the Monitoring Team in conjunction with other Committee Chairs, as appropriate, and *expresses* its intention to hold informal consultations at least once per year on the work of the Committee and *further requests* the Chair to hold regular briefings for all interested Member States;

47. *Directs* the Committee to identify possible cases of non-compliance with the measures pursuant to paragraph 1 above and to determine the appropriate course of action on each case, and directs the Chair, in regular reports to the Council pursuant to paragraph 46, to provide progress reports on the Committee's work on this issue;

48. *Confirms* that no matter should be left pending before the Committee for a period longer than six months, unless the Committee determines on a case-by-case basis that extraordinary circumstances require additional time for consideration, in accordance with the Committee's guidelines;

49. *Requests* the Committee to facilitate, through the Monitoring Team or specialized United Nations agencies, assistance on capacity-building for enhancing implementation of the measures, upon request by Member States;

Listing

50. *Encourages* all Member States to submit to the Committee for inclusion on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List names of individuals, groups, undertakings and entities participating, by any means, in the financing or support of acts or activities of ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings, and entities;

51. *Reaffirms* that, when proposing names to the Committee for inclusion on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, Member States shall use the standard form for listing, available on the Committee's website, and provide a statement of case that should include as detailed and specific reasons as possible describing the proposed basis for the listing, and as much relevant information as possible on the proposed name, in particular sufficient identifying information to allow for the accurate and positive identification of individuals, groups, undertakings, and entities, and to the extent possible, the information required by INTERPOL to issue a Special Notice, and *reaffirms* that the statement of case shall be releasable, upon request, except for the parts a Member State identifies as being confidential to the Committee, and may be used to develop the narrative summary of reasons for listing described in paragraph 55;

52. *Reaffirms* that Member States proposing a new listing, as well as Member States that have proposed names for inclusion on the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions List before the adoption of this resolution, shall specify if the Committee or the Ombudsperson may not make known the Member State's status as a designating State;

53. *Encourages* Member States to submit, where available and in accordance with their national legislation, photographs and other biometric data of individuals for inclusion in INTERPOL-United Nations Security Council Special Notices;

54. *Directs* the Committee to continue to update, as necessary, the standard form for listing in accordance with the provisions of this resolution; further *directs* the Monitoring Team to report to the Committee on further steps that could be taken to improve the quality of the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List and Consolidated Sanctions List, including by improving identifying information, as well as steps to ensure that INTERPOL-United Nations Security Council Special Notices exist for all listed individuals, groups, undertakings, and entities; and further *directs* the Secretariat, with the assistance of the Monitoring Team, to implement, disseminate and maintain the data model approved by the Committee in all official languages and *requests* the Secretary-General to provide additional resources in this regard;

55. *Directs* the Committee, with the assistance of the Monitoring Team and in coordination with the relevant designating States, to make accessible on the Committee's website, at the same time a name is added to the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, a narrative summary of reasons for listing that are as detailed and specific as possible, as well as additional relevant information;

56. *Encourages* Member States and relevant international organizations and bodies to inform the Committee of any relevant court decisions and proceedings so that the Committee can consider them when it reviews a corresponding listing or updates a narrative summary of reasons for listing;

57. *Calls upon* all members of the Committee and the Monitoring Team to share with the Committee any information they may have available regarding a listing request from a Member State so that this information may help inform the Committee's decision on listing and provide additional material for the narrative summary of reasons for listing described in paragraph 54;

58. *Reaffirms* that the Secretariat shall, after publication but within three working days after a name is added to the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, notify the Permanent Mission of the State or States where the individual or entity is believed to be located and, in the case of individuals, the State of which the person is a national (to the extent this information is known), and *requests* the Secretariat to publish on the Committee's website all relevant publicly releasable information, including the narrative summary of reasons for listing, immediately after a name is added to the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

59. *Reaffirms* the requirement that Member States take all possible measures, in accordance with their domestic laws and practices, to notify or inform in a timely manner the listed individual or entity of the listing and to include with this notification the narrative summary of reasons for listing, a description of the effects of listing, as provided in the relevant resolutions, the Committee's procedures for considering delisting requests, including the possibility of submitting such a request to the Ombudsperson in accordance with paragraph 43 of resolution 2083 (2012) and annex II of this resolution, and the provisions of resolution 1452 (2002) and paragraphs 82 and 1 (b) of this resolution regarding available exemptions, including the possibility of submitting such requests through the Focal Point mechanism in accordance with paragraphs 10 and 82 of this resolution;

Review of Delisting Requests — Ombudsperson/Member States

60. *Decides* to extend the mandate of the Office of the Ombudsperson, established by resolution 1904 (2009), as reflected in the procedures outlined in annex II of this resolution, for a period of 24 months from the date of expiration of the Office of the Ombudsperson's current mandate in December 2019, *affirms* that the Ombudsperson shall continue to receive requests from individuals, groups, undertakings or entities seeking to be removed from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List in an independent and impartial manner and shall neither seek nor receive instructions from any government, and *further affirms* that the Ombudsperson shall continue to present to the Committee observations and a recommendation on the delisting of those individuals, groups, undertakings or entities that have requested removal from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List through the Office of the Ombudsperson, either a recommendation to retain the listing or a recommendation that the Committee consider delisting;

61. *Recalls* its decision that the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall remain in place with respect to that individual, group, undertaking or entity, where the Ombudsperson recommends retaining the listing in the Comprehensive Report of the Ombudsperson on a delisting request pursuant to annex II;

62. *Recalls* its decision that the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall terminate with respect to that individual, group, undertaking or entity 60 days after the Committee completes consideration of a Comprehensive Report of the Ombudsperson, in accordance with

annex II of this resolution, where the Ombudsperson recommends that the Committee consider delisting, unless the Committee decides by consensus before the end of that 60-day period that the requirement shall remain in place with respect to that individual, group, undertaking or entity; provided that, in cases where consensus does not exist, the Chair shall, on the request of a Committee Member, submit the question of whether to delist that individual, group, undertaking or entity to the Security Council for a decision within a period of 60 days; and provided further that, in the event of such a request, the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall remain in force for that period with respect to that individual, group, undertaking or entity until the question is decided by the Security Council;

63. *Recalls* its decision that the Committee may, by consensus, shorten the 60-day period referred to in paragraph 62 on a case-by-case basis;

64. *Reiterates* that the measures referred to in paragraph 1 of this resolution are preventative in nature and are not reliant upon criminal standards set out under national law;

65. *Underscores* the importance of the Office of the Ombudsperson, and *requests* the Secretary-General to continue to strengthen the capacity of the Office of the Ombudsperson by providing necessary resources, including for translation services, as appropriate, and to make the necessary arrangements to ensure its continued ability to carry out its mandate in an independent, effective and timely manner, and to keep the Committee updated on actions in this regard;

66. *Strongly urges* Member States to provide all relevant information to the Ombudsperson, including any relevant confidential information, where appropriate, *encourages* Member States to provide relevant information, including any detailed and specific information, when available and in a timely manner, *welcomes* those national arrangements entered into by Member States with the Office of the Ombudsperson to facilitate the sharing of confidential information, *strongly encourages* Member States' further progress in this regard, including by concluding arrangements with the Office of the Ombudsperson for the sharing of such information, and *confirms* that the Ombudsperson must comply with any confidentiality restrictions that are placed on such information by Member States providing it;

67. *Strongly urges* Member States and relevant international organizations and bodies to encourage individuals and entities that are considering challenging or are already in the process of challenging their listing through national and regional courts to first seek removal from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List by submitting delisting petitions to the Office of the Ombudsperson;

68. *Notes* the Financial Action Task Force (FATF) international standards and, *inter alia*, best practices relating to targeted financial sanctions, as referenced in paragraph 22 of this resolution;

69. *Recalls* its decision that when the designating State submits a delisting request, the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall terminate with respect to that individual, group, undertaking or entity after 60 days unless the Committee decides by consensus before the end of that 60-day period that the measures shall remain in place with respect to that individual, group, undertaking or entity; provided that, in cases where consensus

does not exist, the Chair shall, on the request of a Committee Member, submit the question of whether to delist that individual, group, undertaking or entity to the Security Council for a decision within a period of 60 days; and provided further that, in the event of such a request, the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall remain in force for that period with respect to that individual, group, undertaking or entity until the question is decided by the Security Council;

70. *Also recalls* its decision that the Committee may, by consensus, shorten the 60-day period referred to in paragraph 69 on a case-by-case basis;

71. *Further recalls* its decision that, for purposes of submitting a delisting request in paragraph 69, consensus must exist between or among all designating States in cases where there are multiple designating States; and further *recalls* its decision that co-sponsors of listing requests shall not be considered designating States for purposes of paragraph 62;

72. *Strongly urges* designating States to allow the Ombudsperson to reveal their identities as designating States to those listed individuals and entities that have submitted delisting petitions to the Ombudsperson;

73. *Directs* the Committee to continue to work, in accordance with its guidelines, to consider delisting requests of Member States for the removal from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List of individuals, groups, undertakings and entities that are alleged to no longer meet the criteria established in the relevant resolutions, and set out in paragraph 2 of this resolution, and *strongly urges* Member States to provide reasons for submitting their delisting requests;

74. *Encourages* States to submit delisting requests for individuals who are officially confirmed to be dead, and for entities reported or confirmed to have ceased to exist, while at the same time taking all reasonable measures to ensure that assets that had belonged to these individuals or entities will not be transferred or distributed to other individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List or any other Security Council sanctions list;

75. *Encourages* Member States, when unfreezing the assets of a deceased individual or an entity that is reported or confirmed to have ceased to exist as a result of a delisting, to recall the obligations set forth in resolution 1373 (2001) and, particularly, to prevent unfrozen assets from being used for terrorist purposes;

76. *Reaffirms* that, prior to the unfreezing of any assets that have been frozen as a result of the listing of Usama bin Laden, Member States shall submit to the Committee a request to unfreeze such assets and shall provide assurances to the Committee that the assets will not be transferred, directly or indirectly, to a listed individual, group, undertaking or entity, or otherwise used for terrorist purposes in line with Security Council resolution 1373 (2001), and *decides* further that such assets may only be unfrozen in the absence of an objection by a Committee member within 30 days of receiving the request, and stresses the exceptional nature of this provision, which shall not be considered as establishing a precedent;

77. *Calls upon* the Committee when considering delisting requests to give due consideration to the opinions of designating State(s), State(s) of residence, nationality, location or incorporation, and other relevant States as determined by the Committee, *directs* Committee members to provide their reasons for objecting to

delisting requests at the time the request is objected to, and *requests* the Committee to provide reasons to relevant Member States and national and regional courts and bodies, upon request and where appropriate;

78. *Encourages* all Member States, including designating States and States of residence, nationality, location or incorporation to provide all information to the Committee relevant to the Committee's review of delisting petitions, and to meet with the Committee, if requested, to convey their views on delisting requests, and further *encourages* the Committee, where appropriate, to meet with representatives of national or regional organizations and bodies that have relevant information on delisting petitions;

79. *Confirms* that the Secretariat shall, within three days after a name is removed from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, notify the Permanent Mission of the State(s) of residence, nationality, location or incorporation (to the extent this information is known), and *recalls* its decision that States receiving such notification shall take measures, in accordance with their domestic laws and practices, to notify or inform the concerned individual, group, undertaking or entity of the delisting in a timely manner;

80. *Reaffirms* that, in cases in which the Ombudsperson is unable to interview a petitioner in his or her state of residence, the Ombudsperson may request, with the agreement of the petitioner, that the Committee consider granting exemptions to the restrictions on assets and travel in paragraphs 1 (a) and (b) of this resolution for the sole purpose of allowing the petitioner to meet travel expenses and travel to another State to be interviewed by the Ombudsperson for a period no longer than necessary to participate in this interview, provided that all States of transit and destination do not object to such travel, and further directs the Committee to notify the Ombudsperson of the Committee's decision;

Exemptions/Focal Point

81. *Recalls* that the assets freeze measures outlined in paragraph 1 above shall not apply to funds and other financial assets or economic resources that the Committee determines to be:

(a) necessary for basic expenses, including payment for foodstuffs, rent or mortgage, medicines and medical treatment, taxes, insurance premiums, and public utility charges, or exclusively for payment of reasonable professional fees and reimbursement of incurred expenses associated with the provision of legal services, or fees or service charges for routine holding or maintenance of frozen funds or other financial assets or economic resources, following notification of intention to authorize access to such funds and in the absence of a negative decision by the Committee within 3 working days of the notification;

(b) necessary for extraordinary expenses, being expenses other than basic expenses, following notification of the intention to authorize release of such funds and approval of the Committee of the request within 5 working days of the notification, and where appropriate, there should be specific periods of time requested by the notifying Member States for such expenses;

82. *Reaffirms* that the Focal Point mechanism established in resolution 1730 (2006) may:

(a) Receive requests from listed individuals, groups, undertakings, and entities for exemptions to the measures outlined in paragraph 1 (a) of this resolution, as defined in resolution 1452 (2002) provided that the request has first been submitted for the consideration of the State of residence, and *reaffirms* further that the Focal Point shall transmit such requests to the Committee for a decision, directs the Committee to consider such requests, including in consultation with the State of residence and any other relevant States, and further directs the Committee, through the Focal Point, to notify such individuals, groups, undertaking or entities of the Committee's decision;

(b) Receive requests from listed individuals for exemptions to the measures outlined in paragraph 1 (b) of this resolution and transmit these to the Committee to determine, on a case-by-case basis, whether entry or transit is justified, directs the Committee to consider such requests in consultation with States of transit and destination and any other relevant States, and *reaffirms* further that the Committee shall only agree to exemptions to the measures in paragraph 1 (b) of this resolution with the agreement of the States of transit and destination, and further directs the Committee, through the Focal Point, to notify such individuals of the Committee's decision;

83. *Reaffirms* that the Focal Point may receive, and transmit to the Committee for its consideration, communications from:

(a) individuals who have been removed from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

(b) individuals claiming to have been subjected to the measures outlined in paragraph 1 above as a result of false or mistaken identification or confusion with individuals included on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

84. *Directs* the Committee, with the assistance of the Monitoring Team and in consultation with relevant States, to carefully consider such communications and to respond, through the Focal Point, to such communications referred to in paragraph 83 (b), as may be appropriate, within 60 days, and *further directs* the Committee, in consultation with INTERPOL as may be appropriate, to communicate with Member States as may be appropriate to address possible or confirmed cases of false or mistaken identity or confusion with individuals included on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

Review and maintenance of the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List

85. *Encourages* all Member States, in particular designating States and States of residence, nationality, location or incorporation, to submit to the Committee additional identifying and other information, including where possible and in accordance with their national legislation, photographs and other biometric data of individuals along with supporting documentation, on listed individuals, groups, undertakings and entities, including updates on the operating status of listed entities, groups and undertakings, the movement, incarceration or death of listed individuals and other significant events, as such information becomes available;

86. *Requests* the Monitoring Team to circulate to the Committee every twelve months a list compiled in consultation with the respective designating States and States of residence, nationality, location or incorporation, where known, of:

(a) individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List whose entries lack identifiers necessary to ensure effective implementation of the measures imposed upon them;

(b) individuals on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List who are reportedly deceased, along with an assessment of relevant information such as the certification of death, and to the extent possible, the status and location of frozen assets and the names of any individuals or entities who would be in a position to receive any unfrozen assets;

(c) individuals, groups, undertakings and entities on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List that are reported or confirmed to have ceased to exist, along with an assessment of any relevant information;

(d) any other names on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List that have not been reviewed in three or more years ("the triennial review");

87. *Directs* the Committee to review whether these listings remain appropriate, and *further directs* the Committee to remove listings if it decides they are no longer appropriate;

88. *Directs* the Monitoring Team to refer to the Chair for review listings for which, after three years, no relevant State has responded in writing to the Committee's requests for information, and in this regard, *reminds* the Committee that its Chair, acting in his or her capacity as Chair, may submit names for removal from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, as appropriate and subject to the Committee's normal decision-making procedures;

Coordination and outreach

89. *Directs* the Committee to continue to cooperate with other relevant Security Council Sanctions Committees, in particular those established pursuant to resolutions 751 (1992) and 1907 (2009), 1988 (2011), 1970 (2011) and 2140 (2014);

90. *Reiterates* the need to enhance ongoing cooperation among the Committee and United Nations counter-terrorism bodies, including the Counter-Terrorism Committee (CTC) and the Committee established pursuant to resolution 1540 (2004), as well as their respective groups of experts, including through, as appropriate, enhanced information-sharing, coordination on visits to countries within their respective mandates, on facilitating and monitoring technical assistance, on relations with international and regional organizations and agencies and on other issues of relevance to these bodies;

91. *Encourages* the Monitoring Team and the United Nations Office on Drugs and Crime, to continue their joint activities, in cooperation with the Counter-Terrorism Executive Directorate (CTED) and 1540 Committee experts to assist Member States in their efforts to comply with their obligations under the relevant resolutions, including through organizing regional and subregional workshops;

92. *Requests* the Committee to consider, where and when appropriate, visits to selected countries by the Chair and/or Committee members to enhance the full and effective implementation of the measures referred to in paragraph 1 above, with a view to encouraging States to comply fully with this resolution and resolutions 1267 (1999), 1333 (2000), 1390 (2002), 1455 (2003), 1526 (2004), 1617 (2005), 1735 (2006), 1822 (2008), 1904 (2009), 1988 (2011), 1989 (2011), 2082 (2012),

2083 (2012), and 2133 (2014), 2161 (2014), 2178 (2014), 2195 (2014), 2199 (2015), and 2214 (2015) and 2253 (2015);

93. *Directs* the Committee to consider requests for information from States and international organizations with ongoing judicial proceedings concerning implementation of the measures imposed in paragraph 1 above, and to respond as appropriate with additional information available to the Committee and the Monitoring Team;

Monitoring Team

94. *Decides*, in order to assist the Committee in fulfilling its mandate, as well as to support the Ombudsperson, to extend the mandate of the current New York-based Monitoring Team and its members, established pursuant to paragraph 7 of resolution 1526 (2004), for a further period of twenty four months from the expiration of its current mandate in December 2019, under the direction of the Committee with the responsibilities outlined in annex I, and *requests* the Secretary-General to make the necessary arrangements to this effect, and *welcomes* the restructuring under way in the Secretariat which will allow the Monitoring Team to receive and fully enjoy the benefits of the additional substantive and administrative staff and resources requested in paragraph 90 of resolution 2253 (2015) to effectively, safely, and in a timely manner fulfil its mandate, including with regard to duty of care in high-risk environments, under the direction of the Committee, a subsidiary organ of the Security Council, and *requests* further updates from the Secretariat by December 17 2017 on the restructuring;

95. *Directs* the Monitoring Team, in its comprehensive, independent reports to the Committee referred to in paragraph (a) of annex I, to report on relevant thematic and regional topics and developing trends as may be requested by the Security Council or the Committee following the adoption of this resolution;

96. *Encourages* relevant United Nations Missions, within their existing mandates, resources, and capabilities, to assist the Committee and the Monitoring Team, such as through logistical support, security assistance, and exchange of information in their work relevant to the threat by ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities in their respective areas of deployment;

97. *Directs* the Monitoring Team to identify, gather information on, and keep the Committee informed of instances and common patterns of non-compliance with the measures imposed in this resolution, as well as to facilitate, upon request by Member States, assistance on capacity-building, *requests* the Monitoring Team to work closely with State(s) of residence, nationality, location or incorporation, designating States, other relevant States, and relevant United Nations Missions, and further directs the Monitoring Team to provide recommendations to the Committee on actions taken to respond to non-compliance;

98. *Directs* the Committee, with the assistance of its Monitoring Team, to hold special meetings on important thematic or regional topics and Member States' capacity challenges, in consultation, as appropriate, with the Counter Terrorism Committee and CTED, CTITF, and with the FAFT to identify and prioritize areas for the provision of technical assistance to enable more effective implementation by Member States;

99. *Requests* the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team to provide the Committee established pursuant to resolutions 1267 (1999) and 1989 (2011) on a quarterly basis oral briefings on its analysis of global implementation of resolutions 2199 (2015) and 2178 (2014) including gathered information and analysis relevant to potential sanctions designations by Member States or Committee actions that could be taken;

100. *Recalls* its request in paragraph 14 of resolution 2331 (2016) to the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team, when consulting with Member States, to include in their discussions the issue of trafficking in persons in the areas of armed conflict and the use of sexual violence in armed conflict as it relates to ISIL (Da'esh), Al-Qaida and associated individuals, groups, undertakings and entities and to report to the Committee on these discussions as appropriate;

ISIL Reporting

101. *Emphasizing* the threat posed to international peace and security by ISIL and associated individuals, groups, undertakings, and entities, *requests* the Secretary-General to continue to provide strategic-level reports that demonstrate and reflect the gravity of the aforementioned threat, including from foreign terrorist fighters joining ISIL and associated groups and entities, foreign terrorist fighters returning to their countries of origin, transiting through, traveling to or relocating to or from other Member States, and the sources of financing of these groups and entities including through illicit trade in petroleum, antiquities, and other natural resources, as well as their planning and facilitation of attacks, any support to ISIL, Al-Qaida or any individual included on the ISIL and Al-Qaida Sanctions List, and reflects the range of United Nations efforts in support of Member States in countering this threat, the next report to be provided by 31 January 2018 and then every six months thereafter, with the input of CTED, in close collaboration with the Monitoring Team, as well as other relevant United Nations actors;

Additions to the Sanctions List

102. *Decides* that the individuals and entities specified in Annex III of this resolution shall be subject to the measures imposed in paragraph 1 of this resolution and added to the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions List;

103. *Directs* the Committee to make accessible on the Committee's website the narrative summaries of reasons and list entries for listing the individuals and entities specified in Annex III of this resolution as agreed by the Council and *confirms* that the provisions of this resolution and subsequent relevant resolutions shall apply to the names specified in Annex III for so long as they remain on the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida Sanctions List;

Reviews

104. *Decides* to review the measures described in paragraph 1 above with a view to their possible further strengthening in eighteen months or sooner if necessary;

105. *Decides* to remain actively seized of the matter.

Annex I

In accordance with paragraph 94 of this resolution, the Monitoring Team shall operate under the direction of the Committee and shall have the following mandates and responsibilities:

(a) To submit, in writing, comprehensive, independent reports to the Committee, every six months, the first by 31 December 2017, on the following issues:

(i) implementation by Member States of the measures referred to in paragraph 1 of this resolution;

(ii) the global threat posed by ISIL, Al-Qaida, al-Nusrah Front and associated individuals, groups, undertakings, and entities, including (but not limited to) the threat posed by the presence of ISIL and its affiliates in Iraq, the Syrian Arab Republic, Libya, and Afghanistan and beyond, and the threats presented by Boko Haram;

(iii) the impact of the measures in resolution 2199 (2015) and resolution 2253 (2015) including progress on implementation of these measures, unintended consequences and unexpected challenges, as mandated in that resolutions in the form of updates on each of the following subjects: petroleum and petroleum products trade; trade in cultural property; kidnapping for ransom and external donations; natural resources; the proceeds of crimes including trafficking in persons, extortion and bank robbery direct or indirect supply; sale or transfer of arms and related material of all types; as part of the impact assessment, pursuant to paragraph 30 of resolution 2199 (2015);

(iv) the threat posed by foreign terrorist fighters recruited by or joining Al-Qaida, ISIL, and all other associated groups, undertakings;

(v) any other issues that the Security Council or the Committee requests the Monitoring Team to include in its comprehensive reports as set forth in paragraph 95 of this resolution; and

(vi) specific recommendations related to improved implementation of relevant sanctions measures, including those referred to in paragraph 1 of this resolution, resolution 2178 (2014) and resolution 2199 (2015), and possible new measures;

(b) To assist the Ombudsperson in carrying out his or her mandate as specified in annex II of this resolution, including by providing updated information on those individuals, groups, undertakings or entities seeking their removal from the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

(c) To assist the Committee in regularly reviewing names on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, including by undertaking travel on behalf of the Committee, as a subsidiary organ of the Security Council and contact with Member States, with a view to developing the Committee's record of the facts and circumstances relating to a listing;

(d) To assist the Committee in following up on requests to Member States for information, including with respect to implementation of the measures referred to in paragraph 1 of this resolution;

(e) To submit a comprehensive programme of work to the Committee for its review and approval, as necessary, in which the Monitoring Team should detail the activities envisaged in order to fulfil its responsibilities, including proposed travel, based on close coordination with CTED and the 1540 Committee's group of experts to avoid duplication and reinforce synergies;

(f) To work closely and share information with CTED and the 1540 Committee's group of experts to identify areas of convergence and overlap and to help facilitate concrete coordination, including in the area of reporting, among the three Committees;

(g) To participate actively in and support all relevant activities under the United Nations Global Counter-Terrorism Strategy including within the Counter-Terrorism Implementation Task Force, established to ensure overall coordination and coherence in the counter-terrorism efforts of the United Nations system, in particular through its relevant working groups;

(h) To gather information, on behalf of the Committee, on instances of reported non-compliance with the measures referred to in paragraph 1 of this resolution, including by collating information from all relevant sources, including Member States, and engaging with related parties, pursuing case studies, both on its own initiative and upon the Committee's request, and to provide cases of non-compliance and recommendations to the Committee on actions to respond to such cases of non-compliance for its review;

(i) To present to the Committee recommendations, which could be used by Member States to assist them with the implementation of the measures referred to in paragraph 1 of this resolution and in preparing proposed additions to the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

(j) To assist the Committee in its consideration of proposals for listing, including by compiling and circulating to the Committee information relevant to the proposed listing, and preparing a draft narrative summary referred to in paragraph 55 of this resolution;

(k) To consult with the Committee or any relevant Member States, as appropriate, when identifying that certain individuals or entities should be added to, or removed from, the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List;

(l) To bring to the Committee's attention new or noteworthy circumstances that may warrant a delisting, such as publicly reported information on a deceased individual;

(m) To consult with Member States in advance of travel to selected Member States, based on its programme of work as approved by the Committee;

(n) To coordinate and cooperate with the national counter-terrorism focal point or similar coordinating body in the state of visit where appropriate;

(o) To cooperate closely with relevant United Nations counter-terrorism bodies in providing information on the measures taken by Member States on kidnapping and hostage-taking for ransom by Al-Qaida, ISIL, and associated individuals, groups, undertakings, and entities, and on relevant trends and developments in this area;

(p) To encourage Member States to submit names and additional identifying information for inclusion on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List, as instructed by the Committee;

(q) To present to the Committee additional identifying and other information to assist the Committee in its efforts to keep the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List as updated and accurate as possible;

(r) To encourage Member States to provide information to the Monitoring Team that is relevant to the fulfilment of its mandate, as appropriate;

(s) To study and report to the Committee on the changing nature of the threat of Al-Qaida and ISIL, and the best measures to confront them, including by developing, within existing resources, a dialogue with relevant scholars, academic bodies and experts through an annual workshop and/or other appropriate means, in consultation with the Committee;

(t) To collate, assess, monitor, report on, and make recommendations regarding implementation of the measures, including implementation of the measure in paragraph 1 of this resolution as it pertains to preventing the criminal misuse of the Internet by ISIL, Al-Qaida, and associated individuals, groups, undertakings and entities, which shall be included in the Monitoring Team's regular report as outlined in section (a) of this annex; to pursue case studies, as appropriate; and to explore in depth any other relevant issues as directed by the Committee;

(u) To consult with Member States and other relevant organizations, including the International Air Transport Association (IATA), the International Civil Aviation Organization (ICAO), the World Customs Organization (WCO), INTERPOL, the Financial Action Task Force (FATF) and its regional bodies as well as the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), including regular dialogue with representatives in New York and in capitals, taking into account their comments, especially regarding any issues that might be reflected in the Monitoring Team's reports referred to in paragraph (a) of this annex, such as gaps and challenges in States' implementation of the measures in this resolution;

(v) To consult, in confidence, with Member States' intelligence and security services, including through regional forums, in order to facilitate the sharing of information and to strengthen implementation of the measures;

(w) To consult with Member States, relevant representatives of the private sector, including financial institutions and relevant non-financial businesses and professions, and international and regional organizations, including FATF and its regional bodies, to promote awareness of, and enhanced compliance with, and to learn about the practical implementation of the asset freeze and to develop recommendations for the strengthening of the implementation of that measure;

(x) To consult with Member States, relevant representatives of the private sector and international and regional organizations, including ICAO, IATA, WCO and INTERPOL, to promote awareness of, and enhanced compliance with, and to learn about the practical implementation of the travel ban, including the use of advanced passenger information provided by civil aircraft operators to Member States, and to develop recommendations for the strengthening of the implementation of that measure;

(y) To consult with Member States, relevant representatives of international and regional organizations and the private sector, in coordination with national authorities, as appropriate, to promote awareness of, enhance compliance with, and to learn about the practical implementation of the arms embargo, with a particular emphasis on measures to counter the use of improvised explosive devices (IEDs) by listed individuals, groups, undertakings and entities and the procurement of related components used to construct IEDs, in particular (but not limited to) trigger mechanisms, explosive precursors, commercial grade explosives, detonators, detonating cords, or poisons;

(z) To assist the Committee in facilitating assistance on capacity-building for enhancing implementation of the measures, upon request by Member States;

(aa) To work with INTERPOL and Member States to obtain photographs and, in accordance with their national legislation, biometric information of listed individuals for possible inclusion in INTERPOL-United Nations Security Council Special Notices, to work with INTERPOL to ensure that INTERPOL-United Nations Security Council Special Notices exist for all listed individuals, groups, undertakings, and entities; and to further work with INTERPOL, as appropriate, to address possible or confirmed cases of false or mistaken identity, with a view to reporting to the Committee on such instances and proposing any recommendations;

(bb) To assist other subsidiary bodies of the Security Council, and their expert panels, upon request, with enhancing their cooperation with INTERPOL, referred to in resolution 1699 (2006), and to work, in consultation with the Secretariat, to standardize the format of all United Nations sanctions lists and the Consolidated Sanctions List so as to facilitate implementation by national authorities;

(cc) To report to the Committee, on a regular basis or when the Committee so requests, through oral and/or written briefings on the work of the Monitoring Team, including its visits to Member States and its activities;

(dd) Any other responsibility identified by the Committee.

Annex II

In accordance with paragraph 60 of this resolution, the Office of the Ombudsperson shall be authorized to carry out the following tasks upon receipt of a delisting request submitted by, or on behalf of, an individual, group, undertaking or entity on the ISIL (Da'esh) & Al-Qaida Sanctions List or by the legal representative or estate of such individual, group, undertaking or entity ("the petitioner").

The Council recalls that Member States are not permitted to submit delisting petitions on behalf of an individual, group, undertaking or entity to the Office of the Ombudsperson.

Information gathering (four months)

1. Upon receipt of a delisting request, the Ombudsperson shall:
 - (a) Acknowledge to the petitioner the receipt of the delisting request;
 - (b) Inform the petitioner of the general procedure for processing delisting requests;

(c) Answer specific questions from the petitioner about Committee procedures;

(d) Inform the petitioner in case the petition fails to properly address the original listing criteria, as set forth in paragraph 2 of this resolution, and return it to the petitioner for his or her consideration; and

(e) Verify if the request is a new request or a repeated request and, if it is a repeated request to the Ombudsperson and it does not contain relevant additional information, return it to the petitioner, with an appropriate explanation, for his or her consideration.

2. For delisting petitions not returned to the petitioner, the Ombudsperson shall immediately forward the delisting request to the members of the Committee, designating State(s), State(s) of residence and nationality or incorporation, relevant United Nations bodies, and any other States deemed relevant by the Ombudsperson. The Ombudsperson shall ask these States or relevant United Nations bodies to provide, within four months, any appropriate additional information relevant to the delisting request. The Ombudsperson may engage in dialogue with these States to determine:

(a) These States' opinions on whether the delisting request should be granted; and

(b) Information, questions or requests for clarifications that these States would like to be communicated to the petitioner regarding the delisting request, including any information or steps that might be taken by a petitioner to clarify the delisting request.

3. Where all designating States consulted by the Ombudsperson do not object to the petitioner's delisting, the Ombudsperson may shorten the information gathering period, as appropriate.

4. The Ombudsperson shall also immediately forward the delisting request to the Monitoring Team, which shall provide to the Ombudsperson, within four months:

(a) All information available to the Monitoring Team that is relevant to the delisting request, including court decisions and proceedings, news reports, and information that States or relevant international organizations have previously shared with the Committee or the Monitoring Team;

(b) Fact-based assessments of the information provided by the petitioner that is relevant to the delisting request; and

(c) Questions or requests for clarifications that the Monitoring Team would like asked of the petitioner regarding the delisting request.

5. At the end of this four-month period of information gathering, the Ombudsperson shall present a written update to the Committee on progress to date, including details regarding which States have supplied information, and any significant challenges encountered therein. The Ombudsperson may extend this period once for up to two months if he or she assesses that more time is required for information gathering, giving due consideration to requests by Member States for additional time to provide information.

Dialogue (two months)

6. Upon completion of the information gathering period, the Ombudsperson shall facilitate a two-month period of engagement, which may include dialogue with the petitioner. Giving due consideration to requests for additional time, the Ombudsperson may extend this period once for up to two months if he or she assesses that more time is required for engagement and the drafting of the Comprehensive Report described in paragraph 8 below. The Ombudsperson may shorten this time period if he or she assesses less time is required.

7. During this period of engagement, the Ombudsperson:

(a) May submit questions, either orally or in writing, to the petitioner, or request additional information or clarifications that may help the Committee's consideration of the request, including any questions or information requests received from relevant States, the Committee and the Monitoring Team;

(b) Should request from the petitioner a signed statement in which the petitioner declares that they have no ongoing association with Al-Qaida, ISIL, or any cell, affiliate, splinter group, or derivative thereof, and undertakes not to associate with Al-Qaida or ISIL in the future;

(c) Should meet with the petitioner, to the extent possible;

(d) Shall forward replies from the petitioner back to relevant States, the Committee and the Monitoring Team and follow up with the petitioner in connection with incomplete responses by the petitioner;

(e) Shall coordinate with States, the Committee and the Monitoring Team regarding any further inquiries of, or response to, the petitioner;

(f) During the information gathering or dialogue phase, the Ombudsperson may share with relevant States information provided by a State, including that State's position on the delisting request, if the State which provided the information consents;

(g) In the course of the information gathering and dialogue phases and in the preparation of the report, the Ombudsperson shall not disclose any information shared by a state on a confidential basis, without the express written consent of that state; and

(h) During the dialogue phase, the Ombudsperson shall give serious consideration to the opinions of designating States, as well as other Member States that come forward with relevant information, in particular those Member States most affected by acts or associations that led to the original listing.

8. Upon completion of the period of engagement described above, the Ombudsperson, shall draft and circulate to the Committee a Comprehensive Report that will exclusively:

(a) Summarize and, as appropriate, specify the sources of, all information available to the Ombudsperson that is relevant to the delisting request. The report shall respect confidential elements of Member States' communications with the Ombudsperson;

(b) Describe the Ombudsperson's activities with respect to this delisting request, including dialogue with the petitioner; and

(c) Based on an analysis of all the information available to the Ombudsperson and the Ombudsperson's recommendation, lay out for the Committee the principal arguments concerning the delisting request. The recommendation should state the Ombudsperson's views with respect to the listing as of the time of the examination of the delisting request.

Committee discussion

9. After the Committee has had fifteen days to review the Comprehensive Report in all official languages of the United Nations, the Chair of the Committee shall place the delisting request on the Committee's agenda for consideration.

10. When the Committee considers the delisting request, the Ombudsperson, shall present the Comprehensive Report in person and answer Committee members' questions regarding the request.

11. Committee consideration of the Comprehensive Report shall be completed no later than thirty days from the date the Comprehensive Report is submitted to the Committee for its review.

12. After the Committee has completed its consideration of the Comprehensive Report, the Ombudsperson may notify all relevant States of the recommendation.

13. Upon the request of a designating State, State of nationality, residence, or incorporation, and with the approval of the Committee, the Ombudsperson may provide a copy of the Comprehensive Report, with any redactions deemed necessary by the Committee, to such States, along with a notification to such States confirming that:

(a) All decisions to release information from the Ombudsperson's Comprehensive Reports, including the scope of information, are made by the Committee at its discretion and on a case-by-case basis;

(b) The Comprehensive Report reflects the basis for the Ombudsperson's recommendation and is not attributable to any individual Committee member; and

(c) The Comprehensive Report, and any information contained therein, should be treated as strictly confidential and not shared with the petitioner or any other Member State without the approval of the Committee.

14. In cases where the Ombudsperson recommends retaining the listing, the requirement for States to take the measures in paragraph 1 of this resolution shall remain in place with respect to that individual, group, undertaking or entity, unless a Committee member submits a delisting request, which the Committee shall consider under its normal consensus procedures.

15. In cases where the Ombudsperson recommends that the Committee consider delisting, the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall terminate with respect to that individual, group, undertaking or entity 60 days after the Committee completes consideration of a Comprehensive Report of the Ombudsperson, in accordance with this annex II, including paragraph 7 (h), unless the Committee decides by consensus before the end of that 60-day period that the requirement shall remain in place with respect to that individual, group, undertaking or entity; provided that, in cases where consensus does not exist, the Chair shall, on the request of a Committee Member, submit the question of

whether to delist that individual, group, undertaking or entity to the Security Council for a decision within a period of 60 days; and provided further that, in the event of such a request, the requirement for States to take the measures described in paragraph 1 of this resolution shall remain in force for that period with respect to that individual, group, undertaking or entity until the question is decided by the Security Council.

16. Following the conclusion of the process described in paragraphs 61 and 62 of this resolution, the Committee shall convey, within 60 days, to the Ombudsperson, whether the measures described in paragraph 1 are to be retained or terminated, and approve an updated narrative summary of reasons for listing, where appropriate. In cases where the Committee informs the Ombudsperson that it has followed his or her recommendation, the Ombudsperson immediately informs the Petitioner of the Committee's decision and submits to the Committee, for its review, a summary of the analysis contained in the Comprehensive Report. The Committee reviews the summary within 30 days of the decision to retain or terminate the listing, and communicates its views on the summary to the Ombudsperson. The purpose of the Committee's review is to address any security concerns, including to review if any information confidential to the Committee is inadvertently included in the summary. Following the Committee's review, the Ombudsperson transmits the summary to the Petitioner. The summary shall accurately describe the principal reasons for the recommendation of the Ombudsperson, as reflected in the analysis of the Ombudsperson. In his or her communication with the Petitioner, the Ombudsperson will specify that the summary of the analysis does not reflect the views of the Committee or of any of its members. In cases where the listing is retained, the summary of the analysis shall cover all the arguments for delisting by the Petitioner to which the Ombudsperson responded. In cases of delisting, the summary shall include the key points of the analysis of the Ombudsperson. In cases where the Committee informs the Ombudsperson that it has not followed his or her recommendation or that the Chair has submitted the question to the Security Council under paragraph 15 of this Annex, the Committee communicates to the Ombudsperson, within 30 days of its decision or the Council's decision, the reasons for this decision for transmission to the Petitioner. These reasons shall respond to the principal arguments of the Petitioner.

17. After the Ombudsperson receives the communication from the committee under paragraph 16 of Annex II, if the measures in paragraph 1 are to be retained, the Ombudsperson shall send to the petitioner, with an advance copy sent to the Committee, a letter that:

- (a) Communicates the outcome of the petition;
- (b) Describes, to the extent possible and drawing upon the Ombudsperson's Comprehensive Report, the process and publicly releasable factual information gathered by the Ombudsperson; and
- (c) Forwards from the Committee all information about the decision provided to the Ombudsperson pursuant to paragraph 16 of Annex II above.

18. In all communications with the petitioner, the Ombudsperson shall respect the confidentiality of Committee deliberations and confidential communications between the Ombudsperson and Member States.

19. The Ombudsperson may notify the petitioner, as well as those States relevant to a case but which are not members of the Committee, of the stage at which the process has reached.

Other Office of the Ombudsperson Tasks

20. In addition to the tasks specified above, the Ombudsperson shall:

(a) Distribute publicly releasable information about Committee procedures, including Committee Guidelines, fact sheets and other Committee-prepared documents;

(b) Where address is known, notify individuals or entities about the status of their listing, after the Secretariat has officially notified the Permanent Mission of the State or States, pursuant to paragraph 79 of this resolution; and

(c) Submit biannual reports summarizing the activities of the Ombudsperson to the Security Council.

Annex III

1. Muhammad Bahrum Naim Anggih Tamtomo

Muhammad Bahrum Naim Anggih Tamtomo is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “recruiting for,” and “otherwise supporting acts or activities of” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

2. Hanifa Money Exchange Office (branch located in Albu Kamal, Syrian Arab Republic)

Hanifa Money Exchange Office (branch located in Albu Kamal, Syrian Arab Republic) is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “supplying, selling or transferring arms and related materiel to,” “otherwise supporting acts or activities of,” and being “either owned or controlled, directly or indirectly by, or otherwise supporting” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

3. Selselat al-Thabab

Selselat al-Thabab is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” and “otherwise supporting acts or activities of” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

4. Jaysh Khalid Ibn al Waleed

Jaysh Khalid Ibn al Waleed is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “supplying, selling or transferring arms and related materiel to,” “otherwise supporting acts or activities of,” and being “either owned or controlled, directly or

indirectly by, or otherwise supporting” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

5. Malik Ruslanovich Barkhanoev

Malik Ruslanovich Barkhanoev is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “recruiting for,” and “otherwise supporting acts or activities of” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

6. Murad Iraklievich Margoshvili

Murad Iraklievich Margoshvili is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “recruiting for,” and “otherwise supporting acts or activities of” Jabhat Fatah al-Sham, listed as Al-Nusrah Front for the People of the Levant (QDe.137).

7. Oman Rochman

Oman Rochman is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “recruiting for,” and “otherwise supporting acts or activities of” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

8. Jund al Aqsa

Jund al Aqsa is associated with ISIL or Al-Qaida for “participating in the financing, planning, facilitating, preparing, or perpetrating of acts or activities by, in conjunction with, under the name of, on behalf of, or in support of,” “supplying, selling or transferring arms and related materiel to,” “otherwise supporting acts or activities of,” and being “either owned or controlled, directly or indirectly by, or otherwise supporting” Islamic State in Iraq and the Levant, listed as Al-Qaida in Iraq (QDe.115).

二零一八年一月十二日於行政長官辦公室

辦公室代主任 蘆麗卿

Gabinete do Chefe do Executivo, aos 12 de Janeiro de 2018.
— A Chefe do Gabinete, substituta, *Lo Lai Heng*.

經濟財政司司長辦公室

第 2/2018 號經濟財政司司長批示

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據第6/1999號行政法規第三條、第八條第二款及附件八(二)項，以及第110/2014號行政命令第一款、第二款(三)項及第五款的規定，作出本批示。

轉授一切所需權力予社會協調常設委員會執行委員會協調員黃志雄，以便代表澳門特別行政區作為簽署人，與澳門政治經濟研究協會簽訂提供“就社會須具備甚麼條件才能開展‘工會法’的討論之調研服務”合同。

二零一八年一月九日

經濟財政司司長 梁維特

**GABINETE DO SECRETÁRIO PARA A ECONOMIA
E FINANÇAS**

**Despacho do Secretário para a Economia
e Finanças n.º 2/2018**

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do artigo 3.º, n.º 2 do artigo 8.º e alínea 2) do anexo VIII do Regulamento Administrativo n.º 6/1999, e do n.º 1, alínea 3) do n.º 2 e n.º 5 da Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

São subdelegados no coordenador da Comissão Executiva do Conselho Permanente de Concertação Social, Wong Chi Hong, todos os poderes necessários para representar a Região Administrativa Especial de Macau, como outorgante, na celebração do contrato com a Associação de Estudo de Economia Política, de Macau, para a prestação dos serviços de «Estudo das condições sociais necessárias para se iniciar a discussão da Lei Sindical».

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac*.

第3/2018號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予行政長官辦公室一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$975,900.00（澳門幣玖拾柒萬伍仟玖佰元整）；

在該辦公室的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予行政長官辦公室一項金額為\$975,900.00（澳門幣玖拾柒萬伍仟玖佰元整）的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：辦公室主任柯嵐；

委員：辦公室顧問陳秀玉；

委員：政府總部輔助部門行政技術輔助廳廳長劉軍勵；

候補委員：政府總部輔助部門物料供應暨財產處處長陳君慧；

候補委員：政府總部輔助部門首席行政技術助理員劉景峰。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

第4/2018號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予行政法務司司長辦公室一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$326,000.00（澳門幣叁拾貳萬陸仟元整）；

在該辦公室的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 3/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído ao Gabinete do Chefe do Executivo, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 975 900,00 (novecentas e setenta e cinco mil e novecentas patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta do aludido Gabinete e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído ao Gabinete do Chefe do Executivo um fundo permanente de \$ 975 900,00 (novecentas e setenta e cinco mil e novecentas patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: O Lam, chefe do Gabinete.

Vogal: Chan Sao Iok, assessora do Gabinete;

Vogal: Lao Kuan Lai da Luz, chefe do DATA dos SASG.

Vogal suplente: Chan Kuan Wai, chefe da DAP dos SASG.

Vogal suplente: Lao Keng Fong, assistente técnico administrativo principal dos SASG.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac.*

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 4/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído ao Gabinete da Secretaria para a Administração e Justiça, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 326 000,00 (trezentas e vinte e seis mil patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta do aludido Gabinete e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

撥予行政法務司司長辦公室一項金額為\$326,000.00 (澳門幣叁拾貳萬陸仟元整) 的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：辦公室主任丘曼玲，當其出缺或因故不能視事時，由其合法代任人代任；

委員：司長秘書Isabel Narana Xete，當其出缺或因故不能視事時，由顧問高級技術員區玉玲代任；

委員：一等高級技術員倫紹發，當其出缺或因故不能視事時，由顧問高級技術員陳靜代任。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

第 5/2018 號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予經濟財政司司長辦公室一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$203,000.00 (澳門幣貳拾萬叁仟元整)；

在該辦公室的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予經濟財政司司長辦公室一項金額為\$203,000.00 (澳門幣貳拾萬叁仟元整) 的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：辦公室主任丁雅勤，當其出缺或因故不能視事時，由其合法代任人代任；

委員：辦公室顧問何樹榮；

委員：司長秘書陳巧兒；

候補委員：辦公室顧問黃善文；

候補委員：司長秘書蘇秀斐。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

É atribuído ao Gabinete da Secretaria para a Administração e Justiça um fundo permanente de \$ 326 000,00 (trezentas e vinte e seis mil patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: Iao Man Leng, chefe do Gabinete e, nas suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

Vogal: Isabel Narana Xete, secretária pessoal e, nas suas faltas ou impedimentos, Ao Iok Leng, técnica superior assessora;

Vogal: Lon Sio Fat, técnico superior de 1.ª classe e, nas suas faltas ou impedimentos, Chan Cheng, técnica superior assessora.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac.*

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 5/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído ao Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 203 000,00 (duzentas e três mil patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta do aludido Gabinete e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído ao Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças um fundo permanente de \$ 203 000,00 (duzentas e três mil patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: Teng Nga Kan, chefe do Gabinete e, nas suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

Vogal: Ho Su Weng, assessor do Gabinete;

Vogal: Chan Hau Yi, secretária pessoal.

Vogal suplente: Vong Sin Man, assessor do Gabinete;

Vogal suplente: Sou Sao Man, secretária pessoal.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac.*

第6/2018號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予保安司司長辦公室一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$230,000.00（澳門幣貳拾叁萬元整）；

在該辦公室的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予保安司司長辦公室一項金額為\$230,000.00（澳門幣貳拾叁萬元整）的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：辦公室主任張玉英，當其出缺或因故不能視事時，由其合法代任人代任；

委員：辦公室顧問何浩瀚；

委員：辦公室顧問梁佩欣；

候補委員：司長秘書李嘉儀；

候補委員：辦公室顧問賴東生。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

第7/2018號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予運輸工務司司長辦公室一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$265,100.00（澳門幣貳拾陸萬伍仟壹佰元整）；

在該辦公室的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予運輸工務司司長辦公室一項金額為\$265,100.00（澳門幣貳拾陸萬伍仟壹佰元整）的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 6/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído ao Gabinete do Secretário para a Segurança, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 230 000,00 (duzentas e trinta mil patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta do aludido Gabinete e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído ao Gabinete do Secretário para a Segurança um fundo permanente de \$ 230 000,00 (duzentas e trinta mil patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: Cheong Ioc Ieng, chefe do Gabinete e, nas suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

Vogal: Adriano Marques Ho, assessor do Gabinete;

Vogal: Leong Pui Ian, assessora do Gabinete.

Vogal suplente: Lei Ka I Madalena, secretária pessoal;

Vogal suplente: Lai Tong Sang, assessor do Gabinete.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac.*

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 7/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído ao Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 265 100,00 (duzentas e sessenta e cinco mil e cem patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta do aludido Gabinete e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído ao Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas um fundo permanente de \$ 265 100,00 (duzentas e sessenta e cinco mil e cem patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

主席：辦公室主任張翠玲，當其出缺或因故不能視事時，由其合法代任人代任；

委員：辦公室顧問黃文傑；

委員：辦公室顧問曾惠斯；

候補委員：顧問高級技術員李少娟；

候補委員：首席行政技術助理員吳明建。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

第 8/2018 號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予行政會秘書處一項按照經第 28/2009 號行政法規修訂的第 6/2006 號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為 \$38,000.00 (澳門幣叁萬捌仟元整)；

在該秘書處的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第 110/2014 號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予行政會秘書處一項金額為 \$38,000.00 (澳門幣叁萬捌仟元整) 的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：秘書長柯嵐，當其出缺或因故不能視事時，由其合法代任人代任；

委員：法律及行政輔助廳代廳長李惠茹；

委員：行政、財政及資訊處代處長江妙霞；

候補委員：首席特級技術輔導員馮婉玲；

候補委員：首席技術輔導員石碧珠。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

Presidente: Cheong Chui Ling, chefe do Gabinete e, nas suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

Vogal: Vong Man Kit, assessor do Gabinete;

Vogal: Chang Wai Si, assessora do Gabinete.

Vogal suplente: Lei Sio Kun, técnica superior assessora;

Vogal suplente: Ng Meng Kin, assistente técnico administrativo principal.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac*.

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 8/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído à Secretaria do Conselho Executivo, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 38 000,00 (trinta e oito mil patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta da aludida Secretaria e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído à Secretaria do Conselho Executivo um fundo permanente de \$ 38 000,00 (trinta e oito mil patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: O Lam, secretária-geral e, nas suas faltas ou impedimentos, o seu substituto legal.

Vogal: Lei Wai U, chefe do Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo, substituta;

Vogal: Kong Mio Ha, chefe da Divisão Administrativa, Financeira e Informática, substituta.

Vogal suplente: Fong Un Leng, adjunta-técnica especialista principal;

Vogal suplente: Shi Susan, adjunta-técnica principal.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac*.

第9/2018號經濟財政司司長批示

基於在本財政年度有需要撥予警察總局一項按照經第28/2009號行政法規修訂的第6/2006號行政法規《公共財政管理制度》第二十六條至第二十九條的規定而設立的常設基金，金額為\$448,000.00（澳門幣肆拾肆萬捌仟元整）；

在該局的建議下，並聽取財政局意見；

經濟財政司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條及第110/2014號行政命令賦予的職權，作出本批示。

撥予警察總局一項金額為\$448,000.00（澳門幣肆拾肆萬捌仟元整）的常設基金。該基金由以下成員組成之行政委員會負責管理：

主席：局長辦公室協調員趙汝民；

委員：資源管理廳廳長陳思敏；

委員：一等技術員容國健；

候補委員：特級技術輔導員楊丹青；

候補委員：特級技術輔導員李甄妮；

候補委員：顧問高級技術員林文鋒。

本批示自公佈翌日起生效，其效力追溯至二零一八年一月一日。

二零一八年一月十二日

經濟財政司司長 梁維特

批示摘錄

摘錄自經濟財政司司長於二零一八年一月十八日作出的批示：

李寶華——根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條第二款，以及現行第14/2009號法律《公務人員職程制度》第十四條第一款（一）項及第二款的規定，以附註方式修改其在本辦公室擔任職務的不具期限的行政任用合同第三條款，晉級為第一職階首席顧問高級技術員，薪俸點660，自本批示摘錄公佈日起生效。

二零一八年一月十八日於經濟財政司司長辦公室

辦公室主任 丁雅勤

Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 9/2018

Considerando a necessidade de ser atribuído aos Serviços de Polícia Unitários, para o corrente ano económico, um fundo permanente de \$ 448 000,00 (quatrocentas e quarenta e oito mil patacas), constituído nos termos do disposto nos artigos 26.º a 29.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (Regime de administração financeira pública), na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009;

Sob proposta dos aludidos Serviços e ouvida a Direcção dos Serviços de Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, conjugado com a Ordem Executiva n.º 110/2014, o Secretário para a Economia e Finanças manda:

É atribuído aos Serviços de Polícia Unitários um fundo permanente de \$ 448 000,00 (quatrocentas e quarenta e oito mil patacas), para ser gerido por uma comissão administrativa composta pelos seguintes membros:

Presidente: Chio U Man, coordenador do Gabinete do comandante-geral.

Vogal: Chan Si Man, chefe do Departamento de Gestão de Recursos;

Vogal suplente: Iong Kuok Kin, técnico de 1.ª classe.

Vogal suplente: Ieong Tan Cheng, adjunta-técnica especialista;

Vogal suplente: Lei Ian Nei, adjunta-técnica especialista;

Vogal suplente: Lam Man Fong, técnico superior assessor.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e os seus efeitos retroagem ao dia 1 de Janeiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Economia e Finanças, *Leong Vai Tac*.

Extracto de despacho

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Economia e Finanças, de 18 de Janeiro de 2018:

Lei Pou Wa — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do seu contrato administrativo de provimento sem termo para o exercício de funções neste Gabinete, ascendendo a técnica superior assessora principal, 1.º escalão, índice 660, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos), conjugado com o artigo 14.º, n.os 1, alínea 1), e 2, da Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), vigente, a partir da data da publicação do presente extracto de despacho.

Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, aos 18 de Janeiro de 2018. — A Chefe do Gabinete, *Teng Nga Kan*.

保安司司長辦公室

第8/2018號保安司司長批示

保安司司長行使第6/1999號行政法規第四條第二款及附件四所規定的職權，作出本批示。

今年8月23日，澳門遭受64年以來最強颱風“天鴿”的吹襲，市面廣受破壞；其風暴潮與時值的天文大潮形成疊加效應，引發澳門多處地區嚴重水浸，導致大面積停電停水，對社會正常運作和居民生活造成了極其嚴重的影響。

風災期間，保安司轄下各部隊及部門人員全數取消休假，上下一心，各司其職，傾力應對及參與救災：不顧安危，全力搜救受海水倒灌圍困人士；無懼險阻，快速清除各區高危懸掛物及倒塌物，打通大部分主幹道；緊守崗位，維持各口岸秩序及治安，保障滯留旅客人身安全；通力合作，排查各區安全隱患，迅速闢謠，防範社會出現恐慌和有人乘機犯罪；不辭勞苦，確保部門正常運作，並動用了一切可動用的人力和物力協助清障，保障市民如常出行和社區環境衛生。全體人員通力合作，發揮團隊力量，短時間內基本恢復本澳城市容貌和居民日常生活。

保安司轄下各部隊及部門全體人員在颱風“天鴿”襲澳期間，無論在應急、救災或善後等工作上，充分發揚了捨己為人、公而忘私和團體合作的警隊精神；鮮明展現出保安部隊及部門人員的良好品德、專業操守和勇於擔當的警隊形象，社會各界對此均給予高度評價。

基於此，本人現特向參與上述工作的全體人員予以公開表揚，並藉此向其家屬們對警隊工作的理解和支持致以衷心的感謝！

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

GABINETE DO SECRETÁRIO PARA A SEGURANÇA

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 8/2018

O Secretário para a Segurança, usando da competência que lhe advém do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999, com referência ao seu Anexo IV:

Em 23 de Agosto deste ano, Macau foi atingido pelo tufão «Hato», o mais violento dos últimos em 64 anos, que devastou a nossa cidade; a tempestade que o tufão trouxe consigo e a maré astronómica ocorreram em simultâneo, produzindo um efeito de sobreposição, que causou graves inundações em vários locais de Macau e originou interrupção no abastecimento de água e energia eléctrica, causadores de impacto extremamente grave ao funcionamento normal da sociedade e na vida dos residentes.

Durante a tempestade, todo o pessoal e agentes das forças e serviços de segurança cancelaram as suas férias para enfrentar uma mesma missão, tendo envidado o máximo esforço na assunção das suas funções na participação de trabalhos de socorro e resposta: indiferentes à questão da sua própria segurança, procederam a buscas e resgate de cidadãos retidos pelo avanço das águas do mar; procederam, enfrentando o perigo com abnegação, à remoção rápida de objectos suspensos em elevado grau de risco de colapsar, libertando as principais voas de comunicação; mantiveram-se no cumprimento dos seus deveres, procurando manter a ordem e a segurança dos postos fronteiriços, protegendo a segurança dos passageiros que estavam ali retidos, trabalharam em conjunto na investigação de potenciais riscos de segurança em todos os locais da cidade, apressaram-se a esclarecer os rumores, assim, prevenindo a instalação do pânico na sociedade e prevenir que alguém disso se aproveitasse para praticar crimes; trabalharam arduamente para garantir o funcionamento normal dos serviços, bem como usaram todos os recursos humanos e materiais para a remoção de obstáculos, de modo a assegurar a circulação normal dos cidadãos. Através de uma cooperação conjunta entre todo o pessoal e agentes, a aparência da cidade de Macau e a vida normal dos residentes foram recuperados, mostrando, assim, coesão e espírito de corpo.

Tanto nos trabalhos de contingência e resgate como nos de acompanhamento, prestados pelos pessoal e agentes das forças e serviços, sob a tutela da secretaria para a segurança, durante a passagem do tufão «Hato», ficou demonstrado o espírito de sacrifício e de abnegação das forças e serviços de segurança; ficou patente na conduta profissional demonstrada uma imagem de coragem, e de bom carácter, registando-se a forma como, em presença de tais feitos, foi realçado o seu valor por parte de todos os sectores da sociedade.

Nestes termos atribuo, a todo o pessoal e agentes que emprestaram a sua participação nos trabalhos acima referidos, este público louvor, bem como manifesto os meus sinceros agradecimentos às respectivas famílias pela sua compreensão e apoio.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

第9/2018號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

海關潛水隊員黎逸紋關員（編號23991）在“天鵝”風災肆虐本澳期間奉召執行搜救任務，在拯救被倒灌海水困於筷子基北灣巴士站附近的三名市民的過程中，黎逸紋面對惡劣的天氣和湍急的水流，以及未知的水下情況，依然臨危不亂，奮不顧身入水搜救，最終聯同團隊成功將三名遇險市民先後救起。

黎逸紋關員無懼犧牲，不惜以身犯險，旨在拯救危在旦夕的生命，出色地履行了保安部隊和部門人員救急扶危的神聖使命，其英勇表現和高尚的人道精神值得稱頌。

基於此，本人現特向黎逸紋關員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第10/2018號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

海關潛水隊員周偉聲關員（編號81061）在“天鵝”風災肆虐本澳期間奉召執行搜救任務，在拯救被倒灌海水困於筷子基北灣巴士站附近的三名市民的過程中，周偉聲無懼現場凶險的環境，及時為候援的遇險者提供必要的支援，直至各人先後被搜救團隊成功救起，並安全離開現場。

周偉聲關員在危急的情況下仍然沉着冷靜，致力為拯救團隊創造可行條件，確保遇險人員安然無恙，無負保安部隊和部門人員救急扶危的神聖使命，其傑出的工作表現值得稱頌。

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 9/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O verificador alfandegário n.º 23 991, Lai Iat Man, desempenha funções na equipa de mergulho dos Serviços de Alfândega. Durante a ocorrência do tufão «Hato», a missão do verificador alfandegário, Lai Iat Man, consistiu na busca e resgate, de cuja acção resultou o salvamento de 3 cidadãos que estavam retidos na paragem de autocarro da Baía Norte da zona de Fai Chi Kei. O agente enfrentou a intempérie e o grande volume de água, procedendo com abnegação e risco da própria vida ao mergulho desconhecendo os perigos escondidos para levar a cabo a sua acção de resgate, logrando, em comunhão de esforços com os seus colegas, o resgate dos 3 cidadãos em perigo.

O verificador alfandegário, Lai Iat Man, cumpriu de forma excelente a sua missão nas forças e serviços da segurança sem medo, sacrificando-se e indiferente ao perigo, resgatando quem esteve perante, e muito perto, da morte. Esta conduta é merecedora de elogio, pelo muito que revela da coragem e do elevado sentido de humanismo do agente que a protagonizou.

Pelo exposto, e por ser dele merecedor, outorgo ao verificador alfandegário, Lai Iat Man, este público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 10/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O verificador alfandegário n.º 81 061, Chao Wai Seng, desempenha funções na equipa de mergulho dos Serviços de Alfândega. Durante a ocorrência do tufão «Hato», a missão do verificador alfandegário, Chao Wai Seng, consistiu na busca e resgate, de cuja acção resultou o salvamento de 3 cidadãos que estavam retidos na paragem de autocarro da Baía Norte da zona de Fai Chi Kei. Indiferente ao medo e aos perigos que lhe mostrava a intempérie, o agente logrou prestar o apoio necessário às vítimas até que as mesmas estivessem salvas pelas colegas da sua equipa e fossem retiradas do local de ocorrência em condições de segurança.

Perante uma situação crítica, o verificador alfandegário, Chao Wai Seng, manteve sempre a serenidade necessária à criação de condições que viabilizassem a intervenção da equipa de resgate em segurança para a sua integridade física, assim contribuindo para a realização da nobre missão das forças e serviços da segurança. Esta conduta, pelo seu excelente desempenho, é merecedora de elogio.

基於此，本人現特向周偉聲關員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 11/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

海關潛水隊員譚順益關員（編號30101）在“天鴿”風災肆虐本澳期間奉召執行搜救任務，在拯救被倒灌海水困於筷子基北灣巴士站附近的三名市民的過程中，譚順益無懼倒灌海水的衝擊，克服船艇猛烈搖晃對搜救工作造成的困難，奮力拯救，最終聯同團隊成功將全數遇險者帶離險境。

譚順益關員在惡劣且危急的環境下捨己為人，克盡己任，表現英勇，充分展現保安部隊和部門人員的高尚情操，以及令人敬畏的服務精神，其傑出的工作表現值得稱頌。

基於此，本人現特向譚順益關員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 12/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

治安警察局第三警務警司處特別巡邏組隊長曾智明首席警員（編號141961）於颱風“天鴿”襲澳當天，率領其小隊在河邊新街近凱泉灣附近執勤期間，奮不顧身，撲進滿佈油污及漂浮物的洶湧海水中，出色地拯救了一對險被沖走的夫婦；其後率其他三名隊員，凝聚團體力量，在另一處成功協助數名市民安全脫離被洪水圍困之險。

Pelo exposto, e por ser dele merecedor, outorgo ao verificador alfandegário, Chao Wai Seng, este público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 11/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O verificador alfandegário n.º 30 101, Tam Son Iek, desempenha funções na equipa de mergulho dos Serviços de Alfândega. Durante a ocorrência do tufão «Hato», a missão do verificador alfandegário, Tam Son Iek, consistiu na busca e resgate do que resultou no salvamento de 3 cidadãos retidos na paragem de autocarro da Baía Norte da zona de Fai Chi Kei. Na ocasião, o agente, indiferente ao refluxo das águas do mar, enfrentou com denodo os fortes abalos sofridos na sua embarcação e, apesar das grandes dificuldades que lhe foram opostas, logrou em comunhão de esforços com os seus colegas levar a cabo os trabalhos de resgate e retirar as vítimas da zona de perigo.

Numa situação de crise emergente, o verificador alfandegário, Tam Son Iek, fazendo jus ao lema «vida por vida», envidou todo o seu trabalho de resgate, mostrando atitude heróica, numa demonstração cabal da nobreza que deve caracterizar um agente das forças e serviços da segurança, bem como dedicação e espírito de serviço, facto que o constitui credor de justos elogios.

Pelo exposto, e por ser dele merecedor, outorgo ao verificador alfandegário, Tam Son Iek, este público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 12/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

No dia 23 de Agosto do corrente ano, dia em que Macau foi sujeito à invasão do tufão «Hato», mais propriamente quando o chefe do Grupo de Patrulha Especial do Comissariado Policial n.º 3, guarda principal Chang Chi Meng Francisco (n.º 141 961) estava no exercício das suas funções junto da Riviera Macau, da Rua do Almirante Sérgio, alheio aos perigos que o ameaçavam, penetrou nas águas poluídas que avançavam em ondas violentas e trazendo consigo com objectos flutuantes e procedeu ao resgate de um casal que estava prestes a ser arrastado por aquela avalanche; de seguida, acompanhado dos três colegas e graças ao seu espírito de equipa, protagonizou ajudas noutras locais, evitando que vários cidadãos ficassem retidos pelas vagas de água.

曾智明在上述拯救行動中，充分展現其專業的指揮和靈活的應變能力，完美地呈現了公而忘私，捨己救人的警隊精神，鮮明樹立了紀律部隊人員勇於擔當的警隊形象，其英勇表現是保安範疇全體人員的模範。

基於此，本人現特向曾智明首席警員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 13/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

治安警察局第三警務警司處特別巡邏組隊員戴達宏警員（編號323111）於颱風“天鴿”襲澳當天，在河邊新街近凱泉灣附近執勤期間，短短數分鐘，該區倒灌的海水急升至頸部，數名市民被洶湧而至的海水圍困。戴達宏不顧安危，與其他隊員發揮團體力量，在滿佈油污及漂浮物的湍急海水中力克各種險情，堅定勇往，成功將受困的所有市民安全救離險境。

戴達宏警員在上述拯救行動中，充分展現出捨己救人，團結互助的警隊精神，樹立了紀律部隊人員甘於承擔的警隊形象，其英勇表現是保安範疇全體人員的模範，值得表揚。

基於此，本人現特向戴達宏警員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 14/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

O acto de resgate descrito levado a cabo por Chang Chi Meng Francisco demonstrou claramente a sua capacidade de comando e de reacção rápida, revelando forte espírito de abnegação e de sacrifício que são apanágio de um policial dela tendo exibido a coragem e sentido de responsabilidade que o caracteriza. O seu excelente desempenho constitui um bom exemplo para todo o pessoal da área de segurança.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo guarda principal Chang Chi Meng Francisco, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 13/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

No dia em que Macau foi sujeito à invasão do tufão «Hato», quando o membro do Grupo de Patrulha Especial do Comissariado Policial n.º 3, guarda Tai Tat Wang (n.º 323 111) estava a prestar serviço junto da Riviera Macau, da Rua do Almirante Sérgio, o nível da maré aumentou em poucos minutos submergindo as pessoas, ameaçando-as de ficarem cercadas pela violenta vaga de água. Perante essa situação, o guarda Tai Tat Wang, sem pensar na própria segurança e juntando-se a outros membros da equipa, apelou ao sentido de união e infiltrou-se pelas violentas poluídas, por objectos flutuantes, tendo, graças à sua abnegação ultrapassado todas as dificuldades encontradas e resgatado, com sucesso, todos os cidadãos retidos, para zonas livres de perigo.

O acto de resgate perpetrado pelo guarda Tai Tat Wang demonstrou claramente o espírito de sacrifício e de reunião que caracteriza a equipa policial, deixando, também, uma imagem corajosa e de assunção de responsabilidades que são seu apanágio. O seu excelente desempenho constitui um orgulho do todo o pessoal da área de segurança e um credor do justo elogio.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo guarda Tai Tat Wang, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 14/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

治安警察局第三警務警司處特別巡邏組隊員何俊鴻警員（編號338111）於颱風“天鴿”襲澳當天，在河邊新街近凱泉灣附近執勤期間，短短數分鐘，該區倒灌的海水急升至頸部，數名市民被洶湧而至的海水圍困。何俊鴻無懼危險，與其他隊員發揮團體力量，在滿佈油污及漂浮物的湍急海水中奮勇前行，排除重重困難，成功協助受困的所有市民安全脫離險境。

何俊鴻警員在上述拯救行動中，充分展現出捨己救人，團結互助的警隊精神，彰顯了紀律部隊人員勇於擔當的警隊形象，其英勇表現是保安範疇全體人員的驕傲，值得嘉許。

基於此，本人現特向何俊鴻警員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 15/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

治安警察局第三警務警司處特別巡邏組隊員王秋娥警員（編號273120）於颱風“天鴿”襲澳當天，在河邊新街近凱泉灣附近執勤期間，短短數分鐘，該區倒灌的海水急升至頸部，數名市民被洶湧而至的海水圍困。王秋娥無懼險阻，與其他隊員發揮團體力量，在滿佈油污及漂浮物的湍急海水中克服各種困難，勇往直前，成功協助受困的所有市民安全撤離災區。

王秋娥警員在上述拯救行動中，充分展現出捨己救人，團結互助的警隊精神，呈現了紀律部隊人員敢於挑戰的警隊形象，其英勇表現是保安範疇全體人員的驕傲，值得稱頌。

基於此，本人現特向王秋娥警員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

No dia em que Macau foi sujeito à invasão do tufão «Hato» e mais precisamente no momento em que o guarda Ho Chon Hong (n.º 338 111) do Grupo de Patrulha Especial do Comissariado Policial n.º 3, desempenhava funções junto da Riviera Macau da Rua do Almirante Sérgio, o nível do maré aumentou, em poucos minutos, quase submergindo as pessoas e ameaçando-as de ficaram cercadas pela avalanche das águas. Perante essa situação, o guarda Ho Chon Hong, alheando-se dos perigos, juntando-se a outros membros colegas e, unido a eles, penetrou nas águas violentas, vencendo todas as dificuldades encontradas e resgatado, com sucesso, todos cidadãos retidos, levando-os a saírem de forma segura da zona perigosa.

O acto de resgate supracitado do guarda Ho Chon Hong demonstrou claramente o espírito de sacrifício e de união, numa demonstração cabal do espírito de união que caracteriza a equipa policial. O seu excelente desempenho constitui orgulho para todo o pessoal da área de segurança e é credor do justo elogio.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo guarda Ho Chon Hong, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 15/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

No dia em que Macau foi sujeito à invasão do tufão «Hato», quando o membro do Grupo de Patrulha Especial do Comissariado Policial n.º 3, guarda Wong Chao Ngo (n.º 273 120) estava a executar as suas funções junto da Riviera Macau, da Rua do Almirante Sérgio, o nível da maré aumentou, dentro de poucos minutos, quase submergindo as pessoas, constatando-se que vários cidadãos começavam a ficar cercados pela violência das vagas de água. Perante essa situação, a guarda Wong Chao Ngo, juntamente com outros membros da equipa, apelou ao espírito de união, entrou pelas águas, poluídas por objectos flutuantes e com ondas violentas, conseguindo vencer todas as dificuldades encontradas e assim ajudando todos cidadãos em dificuldades a saírem de forma segura da zona afectada.

A acção de resgate descrita protagonizada por Wong Chao Ngo demonstrou claramente espírito de sacrifício e de união, representando também a imagem de coragem na assunção de responsabilidades por parte da equipa policial. O seu excelente desempenho constitui um orgulho do todo o pessoal da área de segurança e um crédito de reconhecimento.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pela guarda Wong Chao Ngo, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

第16/2018號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

消防局馮少明消防區長（編號407911）在颱風“天鴿”襲澳後，帶領隊員奔赴本澳各處災難現場進行緊急救援工作。在澳門土地廟里的一宗倒塌事故中，該街區唯一出路被堵，居民被困。馮少明率一眾隊員無懼險阻，克服重重困難，在惡劣的環境下連續工作超過二十四小時，最終順利將一個位於高處搖搖欲墜的

大型簷篷拆除，重新開通該區對外通道，解除居民的即時危險。

馮少明在上述清障工作過程中，充分展現其專業的指揮和危機處理能力，以及無私奉獻的消防精神，彰顯了保安部隊竭誠為民、勇於擔當的公共形象，其傑出的工作表現值得嘉許。

基於此，本人現特向馮少明消防區長予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第17/2018號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

消防局趙立榮副消防區長（編號431911）在颱風“天鴿”吹襲期間始終堅守搜救工作的最前線，憑藉其專業的領導和組織能力，以及豐富的救援經驗，帶領隊員克服了由惡劣天氣和風暴潮所帶來的各種困難險阻，高效完成各項救援工作，成功在本澳多處救出被潮水圍困的人士和傷者，化險為夷。

趙立榮在搜救過程中無懼逆境、不怕犧牲、甘於奉獻，充分展現澳門特別行政區消防隊員捨己為人的崇高精神和優秀公僕

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 16/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O chefe n.º 407 911, Fong Sio Meng, do Corpo de Bombeiros, liderou a sua equipa a acudir nas zonas mais afectadas do território após o tufão «Hato» a fim de prestar socorro e salvamento nos locais de incidentes. Particularmente num caso de queda de objecto no Beco do Pagode do Patane, incidente que impediu a única via de acesso ao exterior dos residentes daquela zona, Fong Sio Meng, chefou a sua equipa, indiferente de perigos e obstáculos, ultrapassando todas as dificuldades e trabalhando sem descanso por mais de 24 horas, até conseguir finalmente desmantelar o grande toldo suspenso a ameaçar cair, logrando, assim, reabrir o acesso ao exterior daquela zona, eliminando os perigos imediatos para os seus residentes.

No trabalho de remoção dos obstáculos referidos, Fong Sio Meng demonstrou explicitamente a sua alta qualidade e profissionalismo, a sua capacidade de resposta aos riscos e representou, igualmente, o espírito de sacrifício de bombeiros, bem como a boa imagem pública de dedicação ao servir o público e o sentido de responsabilidade das forças de segurança. O seu excelente desempenho constitui no credor do justo reconhecimento.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo chefe Fong Sio Meng, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 17/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O subchefe n.º 431 911, Chiu Lap Weng, do Corpo de Bombeiros, permaneceu sempre na linha da frente aquando das operações de salvamento por ocasião da ocorrência do tufão «Hato» e, ainda, graças à sua elevada capacidade de liderança e organização, bem assim à sua elevada experiência, chefou a sua equipa enfrentando todas as dificuldades e perigos provocados pelo tempo adverso e «storm surge», levando a bom termo todos os trabalhos de socorro e salvando, em diversos locais do território, pessoas sinistradas e retidas pela água do mar, do perigo logrando alcançar a segurança.

Enfrentando com coragem todas as adversidades advindas do trabalho de salvamento, devotou total empenho e dedicação, com o que fez significar o elevado espírito de sacrifício e a

品格，彰顯了保安部隊人員敢於擔當的鮮明形象。其傑出的工作表現，值得嘉許。

基於此，本人現特向趙立榮副消防區長予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 18/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

消防局陳文熙首席消防員（編號429991）在參與本年8月23日“天鴿”風災搶險善後工作期間，在得悉青洲大馬路一帶水浸情況嚴重，且有人被困待救後，隨即帶領隊員涉水徒步趕赴現場，沿途無懼受淹路面潛藏的安全隱患，以及惡劣天氣和環境所帶來的挑戰，最終成功將兩名被困的傷者救離險境。

陳文熙在搜救工作過程中所展現的承擔和果斷，彰顯了消防人員的專業素質，體現了保安部隊崇高的服務精神。其傑出的工作表現，值得予以嘉許。

基於此，本人現特向陳文熙首席消防員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 19/2018 號保安司司長批示

保安司司長根據十二月三十日第66/94/M號法令核准的《澳門保安部隊軍事化人員通則》第二百一十一條第一款所指的附件G規定的權限，以及第二百一十五條的規定，作出本批示。

消防局蔡余生消防員（編號414151）在“天鴿”風災肆虐本澳期間，一直處於前線救急扶危。在參與十月初五街一店舖的搜救工作期間，面對店舖地窖受淹情況嚴重，受困人員情勢危急，

alta qualidade de funcionário público, numa manifestação de prestígio para o pessoal das forças de segurança. O seu excelente desempenho constitui-o credor do justo elogio.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo subchefe Chiu Lap Weng, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 18/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O bombeiro principal n.º 429 991, Chan Man Hei, do Corpo de Bombeiros, durante a sua participação no trabalho de salvamento e resgate após o tufão «Hato», ao tomar conhecimento de grande inundação na zona da Avenida do Conselheiro Borga e da existência de pessoas retidas, a necessitar de serem resgatadas, liderou, de imediato, a sua equipa por entrar as águas até ao local do incidente, alheio ao receio de perigos ocultos nas vias públicas inundadas e à adversidade da tempestade, assim logrando salvar duas pessoas, feridas, que se encontravam retidas em condições perigosas.

O sentido de responsabilidade e o espírito decidido demonstrado no processo de salvamento evidenciaram a qualidade de profissionalismo de bombeiros e a elevada motivação para servir o público, que é apanágio das forças de segurança. O excelente desempenho evidenciado constitui-o credor de justo elogio.

Pela excelência e mérito dos atributos enunciados, impõe-se reconhecer o notável e relevante valor dos serviços prestados pelo bombeiro principal Chan Man Hei, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 19/2018

Nos termos da competência que lhe é conferida pelo Anexo G do n.º 1 do artigo 211.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/94/M, de 30 de Dezembro, com referência, ainda, ao seu artigo 215.º, o Secretário para a Segurança manda:

O bombeiro n.º 414 151, Choi U Sang, do Corpo de Bombeiros, permaneceu sempre na linha da frente nas operações de salvamento durante o período de invasão do tufão «Hato». Sendo de evidenciar que durante um salvamento numa cave de

且搜救環境安全風險巨大，蔡余生無懼自身安危，即時進入地窖奮力搜索，最終發現並救出遇難者。

蔡余生在搜救過程中展現其過人的勇氣，以及鍥而不捨的精神，弘揚了公僕崇高的奉獻精神，得到了上級及同僚的讚賞和肯定。其傑出的工作表現，值得予以嘉許。

基於此，本人現特向蔡余生消防員予以公開嘉獎。

二零一八年一月九日

保安司司長 黃少澤

第 20/2018 號保安司司長批示

保安司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據經第25/2001號行政法規修改的第6/1999號行政法規第四條第二款，第111/2014號行政命令第一條的規定，以及按照四月十五日第93/96/M號訓令核准的《澳門保安部隊高等學校規章》第一百條及第一百零三條的規定，作出本批示：

一、現透過錄取考試，招考由澳門保安部隊高等學校開辦之第十七屆警官培訓課程學員二十名，以填補治安警察局高級職程二十缺，學員名額分配如下：

(一) 治安警察局之報考人：十個；

(二) 非治安警察局之報考人：十個；

(三) 倘上述第(二)款所述之名額未能完全被填補時，則可由治安警察局之報考人依總評分次序填補之，相反亦然。

二零一八年一月十一日

保安司司長 黃少澤

第 21/2018 號保安司司長批示

保安司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據經第25/2001號行政法規修改的第6/1999號行政法規第四條第二款，第111/2014號行政命令第一條的規定，以及

loja sita na Rua de Cinco de Outubro, enfrentando, embora, uma forte inundação, perante o risco de segurança agravado que pessoas cercadas pelas águas enfrentavam, o bombeiro Choi U Sang com o seu elevado espírito de coragem, não hesitou entrar na referida cave e assim proceder à operação de trabalho de salvamento, tendo encontrado e resgatado as vítimas mortais.

O seu elevado espírito de coragem e de persistência revelado no trabalho de salvamento demonstrou o alto sentido de abnegação e de sacrifício do funcionário público, qualidade que granjeou o reconhecimento do superior e dos colegas. O seu excelente desempenho constitui-o em crédito do justo elogio.

Sublinho a excelência e mérito dos atributos enunciados pelo bombeiro Choi U Sang, o que faço por via do presente público louvor.

9 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 20/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999, na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 25/2001, conjugado com o n.º 1 da Ordem Executiva n.º 111/2014, e ao abrigo do disposto nos artigos 100.º e 103.º do Regulamento da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, aprovado pela Portaria n.º 93/96/M, de 15 de Abril, o Secretário para a Segurança manda:

1. É aberto o concurso de admissão para a admissão de vinte alunos ao 17.º Curso de Formação de Oficiais, destinado ao Corpo de Polícia de Segurança Pública, a ministrar na Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM), com vista ao preenchimento de vinte vagas para o Corpo de Polícia de Segurança Pública, sendo:

1) Candidatos pertencentes ao CPSP: dez vagas;

2) Candidatos não pertencentes ao CPSP: dez vagas;

3) Caso as vagas destinadas aos candidatos mencionadas na alínea 2), não sejam totalmente preenchidas, poderão ser preenchidas pelos candidatos pertencentes ao CPSP, tendo, como critério, a classificação final do concurso, por ordem decrescente e vice-versa.

11 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 21/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999, na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento

按照四月十五日第93/96/M號訓令核准的《澳門保安部隊高等學校規章》第一百零一條的規定，作出本批示：

負責協調及執行第十七屆警官培訓課程錄取考試的甄選委員會，由以下成員組成：

主席：林壘立消防總長

委員：梁志生副警務總長

陳堅良關務監督

陳宇川警司

候補委員：陳健武副消防總長

戴秀菁警司

秘書：徐佩芬關務監督

二零一八年一月十一日

保安司司長 黃少澤

第 23/2018 號保安司司長批示

保安司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據第6/1999號行政法規《政府部門及實體的組織、職權與運作》第七條及第111/2014號行政命令第五款的規定，作出本批示。

一、轉授予司法警察局局長薛仲明作出下列行為的權限：

(一) 簽署任用書；

(二) 授予職權及接受宣誓；

(三) 批准臨時委任、續任，以及將臨時委任或定期委任轉為確定委任；

(四) 以澳門特別行政區的名義，簽署所有行政任用合同；

(五) 批准行政任用合同的續期，但以不涉及有關報酬條件的更改為限；

(六) 批准編制內人員及行政任用合同制度人員在職程職級內的職階變更；

(七) 決定免職及批准解除行政任用合同；

(八) 批准特別假期或在放棄特別假期時發給有關補償、短期無薪假，以及就因個人理由或工作需要而提交的累積年假申請作出決定；

Administrativo n.º 25/2001, conjugado com o n.º 1 da Ordem Executiva n.º 111/2014, e ao abrigo do disposto no artigo 101.º do Regulamento da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, aprovado pela Portaria n.º 93/96/M, de 15 de Abril, o Secretário para a Segurança manda:

O júri de selecção para coordenar e executar as fases do concurso de admissão ao 17.º Curso de Formação de Oficiais destinado ao Corpo de Polícia de Segurança Pública, é constituído por:

Presidente: Lam Loi Lap, chefe principal.

Vogais: Leung Chi San, subintendente;

Chan Kin Leong, comissário alfandegário; e

Chan U Chun, comissário.

Vogais suplentes: Chan Kin Mou, chefe-ajudante; e

Tai Sao Cheng, comissária.

Secretaria: Choi Pui Fan, comissária alfandegária.

11 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Despacho do Secretário para a Segurança n.º 23/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e nos termos do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicas) e do n.º 5 da Ordem Executiva n.º 111/2014, o Secretário para a Segurança manda:

1. São subdelegadas no director da Polícia Judiciária (PJ), Sit Chong Meng, as competências para praticar os seguintes actos:

1) Assinar os diplomas de provimento;

2) Conferir posse e receber a prestação de compromisso de honra;

3) Autorizar a nomeação provisória e a recondução e converter as nomeações provisórias ou em comissão de serviço em definitivas;

4) Outorgar, em nome da Região Administrativa Especial de Macau, em todos os contratos administrativos de provimento;

5) Autorizar a renovação dos contratos administrativos de provimento desde que não implique alteração das condições remuneratórias;

6) Autorizar a mudança de escalão nas categorias das carreiras de pessoal dos quadros e do pessoal contratado por contratos administrativos de provimento;

7) Determinar a exoneração e autorizar a rescisão de contratos administrativos de provimento;

8) Conceder licença especial, ou atribuir a compensação prevista em caso de renúncia, licença sem vencimento de curta duração e decidir sobre pedidos de acumulação de férias, por motivos pessoais ou por conveniência de serviço;

- (九) 批准收回因病缺勤而喪失的在職薪俸；
- (十) 簽署計算及結算司法警察局人員服務時間的文件；
- (十一) 批准不超越法定上限的超時或輪值工作；
- (十二) 批准司法警察局人員及其家屬前往衛生局範圍內運作的健康檢查委員會作檢查；
- (十三) 按照法律規定，批准向有關工作人員發放薪俸、其他報酬及報償、就司法警察局工作人員所規定的補助及津貼、經十二月二十一日第87/89/M號法令核准的《澳門公共行政工作人員通則》及第2/2011號法律《年資獎金、房屋津貼及家庭津貼制度》或合同規定的年資獎金及津貼，以及第8/2006號法律訂定的《公務人員公積金制度》所規定的供款時間獎金；
- (十四) 決定有權收取日津貼的工作人員出外公幹，但以收取三日津貼為限；
- (十五) 批准司法警察局工作人員參加在澳門特別行政區舉行的會議、研討會、座談會、講座及其他同類活動，以及批准有關人員在上項所指條件下參加在澳門特別行政區以外地方舉行的該等活動；
- (十六) 批准返還不涉及擔保承諾或執行與司法警察局或澳門特別行政區所簽訂合同的文件；
- (十七) 批准處於長期無薪假狀況的公務員及處於在司法警察局人員編制以外工作的其他狀況的公務員請求回任的申請；
- (十八) 批准為人員、物料及設備、不動產及車輛投保；
- (十九) 批准提供與司法警察局存檔文件有關的資訊、查閱該等文件或發出該等文件的證明，但法律另有規定者除外；
- (二十) 批准作出由載於澳門特別行政區預算內關於司法警察局的開支表章節中的撥款承擔的、用於進行工程及取得財貨和勞務的開支，但以澳門幣二十五萬元為限；如屬獲批准免除進行諮詢或訂立書面合同者，有關金額上限減半；
- (二十一) 除上項所指開支外，批准部門運作所必需的每月固定開支，例如設施及動產的租賃開支、水電費、電話費、清潔服務費、管理費或其他同類開支；

- 9) Autorizar a recuperação do vencimento do exercício perdido por motivo de doença;
- 10) Assinar documentos comprovativos de contagem e liquidação do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da PJ;
- 11) Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias ou por turnos, até ao limite legalmente previsto;
- 12) Autorizar a apresentação dos trabalhadores da PJ e dos seus familiares às Juntas Médicas, que funcionam no âmbito dos Serviços de Saúde;
- 13) Autorizar a atribuição de vencimentos e de outras remunerações e compensações, abonos e subsídios previstos para os trabalhadores da PJ, dos prémios de antiguidade e de outros subsídios previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, na Lei n.º 2/2011 (Regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família) ou nos contratos e a atribuição do prémio de tempo de contribuição previsto no Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, estabelecido pela Lei n.º 8/2006, aos respectivos trabalhadores, nos termos legais;
- 14) Determinar deslocações de trabalhadores, de que resulte direito à percepção de ajudas de custo diárias por três dias;
- 15) Autorizar a participação de trabalhadores da PJ em congressos, seminários, colóquios, jornadas e outras actividades semelhantes, quando realizados na Região Administrativa Especial de Macau ou quando realizados no exterior, nas condições referidas na alínea anterior;
- 16) Autorizar a restituição de documentos que não sejam pertinentes à garantia de compromissos ou à execução de contratos com a PJ ou com a Região Administrativa Especial de Macau;
- 17) Autorizar os pedidos de regresso ao serviço dos funcionários em situação de licença de longa duração e em situações de actividade fora do quadro do pessoal da PJ;
- 18) Autorizar os seguros de pessoal, material e equipamento, imóveis e viaturas;
- 19) Autorizar a informação, consulta ou passagem de certidões de documentos arquivados na PJ, com exclusão dos excepcionados por lei;
- 20) Autorizar despesas com a realização de obras e a aquisição de bens e serviços por força das dotações inscritas no capítulo da tabela de despesas do Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau relativo à PJ, até ao montante de 250 000,00 (duzentas e cinquenta mil) patacas, sendo este valor reduzido a metade quando tenha sido dispensada a consulta ou a celebração de contrato escrito;
- 21) Autorizar, para além das despesas referidas na alínea anterior, as decorrentes de encargos mensais certos, necessários ao funcionamento do serviço, como sejam os de arrendamento de instalações e aluguer de bens móveis, pagamento de electricidade, água, telefone, serviços de limpeza, despesas de condomínio ou outras da mesma natureza;

(二十二) 批准金額不超過澳門幣二萬元的招待費；

(二十三) 批准將被視為對司法警察局運作已無用處的財產報廢；

(二十四) 以澳門特別行政區的名義簽署一切與應在司法警察局範圍內訂立的合同有關的公文書；

(二十五) 在司法警察局職責範疇，簽署發給澳門特別行政區及以外地方的實體和機構的文書；

(二十六) 簽署司法警察局人員的工作證及衛生護理證；

(二十七) 批准十一月二十九日第88/99/M號法令第三十九條第三款所指的信貸，而有關費用之清償須按預先命令。

二、對行使現轉授予的權限而作出的行為，得提起必要訴願。

三、透過經保安司司長認可並公佈於《澳門特別行政區公報》的批示，獲轉授權人可將有利於部門良好運作的權限轉授予領導及主管人員。

四、本批示自二零一八年二月一起產生效力。

二零一八年一月十二日

保安司司長 黃少澤

二零一八年一月十六日於保安司司長辦公室

辦公室代主任 張嫻

22) Autorizar despesas de representação até ao montante de 20 000,00 (vinte mil) patacas;

23) Autorizar o abate à carga de bens patrimoniais afectos à PJ que forem julgados incapazes para o serviço;

24) Outorgar, em nome da Região Administrativa Especial de Macau, em todos os instrumentos públicos relativos a contratos que devam ser lavrados no âmbito da PJ;

25) Assinar o expediente dirigido a entidades e organismos da Região Administrativa Especial de Macau e do exterior no âmbito das atribuições da PJ;

26) Assinar os cartões de identificação profissional e de acesso a cuidados de saúde do pessoal da PJ;

27) Dar a autorização de créditos a que se refere o n.º 3 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 88/99/M, de 29 de Novembro, ficando a liquidação da despesa respectiva sujeita a prévio ordenamento.

2. Dos actos praticados no uso das competências ora subdelegadas cabe recurso hierárquico necessário.

3. Por despacho a publicar no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*, homologado pelo Secretário para a Segurança, o subdelegado pode subdelegar no pessoal de direcção e chefia as competências que julgue adequadas ao bom funcionamento dos serviços.

4. O presente despacho produz efeitos desde 1 de Fevereiro de 2018.

12 de Janeiro de 2018.

O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak.

Gabinete do Secretário para a Segurança, aos 16 de Janeiro de 2018. — A Chefe do Gabinete, substituta, Cheong Han.

社會文化司司長辦公室

第 7/2018 號社會文化司司長批示

社會文化司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條

賦予的職權，並根據第6/1999號行政法規《政府部門及實體的組織、職權與運作》第五條第二款和第七條，以及第112/2014號行政命令第一款、第二款和第五款的規定，作出本批示。

轉授一切所需的權力予澳門大學校長宋永華或其法定代理人，以便代表澳門特別行政區作為簽署人，與“啓盈科技（澳門）

GABINETE DO SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS SOCIAIS E CULTURA

Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 7/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no artigo 7.º, ambos do Regulamento Administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos), conjugados com os n.os 1, 2 e 5 da Ordem Executiva n.º 112/2014, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura manda:

São subdelegados no reitor da Universidade de Macau, Song Yonghua, ou no seu substituto legal, todos os poderes necessários para representar a Região Administrativa Especial de Macau, como outorgante, no contrato a celebrar com a «Com-

有限公司”簽訂為澳門大學中華醫藥研究院供應及安裝製藥工藝質控設備——採購項目清單(一)的合同。

二零一八年一月十五日

社會文化司司長 譚俊榮

第8/2018號社會文化司司長批示

社會文化司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據第6/1999號行政法規《政府部門及實體的組織、職權與運作》第五條第二款和第七條，以及第112/2014號行政命令第一款、第二款和第五款的規定，作出本批示。

轉授一切所需的權力予澳門大學校長宋永華或其法定代理人，以便代表澳門特別行政區作為簽署人，與“博科科學儀器有限公司”簽訂為澳門大學中華醫藥研究院供應及安裝製藥工藝質控設備——採購項目清單(二)的合同。

二零一八年一月十五日

社會文化司司長 譚俊榮

第9/2018號社會文化司司長批示

社會文化司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據第15/2009號法律《領導及主管人員通則的基本規定》第二條第二款(二)項、第四條及第五條，第26/2009號行政法規《領導及主管人員通則的補充規定》第二條、第七條及第九條，第20/2015號行政法規《文化局的組織及運作》第三條第一款，以及第112/2014號行政命令第一款的規定，作出本批示。

一、以定期委任方式委任梁惠敏為文化局副局長，自二零一八年一月二十四日起，為期壹年。

二、因本委任所產生的財務負擔，由文化局的預算承擔。

panhia de Tecnologia Kai Ying (Macau) Limitada», relativo ao fornecimento e instalação do equipamento para o controlo de qualidade da tecnologia farmacêutica, constante da Lista de Aquisição (I), para o Instituto de Ciências Médicas Chinesas da Universidade de Macau.

15 de Janeiro de 2018.

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, *Alexis, Tam Chon Weng.*

Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 8/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no artigo 7.º, ambos do Regulamento Administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos), conjugados com os n.ºs 1, 2 e 5 da Ordem Executiva n.º 112/2014, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura manda:

São subdelegados no reitor da Universidade de Macau, Song Yonghua, ou no seu substituto legal, todos os poderes necessários para representar a Região Administrativa Especial de Macau, como outorgante, no contrato a celebrar com a «Companhia de Científica Instrumento Pok Fo, Limitada», relativo ao fornecimento e instalação dos equipamentos para o controlo de qualidade da tecnologia farmacêutica, constantes da Lista de Aquisição (II), para o Instituto de Ciências Médicas Chinesas da Universidade de Macau.

15 de Janeiro de 2018.

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, *Alexis, Tam Chon Weng.*

Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 9/2018

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e nos termos da alínea 2) do n.º 2 do artigo 2.º, dos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia), dos artigos 2.º, 7.º e 9.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009 (Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia), do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 20/2015 (Organização e funcionamento do Instituto Cultural) e do n.º 1 da Ordem Executiva n.º 112/2014, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura manda:

1. É nomeada, em comissão de serviço, Leong Wai Man para exercer o cargo de vice-presidente do Instituto Cultural, pelo período de um ano, a partir de 24 de Janeiro de 2018.

2. Os encargos financeiros resultantes da presente nomeação são suportados pelo orçamento do Instituto Cultural.

三、以附件形式公佈委任理由及被委任人的學歷及專業簡歷。

二零一八年一月十七日

社會文化司司長 譚俊榮

附件

委任梁惠敏擔任文化局副局長一職的理由如下：

——職位出缺；

——梁惠敏的個人履歷顯示其具備專業能力及才幹擔任文化局副局長一職。

學歷：

——台灣私立東海大學建築學學士。

專業簡歷：

——2009年9月至2016年1月，文化局高級技術員；

——2011年10月至2015年5月，文化局文化財產廳職務主管；

——2015年5月至2015年12月，文化局文化財產廳代廳長；

——2016年1月至今，文化局文化遺產廳廳長。

二零一八年一月十七日於社會文化司司長辦公室

辦公室主任 葉炳權

運輸工務司司長辦公室

第 4/2018 號運輸工務司司長批示

澳門電力股份有限公司，總址設於澳門馬交石炮台馬路

32-36號電力公司大廈，登記於商業及動產登記局C2冊第112頁背頁第590 (SO) 號，該公司為七幅以租賃制度無償批出，總面積14,637平方米，位於澳門半島，鄰近慕拉士大馬路及馬交石炮台馬路，用作澳門發電廠的土地所衍生的權利的持有人。

3. É publicada, em anexo, a nota relativa aos fundamentos da nomeação e ao currículo académico e profissional da nomeada.

17 de Janeiro de 2018.

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, *Alexis, Tam Chon Weng*.

ANEXO

Fundamentos da nomeação de Leong Wai Man para o cargo de vice-presidente do Instituto Cultural:

— Vacatura do cargo;

— Leong Wai Man possui competência profissional e aptidão para o exercício do cargo de vice-presidente do Instituto Cultural, que se demonstra pelo *curriculum vitae*.

Curriculum académico:

— Licenciatura em Arquitectura pela *University of Dunghai* de Taiwan.

Curriculum profissional:

— Técnica superior do Instituto Cultural, de Setembro de 2009 a Janeiro de 2016;

— Chefia funcional do Departamento do Património Cultural do Instituto Cultural, de Outubro de 2011 a Maio de 2015;

— Chefe do Departamento do Património Cultural do Instituto Cultural, substituta, de Maio de 2015 a Dezembro de 2015;

— Chefe do Departamento do Património Cultural do Instituto Cultural, de Janeiro de 2016 até à presente data.

Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, aos 17 de Janeiro de 2018. — O Chefe do Gabinete, *Ip Peng Kin*.

GABINETE DO SECRETÁRIO PARA OS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Despacho do Secretário para os Transportes e Obras Públicas n.º 4/2018

A «Companhia de Electricidade de Macau – CEM, S.A.», com sede em Macau, na Estrada Dona Maria II, n.ºs 32-36, Edifício CEM, registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n.º 590 (SO) a fls. 112v do livro C2, é titular dos direitos resultantes da concessão gratuita, por arrendamento, de sete parcelas de terreno com a área global de 14 637 m², situadas na península de Macau, junto da Avenida de Venceslau de Moraes e da Estrada de D. Maria II, afectas à Central Térmica de Macau.

按照經一九八八年三月二十八日第十三期《澳門政府公報》公佈的第30/SAOPH/88號批示更正的公佈於一九八七年十月二十六日第四十三期《澳門政府公報》第31/SAOPH/87號批示，上述地塊的無償批給由以載於前財政司第264冊第40頁和續後數頁的一九八八年五月二十七日公證契約作憑證的修改批給合同規範。

上述地塊在地圖繪製暨地籍局於二零一六年十月二十日發出的第1057/1989號地籍圖中以字母“E1”、“E2”、“E3”、“E4”、“E5”、“E6”及“E7”定界及標示，面積分別為7,324平方米、1,605平方米、1,343平方米、4,047平方米、165平方米、84平方米和69平方米。

“E1”、“E2”、“E3”、“E6”及“E7”地塊為標示於物業登記局B37冊第110頁背頁第13913號土地的組成部分，而“E4”及“E5”地塊為標示於物業登記局B24冊第162頁背頁第6996號的土地總面積。其批給衍生的權利以承批公司名義分別登錄於G35冊第10頁背頁第42059號及F6冊第41頁第3502號。

為可於上述地塊組成的土地上興建公共房屋、社會設施及政府綜合服務大樓，因此建議承批公司放棄其批給，並獲其接納。

在此情況下，為完備協議的手續，澳門電力股份有限公司的董事局作出決議，並根據第10/2013號法律《土地法》第一百零七條的規定，聲明放棄上述地塊的批給。

基於此：

運輸工務司司長行使《澳門特別行政區基本法》第六十四條賦予的職權，並根據第10/2013號法律《土地法》第一百零七條的規定，作出本批示。

一、宣告澳門電力股份有限公司放棄七幅在地圖繪製暨地籍局於二零一六年十月二十日發出的第1057/1989號地籍圖中以字母“E1”、“E2”、“E3”、“E4”、“E5”、“E6”及“E7”定界及標示，位於澳門半島，鄰近慕拉士大馬路及馬交石炮台馬路的土地的批給。

二、上款所述的七幅總價值為\$ 91,530,677.00（澳門幣玖仟壹佰伍拾叁萬陸佰柒拾柒圓整），無帶任何責任或負擔的地塊納入國家私產。

三、本批示即時生效。

二零一八年一月十六日

運輸工務司司長 羅立文

A concessão gratuita das aludidas parcelas rege-se pelo contrato de revisão de concessão titulado por escritura pública de 27 de Maio de 1988, exarada a fls. 40 e seguintes do livro n.º 264 da Direcção dos Serviços de Finanças, em conformidade com o Despacho n.º 31/SAOPH/87, publicado no *Boletim Oficial de Macau* n.º 43, de 26 de Outubro de 1987, rectificado pelo Despacho n.º 30/SAOPH/88, publicado no *Boletim Oficial de Macau* n.º 13, de 28 de Março de 1988.

As referidas parcelas encontram-se demarcadas e assinaladas com as letras «E1», «E2», «E3», «E4», «E5», «E6» e «E7», respectivamente, com as áreas de 7 324 m², 1 605 m², 1 343 m², 4 047 m², 165 m², 84 m² e 69 m², na planta cadastral n.º 1 057/1989, emitida pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, em 20 de Outubro de 2016.

As parcelas «E1», «E2», «E3», «E6» e «E7» fazem parte do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial, doravante designada por CRP, sob o n.º 13 913 a fls. 110v do livro B37 e as parcelas «E4» e «E5» correspondem à área total do prédio descrito na CRP sob o n.º 6 996 a fls. 162v do livro B24. O direito resultante da concessão encontra-se inscrito a favor da concessionária, respectivamente, sob o n.º 42 059 a fls. 10v do livro G35 e o n.º 3 502 a fls. 41 do livro F6.

Com vista a viabilizar a construção de habitação pública, equipamento social e centro de serviços da Região Administrativa Especial de Macau no terreno formado pelas referidas parcelas, foi proposta à concessionária e por esta aceite a desistência da sua concessão.

Nestas circunstâncias, em ordem a formalizar esse acordo, o Conselho de Administração da «Companhia de Electricidade de Macau — CEM, S.A.», mediante deliberação declarou desistir da concessão das referidas parcelas de terreno, ao abrigo do artigo 107.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de terras).

Assim;

Usando da faculdade conferida pelo artigo 64.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, e nos termos do artigo 107.º da Lei n.º 10/2013 (Lei de Terras), o Secretário para os Transportes e Obras Públicas manda:

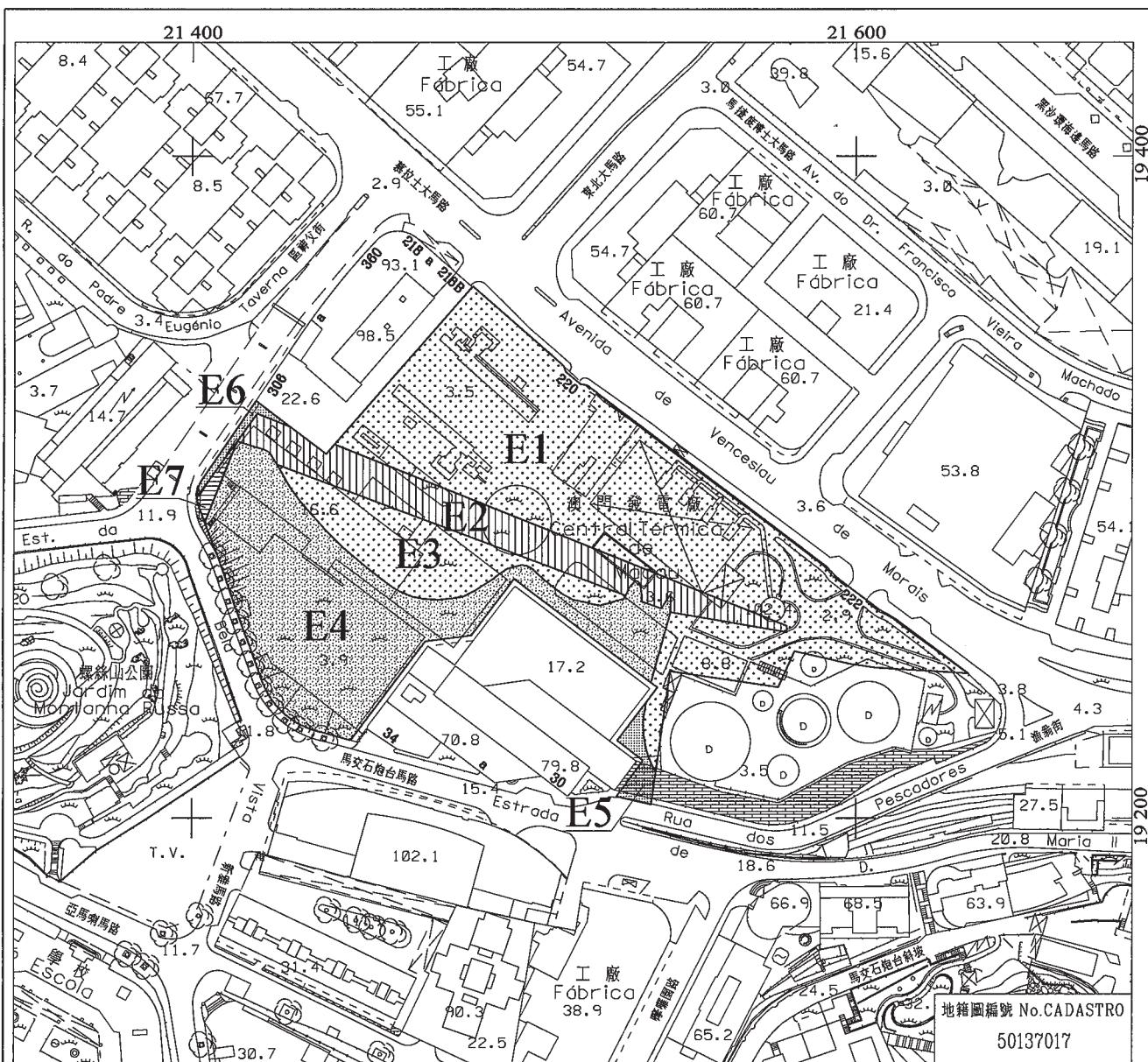
1. É declarada a desistência pela «Companhia de Electricidade de Macau — CEM, S.A.», da concessão de sete parcelas de terreno demarcadas e assinaladas com as letras «E1», «E2», «E3», «E4», «E5», «E6» e «E7» na planta cadastral n.º 1 057/1989, emitida pela Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, em 20 de Outubro de 2016, situadas na península de Macau, junto da Avenida de Venceslau de Moraes e da Estrada de D. Maria II.

2. As sete parcelas de terreno mencionadas no número anterior, com o valor total atribuído de \$ 91 530 677,00 (noventa e um milhões, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e sete patacas), passam a integrar, livre de ónus ou encargos, o domínio privado do Estado.

3. O presente despacho entra imediatamente em vigor.

16 de Janeiro de 2018.

O Secretário para os Transportes e Obras Públicas, *Raimundo Arrais do Rosário*.



位於鄰近慕拉士大馬路及馬交石炮台馬路之土地

Terreno junto à Avenida de Venceslau de Moraes e Estrada de D. Maria II

地塊 Parcada E1 = 7 324 m ²	地塊 Parcada E5 = 165 m ²
地塊 Parcada E2 = 1 605 m ²	地塊 Parcada E6 = 84 m ²
地塊 Parcada E3 = 1 343 m ²	地塊 Parcada E7 = 69 m ²
地塊 Parcada E4 = 4 047 m ²	



地 圖 繪 製 賦 地 籍 局
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

比 例 ESCALA 1:2000

20 0 20 40 60 80 100 120 140 160 180 公尺
metros

2公尺等高線距

A EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS É DE 2 METROS

高程基準: 平均海平面

Datum Vertical : NÍVEL MÉDIO DO MAR (MSL)

四至 Confrontações actuais:

- 地塊 Parcelas E1+E2+E3+E4+E5+E6+E7:

- 東北 - 慕拉士大馬路 218-218B號及區神父街 306-360號(n°23262)及慕拉士大馬路;
- NE - Avenida de Venceslau de Morais n°s218-218B e Rua do Padre Eugénio Taverna n°s306-360(n°23262) e Avenida de Venceslau de Morais;
- 東南 - 馬交石炮台馬路 30-34號(n°21731)及位於鄰近漁翁街之土地(n°3077);
- SE - Estrada de D. Maria II n°s30-34(n°21731) e terreno junto à Rua dos Pescadores(n°3077);
- 西南 - 馬交石炮台馬路 30-34號(n°21731), 位於鄰近漁翁街之土地(n°3077), 馬交石炮台馬路, 新雅馬路及漁翁街;
- SW - Estrada de D. Maria II n°s30-34(n°21731), terreno junto à Rua dos Pescadores(n°3077), Estrada de D. Maria II, Estrada da Bela Vista e Rua dos Pescadores;
- 西北 - 慕拉士大馬路 218-218B號及區神父街 306-360號(n°23262), 馬交石炮台馬路 30-34號(n°21731)及位於鄰近新雅馬路之土地, 於物業登記局被推定沒有登記。
- NW - Avenida de Venceslau de Morais n°s218-218B e Rua do Padre Eugénio Taverna n°s306-360(n°23262), Estrada de D. Maria II n°s30-34(n°21731) e terreno que se presume omissio na CRP, junto à Estrada da Bela Vista.

備註: - "E1+E2+E3+E6+E7"地塊為標示編號 13913的部分。

OBS: As parcelas "E1+E2+E3+E6+E7" são parte da descrição n°13913.

- "E4+E5"地塊, 相應為標示編號 6996。 (CG)

As parcelas "E4+E5" correspondem à totalidade da descrição n°6996. (CG)

- "E1+E2+E3+E4+E5+E6+E7"地塊, 以無償方式批給澳門電力股份有限公司之土地, 透過刊登於一九八八年三月二十八日第十三期《政府公報》第 30/SAOPH/88號批示, 修改有關批給。

As parcelas "E1+E2+E3+E4+E5+E6+E7" são terreno concedido gratuitamente à Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A., revisto por Despacho n°30/SAOPH/88, publicado no B.O. n°13 de 28/03/1988.



地圖繪製暨地籍局
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

批 示 摘 錄

摘錄自運輸工務司司長於二零一七年十二月十八日作出的批示：

黃佩芬——根據現行《行政長官及司長辦公室通則》第十條第一款(六)項、第十八條第一款及第二款，以及第十九條第十款的規定，修改其以定期委任方式在運輸工務司司長辦公室任職的職務，轉為擔任第一職階首席高級技術員，薪俸點540點，由二零一七年十二月十九日起生效。

摘錄自運輸工務司司長於二零一七年十二月二十七日作出的批示：

李少娟——根據現行《行政長官及司長辦公室通則》第十條第一款(六)項、第十八條第一款及第二款，以及第十九條第十款及第十一款的規定，修改其以定期委任方式在運輸工務司司長辦公室任職的職務，轉為擔任第一職階首席顧問高級技術員，薪俸點660點，由二零一七年十二月十九日起生效。

二零一八年一月十六日於運輸工務司司長辦公室

辦公室主任 張翠玲

廉 政 公 署

批 示 摘 錄

摘錄自廉政專員於二零一七年十二月十二日批示如下：

根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款，以及第26/2009號行政法規第八條之規定，本公署社區關係廳廳長鄭雪瑩因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年二月一日起獲續期一年。

摘錄自代廉政專員於二零一七年十二月二十八日批示如下：

譚慧華——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款之規定，自二零一八年三月三日起，以定期委任方式續任為第一職階首席翻譯員，為期一年。

Extractos de despachos

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Transportes e Obras Públicas, de 18 de Dezembro de 2017:

Vong Pui Fan — alteradas as suas funções, em comissão de serviço, neste Gabinete, passando a exercer funções de técnico superior principal, 1.º escalão, índice 540, nos termos dos artigos 10.º, n.º 1, alínea 6), 18.º, n.ºs 1 e 2, e 19.º, n.º 10, do Estatuto do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Secretários, a partir de 19 de Dezembro de 2017.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Transportes e Obras Públicas, de 27 de Dezembro de 2017:

Lei Sio Kun — alteradas as suas funções, em comissão de serviço, neste Gabinete, passando a exercer funções de técnico superior assessora principal, 1.º escalão, índice 660, nos termos dos artigos 10.º, n.º 1, alínea 6), 18.º, n.ºs 1 e 2, e 19.º, n.ºs 10 e 11, do Estatuto do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Secretários, a partir de 19 de Dezembro de 2017.

Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, aos 16 de Janeiro de 2018. — A Chefe do Gabinete, *Cheong Chui Ling*.

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

Extractos de despachos

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, de 12 de Dezembro de 2017:

Kong Sut Ieng — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como chefe do Departamento de Relações Comunitárias deste Comissariado, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, e 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, e 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, a partir de 1 de Fevereiro de 2018, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, substituto, de 28 de Dezembro de 2017:

Tam Wai Wa — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como intérprete-tradutora principal, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, a partir de 3 de Março de 2018.

摘錄自代廉政專員於二零一七年十二月二十九日批示如下：

Maria da Graça Mendes de Moraes Rodrigues de Carvalho——

根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款，以及第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第六條之規定，其在本公署擔任第一職階首席高級技術員的行政任用合同獲續期一年，自二零一八年三月一起生效。

摘錄自廉政專員於二零一八年一月十一日批示如下：

根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款，以及第26/2009號行政法規第八條之規定，本公署人力資源處處長蘇孝賢因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年二月一起獲續期一年。

根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款，以及第26/2009號行政法規第八條之規定，本公署社區推廣及公關處處長梁美明因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年三月三日起獲續期一年。

陸碧池——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款之規定，自二零一八年三月八日起至二零一八年十二月三十一日止，以定期委任方式續任為第一職階首席技術員。

摘錄自廉政專員於二零一八年一月十七日批示如下：

根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款，以及第26/2009號行政法規第八條之規定，本公署資訊處處長許壹心因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年二月一起獲續期六個月。

摘錄自廉政專員於二零一八年一月十八日批示如下：

杜慧明——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條、第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款之規定，自二零一七

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, substituto, de 29 de Dezembro de 2017:

Maria da Graça Mendes de Moraes Rodrigues de Carvalho — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como técnica superior principal, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, e 30.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, e 6.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 1 de Março de 2018.

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, de 11 de Janeiro de 2018:

Maria Elizabeth Sou — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como chefe da Divisão de Recursos Humanos deste Comissariado, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, e 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, e 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, a partir de 1 de Fevereiro de 2018, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções.

Leung Mei Meng — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como chefe da Divisão de Promoção Comunitária e Relações Públicas deste Comissariado, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, e 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, e 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, a partir de 3 de Março de 2018, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções.

Lok Pek Chi — renovada a comissão de serviço, como técnica principal, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, de 8 de Março de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, de 17 de Janeiro de 2018:

Hoi Iat Sam — renovada a comissão de serviço, pelo período de seis meses, como chefe da Divisão de Informática, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, e 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, e 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, a partir de 1 de Fevereiro de 2018, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções.

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Comissário contra a Corrupção, de 18 de Janeiro de 2018:

To Wai Meng — nomeada, em comissão de serviço, técnica especialista, 2.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei

年十二月二十日起至二零一八年十二月十九日止，以定期委任方式委任為第二職階特級技術員。

陸清清——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條，第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款，第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第七條，第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款第二項、第二款、第三款及第四款，以及第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第二條第三款及第五條之規定，以附註形式修改其不具期限的行政任用合同第三條款，將其職位調整為第一職階顧問高級技術員。

施銘載——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條，第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款及第三十二條第一款，第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款第二項、第二款、第三款及第四款，以及第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第二條第三款及第五條之規定，以定期委任方式委任為第一職階首席技術員。

李麗瑩及詹美玲——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條，第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款，第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第七條，第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款第二項、第二款、第三款及第四款，以及第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第二條第三款及第五條之規定，以附註形式修改其不具期限的行政任用合同第三條款，將其職位調整為第一職階特級技術輔導員。

黃晚勝——根據第4/2012號法律修改的第10/2000號法律第十六條和第三十條，第3/2013號行政法規修改的第3/2009號行政法規第三十條第一款，第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第七條，第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款第二項、第二款、第三款及第四款，以及第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第二條第三款及第五條之規定，以附註形式修改其不具期限的行政任用合同第三條款，將其職位調整為第一職階特級技術員。

二零一八年一月十九日於廉政公署

代辦公室主任 謝佩敏

n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, de 20 de Dezembro de 2017 a 19 de Dezembro de 2018.

Lok Cheng Cheng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento sem termo com referência à categoria de técnico superior assessor, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, 14.º, n.os 1, alínea 2), 2, 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, na redacção da Lei n.º 4/2017, 2.º, n.º 3, e 5.º, do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 23/2017, 4.º e 7.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos».

Si Meng Choi — nomeada, em comissão de serviço, como técnico principal, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, 14.º, n.os 1, alínea 2), 2, 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, na redacção da Lei n.º 4/2017, 2.º, n.º 3, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 23/2017.

Lei Lai Ieng e Chim Mei Leng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a dos seus contratos administrativos de provimento sem termo com referência à categoria de adjunto-técnico especialista, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, 14.º, n.os 1, alínea 2), 2, 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, na redacção da Lei n.º 4/2017, 2.º, n.º 3, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 23/2017, e 4.º e 7.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos».

Wong Man Seng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento sem termo com referência à categoria de técnico especialista, 1.º escalão, nos termos dos artigos 16.º e 30.º da Lei n.º 10/2000, na redacção da Lei n.º 4/2012, 30.º, n.º 1, do Regulamento Administrativo n.º 3/2009, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 3/2013, 14.º, n.os 1, alínea 2), 2, 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, na redacção da Lei n.º 4/2017, 2.º, n.º 3, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 23/2017, e 4.º e 7.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos».

Comissariado contra a Corrupção, aos 19 de Janeiro de 2018.
— A Chefe do Gabinete, substituta, *Che Pui Man*.

立法會輔助部門

議決摘錄

立法會執行委員會於二零一七年十二月十三日議決如下：

山度安娜——為行政公職局編制內第三職階顧問翻譯員。根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第三十四條之規定，延長徵用於本會輔助部門以相同職級及職階擔任職務，自二零一八年二月八日起，為期一年。

陳鳳婷、朱君寶、林佩欣及劉嘉儀——根據第12/2015號法律第四條及經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十三條第一款(二)項之規定，以附註形式修改行政任用合同第三條款，轉為第二職階二等高級技術員，自二零一八年二月一日起生效。

立法會執行委員會於二零一八年一月四日議決如下：

黃玉葉——根據經第14/2008號法律、第1/2010號法律及第3/2015號法律修改的第11/2000號法律第九條及第三十七條之規定，在本會輔助部門擔任顧問的定期委任續期一年，自二零一八年二月九日起生效。

二零一八年一月十八日於立法會輔助部門

秘書長 楊瑞茹

終審法院院長辦公室

批示摘錄

摘錄自終審法院院長辦公室主任於二零一八年一月十六日作出的批示：

根據經十二月十九日第39/2011號行政法規重新公佈的三月六日第19/2000號行政法規第十三條第一款、第3/GPTUI/2016號終審法院院長批示第一款(六)項、八月三日第14/2009號法律第十三條第二款(二)項，以及八月十七日第12/2015號法律第四條的規定，本辦公室第三職階輕型車輛司機羅劍峰的不具期限的行政任用合同獲更改為第四職階，薪俸點180，自二零一八年一月十二日起生效。

SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Extractos de deliberações

Por deliberações da Ex.^{ma} Mesa da Assembleia Legislativa, de 13 de Dezembro de 2017:

Gabriela do Espírito Santo, intérprete-tradutora assessora, 3.^o escalão, do quadro do pessoal da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública — prorrogada a sua requisição, pelo período de um ano, para desempenhar funções na mesma categoria e escalão, nestes Serviços, nos termos do artigo 34.^º do ETAPM, na redacção vigente, a partir de 8 de Fevereiro de 2018.

Chan Fong Teng, Chu Kuan Pou, Lam Pui Ian e Lao Ka I — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a dos seus contratos administrativos de provimento, progredindo para técnicos superiores de 2.^a classe, 2.^º escalão, nestes Serviços, nos termos do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, conjugado com o artigo 13.^º, n.^º 1, alínea 2), da Lei n.^º 14/2009, alterada pela Lei n.^º 4/2017, a partir de 1 de Fevereiro de 2018.

Por deliberação da Ex.^{ma} Mesa da Assembleia Legislativa, de 4 de Janeiro de 2018:

Vong Iok Ip Francisca — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como assessora destes Serviços, nos termos dos artigos 9.^º e 37.^º da Lei n.^º 11/2000, alterada pelas Leis n.^ºs 14/2008, 1/2010 e 3/2015, a partir de 9 de Fevereiro de 2018.

Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa, aos 18 de Janeiro de 2018. — A Secretária-geral, *Ieong Soi U*.

GABINETE DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE ÚLTIMA INSTÂNCIA

Extracto de despacho

Por despacho da chefe deste Gabinete, de 16 de Janeiro de 2018:

Lo Kim Fong, motorista de ligeiros, 3.^º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, deste Gabinete — alterado o seu índice salarial para o 4.^º escalão, índice 180, nos termos do artigo 13.^º, n.^º 1, do Regulamento Administrativo n.^º 19/2000, de 6 de Março, republicado pelo Regulamento Administrativo n.^º 39/2011, de 19 de Dezembro, n.^º 1, alínea 6), do Despacho do Presidente do Tribunal de Última Instância n.^º 3/GPTUI/2016, artigo 13.^º, n.^º 2, alínea 2), da Lei n.^º 14/2009, de 3 de Agosto, conjugados com o artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, de 17 de Agosto, desde 12 de Janeiro de 2018.

聲明

茲聲明，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款b) 項的規定，終審法院編制內主任書記員劉慶輝，由二零一八年二月一日起，因自願退休而脫離公職。

二零一八年一月十八日於終審法院院長辦公室

辦公室主任 陳玉蓮

檢察長辦公室**批示摘錄**

摘錄自辦公室主任於二零一八年一月十一日的批示：

鄧偉民——根據第12/2015號法律第四條第二款、第六條第二款(一)項及第四款的規定，其在本辦公室擔任第三職階特級技術員之行政任用合同修改為長期行政任用合同，自二零一八年一月十日起生效。

摘錄自辦公室主任於二零一八年一月十五日的批示：

根據經第38/2011號行政法規修改的第13/1999號行政法規第十九條第三款，以及現行《澳門公共行政工作人員通則》第三十四條的規定，檢察長辦公室以相當於第二職階顧問督察的薪俸徵用經濟局編制內人員陳梓樞擔任法律事務工作，自二零一八年三月一日起，為期一年。

李艷芬——根據第12/2015號法律第四條及第六條第一款的規定，其在本辦公室第一職階勤雜人員之行政任用合同，自二零一八年一月十七日起續期一年。

摘錄自辦公室主任於二零一八年一月十七日的批示：

根據經第38/2011號行政法規修改的第13/1999號行政法規第十九條第三款，以及現行《澳門公共行政工作人員通則》第三十四條的規定，徵用文化局編制內人員鄭建武在本辦公室擔任第三職階首席特級行政技術助理員，由二零一八年三月一日起，為期一年。

二零一八年一月十八日於檢察長辦公室

辦公室主任 譚炳棠

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que, Lau Luis Heng Fai, escrivão de direito, do quadro do pessoal do Tribunal de Última Instância, desligar-se-á do serviço, para efeitos de aposentação voluntária, nos termos do artigo 263.º, n.º 1, alínea b), do ETAPM, vigente, a partir de 1 de Fevereiro de 2018.

Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância, aos 18 de Janeiro de 2018. — A Chefe do Gabinete, *Chan Iok Lin*.

GABINETE DO PROCURADOR**Extractos de despachos**

Por despacho do chefe deste Gabinete, de 11 de Janeiro de 2018:

Tang Wai Man, técnica especialista, 3.º escalão, deste Gabinete — alterado o contrato administrativo de provimento para contrato administrativo de provimento de longa duração, nos termos dos artigos 4.º, n.º 2, e 6.º, n.os 2, alínea 1), e 4, da Lei n.º 12/2015, a partir de 10 de Janeiro de 2018.

Por despachos do chefe deste Gabinete, de 15 de Janeiro de 2018:

Chan Chi Peng, do quadro do pessoal da Direcção dos Serviços de Economia — requisitado, e remunerado pelo índice correspondente ao inspector assessor, 2.º escalão, pelo período de um ano, para exercer funções na área jurídica neste Gabinete, nos termos do artigo 19.º, n.º 3, do Regulamento Administrativo n.º 13/1999, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 38/2011, conjugado com o artigo 34.º do ETAPM, vigente, a partir de 1 de Março de 2018.

Lei Im Fan — renovado o seu contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como auxiliar, 1.º escalão, neste Gabinete, nos termos dos artigos 4.º e 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, a partir de 17 de Janeiro de 2018.

Por despacho do chefe deste Gabinete, de 17 de Janeiro de 2018:

Cheang Kin Mou, do quadro do pessoal do Instituto Cultural — requisitado, pelo período de um ano, como assistente técnico administrativo especialista principal, 3.º escalão, neste Gabinete, nos termos do artigo 19.º, n.º 3, do Regulamento Administrativo n.º 13/1999, na redacção do Regulamento Administrativo n.º 38/2011, conjugado com o artigo 34.º do ETAPM, vigente, a partir de 1 de Março de 2018.

Gabinete do Procurador, aos 18 de Janeiro de 2018. — O Chefe do Gabinete, *Tam Peng Tong*.

禮賓公關外事辦公室

批示摘錄

摘錄自行政長官於二零一七年十月十三日作出的批示：

根據第14/2009號法律、第23/2011號行政法規、第12/2015號法律第二十四條第六款，以及第233/2012號行政長官批示第五款的規定，以期間為一年的行政任用合同方式聘用梁英澤擔任第一職階一等技術員，薪俸點為400點，自二零一七年十二月二十七日起生效。

摘錄自行政長官於二零一七年十一月三日作出的批示：

根據第14/2009號法律、第23/2011號行政法規、第12/2015號法律第二十四條第六款，以及第233/2012號行政長官批示第五款的規定，以期間為一年的行政任用合同方式聘用高雲及陳子軒擔任第一職階二等技術員，薪俸點為350點，分別自二零一七年十二月一日及十二月十三日起生效。

摘錄自行政長官於二零一七年十二月一日作出的批示：

根據第14/2009號法律第十三條第一款(二)項及第四款，以及第12/2015號法律第六條第二款(一)項及第三款的規定，以附註方式修改庄珊珊的行政任用合同第二條款及第三條款，轉為期間為三年的長期行政任用合同，晉階為第二職階二等公關督導員，自二零一七年十一月二十九日起生效。

摘錄自行政長官於二零一七年十二月十八日作出的批示：

根據第12/2015號法律第二十四條第一款、第三款(二)項及第四款之規定，以附註方式修改黃力的行政任用合同第二條款，以相同職級及職階，自二零一七年十二月二日起轉為不具期限。

二零一八年一月十七日於禮賓公關外事辦公室

辦公室主任 李月梅

法務局

批示摘錄

按簽署人於二零一七年十一月三十日作出之批示：

根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第六條第一款之規定，本局第一職階勤雜人員詹美莉的行政任用合同續期一年，自二零一八年一月四日起生效。

GABINETE DE PROTOCOLO, RELAÇÕES PÚBLICAS E ASSUNTOS EXTERNOS

Extractos de despachos

Por despacho de S. Ex.^a o Chefe do Executivo, de 13 de Outubro de 2017:

Leong Ieng Chak — celebrado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como técnico de 1.^a classe, 1.^º escalão, índice 400, nos termos da Lei n.^º 14/2009, do Regulamento Administrativo n.^º 23/2011, do artigo 24.^º, n.^º 6, da Lei n.^º 12/2015 e do n.^º 5 do Despacho do Chefe do Executivo n.^º 233/2012, a partir de 27 de Dezembro de 2017.

Por despachos de S. Ex.^a o Chefe do Executivo, de 3 de Novembro de 2017:

Gao Dodo Yun e Chan Chi Hin — celebrados os contratos administrativos de provimento, pelo período de um ano, como técnicos de 2.^a classe, 1.^º escalão, índice 350, nos termos da Lei n.^º 14/2009, do Regulamento Administrativo n.^º 23/2011, do artigo 24.^º, n.^º 6, da Lei n.^º 12/2015 e do n.^º 5 do Despacho do Chefe do Executivo n.^º 233/2012, a partir de 1 e 13 de Dezembro de 2017, respectivamente.

Por despacho de S. Ex.^a o Chefe do Executivo, de 1 de Dezembro de 2017:

Chong San San — alteradas, por averbamento, as cláusulas 2.^a e 3.^a do seu contrato administrativo de provimento, passando o mesmo a contrato administrativo de provimento de longa duração, pelo período de três anos, progredindo para assistente de relações públicas de 2.^a classe, 2.^º escalão, nos termos do artigo 13.^º, n.^ºs 1, alínea 2), e 4, da Lei n.^º 14/2009, conjugado com o artigo 6.^º, n.^ºs 2, alínea 1), e 3, da Lei n.^º 12/2015, ambos a partir de 29 de Novembro de 2017.

Por despacho de S. Ex.^a o Chefe do Executivo, de 18 de Dezembro de 2017:

Vong Lec — alterada, por averbamento, a cláusula 2.^a do seu contrato administrativo de provimento, passando o mesmo a contrato administrativo de provimento sem termo, com a mesma categoria e escalão, nos termos do artigo 24.^º, n.^ºs 1, 3, alínea 2), e 4, da Lei n.^º 12/2015, a partir de 2 de Dezembro de 2017.

Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, aos 17 de Janeiro de 2018. — A Coordenadora do Gabinete, *Lei Ut Mui*.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSUNTOS DE JUSTIÇA

Extractos de despachos

Por despacho do signatário, de 30 de Novembro de 2017:

Chim Mei Lei, auxiliar, 1.^º escalão, provida em regime de contrato administrativo de provimento, destes Serviços — renovado o contrato, pelo período de um ano, nos termos do artigo 6.^º, n.^º 1, da Lei n.^º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos), a partir de 4 de Janeiro de 2018.

按行政法務司司長於二零一七年十二月一日作出的批示：

根據第26/2009號行政法規第八條之規定，因具備合適的專業能力及才幹履行職務，鍾穎儀在本局擔任副局長的定期委任，自二零一八年三月一日起續期一年。

按本局副局長於二零一七年十二月七日作出之批示：

根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第六條第一款之規定，本局第一職階勤雜人員葉玉華的行政任用合同續期六個月，自二零一八年一月十八日起生效。

根據第14/2009號法律第十三條第一款（二）項及第四款的規定，李詠甜在本局擔任第一職階首席技術輔導員的行政任用合同第三條款修改為同一職級第二職階，薪俸點365，自二零一七年十二月二日起生效。

按行政法務司司長於二零一七年十二月十二日作出的批示：

根據第26/2009號行政法規第八條之規定，因具備所需的專業能力及才幹履行職務，張涵在本局擔任副局長的定期委任，自二零一八年三月一日起續期一年。

按行政法務司司長於二零一七年十二月十三日作出之批示：

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第三十四條的規定，延長徵用經濟局第三職階首席特級行政技術助理員黃美德在本局擔任同一職級和職階的職務的期限，自二零一八年一月八日起生效，為期一年。

按本局副局長於二零一七年十二月十五日作出的批示：

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十二條第四款之規定，本局的臨時委任第一職階二等翻譯員譚穎妍、林思思及李倩君，獲確定委任出任該職位，自二零一八年一月四日起生效。

根據第14/2009號法律第十三條第二款（一）項及第四款的規定，本局第一職階輕型車輛司機陳焯傑及李國亮的行政任用合同第三條款修改為同一職級第二職階，薪俸點160，自二零一七年十二月八日起生效。

按簽署人於二零一七年十二月二十七日作出之批示：

根據第14/2009號法律第十三條第一款（二）項及第四款的規定，陳冠豪在本局擔任第二職階特級技術輔導員的行政任用

Por despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 1 de Dezembro de 2017:

Carmen Maria Chung — renovada a comissão de serviço, por mais um ano, como subdirectora destes Serviços, nos termos do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, por possuir competência profissional e aptidão adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 1 de Março de 2018.

Por despachos da subdirectora destes Serviços, de 7 de Dezembro de 2017:

Ip Matos Iok Wa, auxiliar, 1.º escalão, provida em regime de contrato administrativo de provimento, destes Serviços — renovado o contrato, pelo período de seis meses, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos), a partir de 18 de Janeiro de 2018.

Li Weng Tim, adjunta-técnica principal, 1.º escalão, provida em regime de contrato administrativo de provimento, destes Serviços — alterada a cláusula 3.ª contratual para a mesma categoria, 2.º escalão, índice 365, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea 2), e 4, da Lei n.º 14/2009, a partir de 2 de Dezembro de 2017.

Por despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 12 de Dezembro de 2017:

Cheong Ham — renovada a comissão de serviço, por mais um ano, como subdirector destes Serviços, nos termos do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, por possuir competência profissional e aptidão necessárias para o exercício das suas funções, a partir de 1 de Março de 2018.

Por despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 13 de Dezembro de 2017:

Vong Mei Tak, assistente técnica administrativa especialista principal, 3.º escalão, da Direcção dos Serviços de Economia — prorrogada, por mais um ano, a sua requisição, para desempenhar as funções na mesma categoria e escalão, nestes Serviços, nos termos do artigo 34.º do ETAPM, vigente, a partir de 8 de Janeiro de 2018.

Por despachos da subdirectora destes Serviços, de 15 de Dezembro de 2017:

Tam Weng In, Lin Sisi e Lei Sin Kuan, intérpretes-tradutoras de 2.ª classe 1.º escalão, de nomeação provisória, destes Serviços — nomeadas, definitivamente, para os mesmos lugares, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, do ETAPM, vigente, a partir de 4 de Janeiro de 2018.

Chan Cheok Kit e Lee Kuok Leong, motoristas de ligeiros, 1.º escalão, destes Serviços — alterada a cláusula 3.ª dos contratos administrativos de provimento para a mesma categoria, 2.º escalão, índice 160, nos termos do artigo 13.º, n.º 2, alínea 1), e 4, da Lei n.º 14/2009, a partir de 8 de Dezembro de 2017.

Por despacho do signatário, de 27 de Dezembro de 2017:

Chan Kun Hou, adjunto-técnico especialista, 2.º escalão, provido em regime de contrato administrativo de provimento, destes Serviços — alterada a cláusula 3.ª contratual para a

合同第三條款修改為同一職級第三職階，薪俸點430，自二零一七年十二月九日起生效。

二零一八年一月十八日於法務局

局長 劉德學

mesma categoria, 3.º escalão, índice 430, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea 2), e 4, da Lei n.º 14/2009, a partir de 9 de Dezembro de 2017.

Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, aos 18 de Janeiro de 2018. — O Director, *Liu Dexue*.

印務局

批示摘要

按照代局長於二零一七年十二月二十七日的批示：

本局第二職階技術工人陳志成、張雲喜、林錦配、馬惠絮、司徒晶明及蘇建文，屬長期行政任用合同人員——根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條第二款的規定，以附註形式修改合同第三條款，轉為第三職階技術工人，薪俸點170點，自二零一八年一月一日起生效。

按照本人於二零一八年一月三日的批示：

本局編制內第三職階特級技術輔導員李潔群——根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》第十四條第一款（一）項、現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十二條第八款a）項，以及經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規《公務人員的招聘、甄選及晉級培訓》第五條的規定，確定委任為本局人員編制內技術輔導員職程第一職階首席特級技術輔導員，薪俸點為450。

按照行政法務司司長於二零一八年一月十日的批示：

羅小敏——根據第26/2009號行政法規《領導及主管人員通則的補充規定》第八條第二款的規定，因具備合適的管理能力及專業經驗，故其照相排版處處長的定期委任獲續期一年，由二零一八年二月十一日起生效。

按照本人於二零一八年一月十二日的批示：

本局第二職階勤雜人員李潤月，屬長期行政任用合同人員——根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條第二款的規定，以附註形式修改合同第三條款，轉為第三職階勤雜人員，薪俸點130點，自二零一八年一月十三日起生效。

IMPRENSA OFICIAL

Extractos de despachos

Por despachos do administrador, substituto, de 27 de Dezembro de 2017:

Chan Chi Seng, Cheong Wan Hei, Lam Kam Pui, Ma Wai Soi, Si Tou Cheng Meng e Sou Kin Man, operários qualificados, 2.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento de longa duração, desta Imprensa — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos contratos com referência à categoria de operário qualificado, 3.º escalão, índice 170, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Por despacho do signatário, de 3 de Janeiro de 2018:

Lei Kit Kuan, adjunto-técnico especialista, 3.º escalão, do quadro desta Imprensa — nomeada, definitivamente, adjunto-técnico especialista principal, 1.º escalão, índice 450, da carreira de adjunto-técnico do quadro do pessoal desta Imprensa, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, alínea 1), da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017, 22.º, n.º 8, alínea a), do ETAPM, vigente, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016 «Recrutamento, Seleção e Formação para efeitos de Acesso dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2017.

Por despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 10 de Janeiro de 2018:

Lo Sio Man — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como chefe da Divisão de Fotocomposição, nos termos do artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento Administrativo n.º 26/2009 das «Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia», por possuir capacidade de gestão e experiência profissional adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 11 de Fevereiro de 2018.

Por despacho do signatário, de 12 de Janeiro de 2018:

Lei Ion Ut, auxiliar, 2.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento de longa duração, desta Imprensa — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do seu contrato com referência à categoria de auxiliar, 3.º escalão, índice 130, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 13 de Janeiro de 2018.

按照本人於二零一八年一月十六日的批示：

本局第一職階勤雜人員管燕娥，屬行政任用合同人員——根據第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條第二款的規定，以附註形式修改合同第三條款，轉為第二職階勤雜人員，薪俸點120點，自二零一八年一月十九日起生效。

更正

因刊登於二零一八年一月十七日第三期《澳門特別行政區公報》第二組內第776頁之第3/2018號社會文化司司長批示附件有不清晰之處，現重新刊登如下：

Por despacho do signatário, de 16 de Janeiro de 2018:

Kun In Ngo, auxiliar, 1.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento, desta Imprensa — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do seu contrato com referência à categoria de auxiliar, 2.º escalão, índice 120, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 19 de Janeiro de 2018.

Rectificação

Por se ter verificado a falta da clareza do anexo do Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 3/2018, publicado no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 3/2018, II Série, de 17 de Janeiro, a páginas 776, novamente se publica:

附件
Anexo

待評定的不動產及臨時緩衝區範圍圖

Planta do Bem imóvel em vias de classificação e Zona de protecção provisória

荔枝碗船廠片區

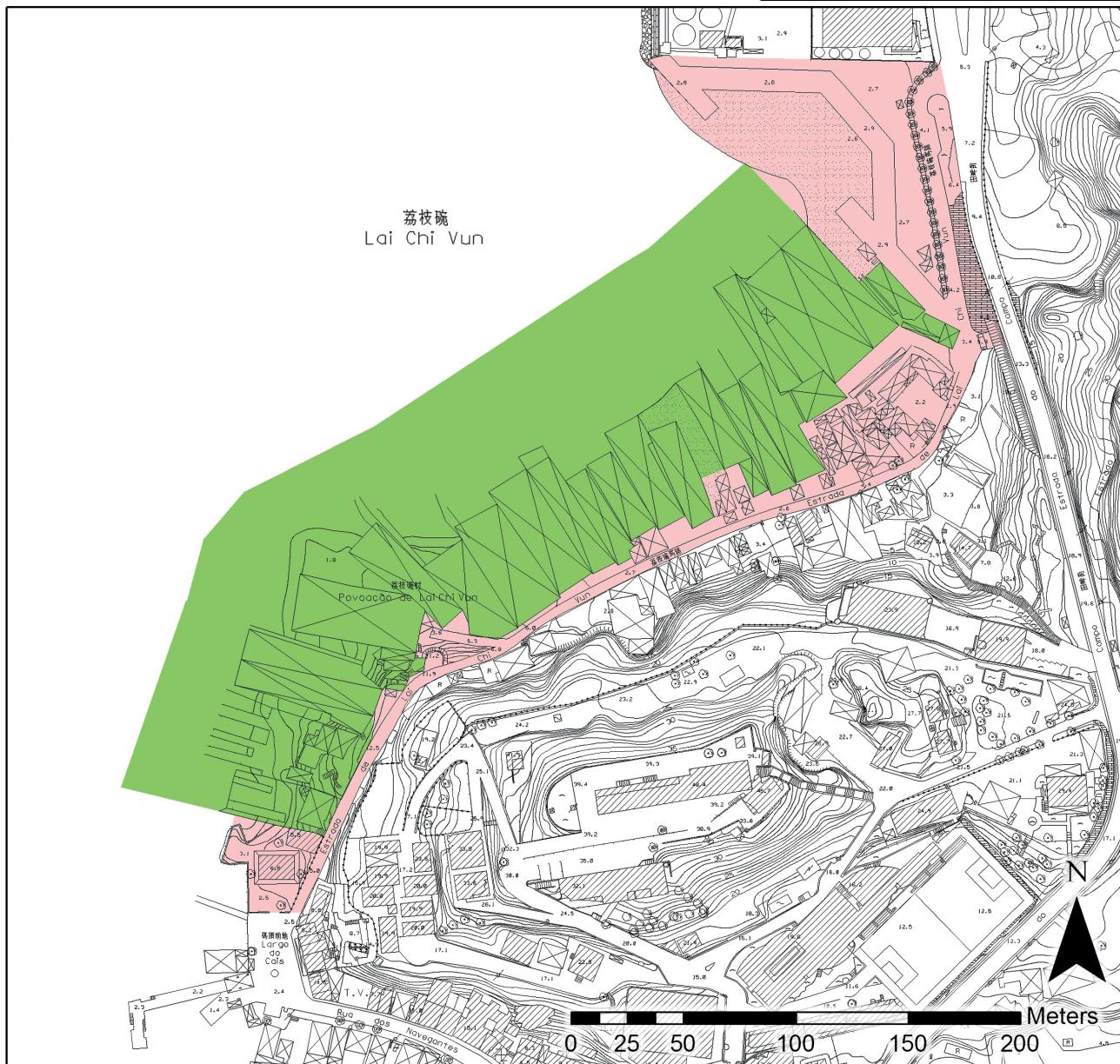
Estaleiros Navais de Lai Chi Vun

位置：

位於路環荔枝碗馬路

Localização :

Situado na Estrada de Lai Chi Vun, Coloane.



圖例

LEGENDA

待評定的不動產一場所
Bem Imóvel em Vias de Classificação - Sítio

臨時緩衝區
Zona de Protecção Provisória

退休基金會

批示摘錄

退休/撫卹金的訂定

按照行政法務司司長於二零一八年一月十日作出的批示：

(一) 房屋局第四職階首席特級行政技術助理員戚華高，退休及撫卹制度會員編號85898，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款b) 項，而申請自願離職退休。其每月的退休金是根據十一月三十日第107/85/M號法令第一條第一款及上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第二款之規定，以其三十一年工作年數作計算，由二零一八年一月二日開始以相等於現行薪俸索引表內的300點訂出，並在有關金額上加上六個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

(二) 有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

(一) 治安警察局首席警員麥耀光之遺孀梁燕興、兒子麥浩彰及父親麥東濤，退休及撫卹制度會員編號127426，每月的撫卹金是根據十一月三十日第107/85/M號法令第一條第一款及按照現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十四條第四款，並配合第二百七十一條第一款及第十款規定，由二零一七年九月三日開始以相等於現行薪俸索引表內的110點訂出，該撫卹金為死者所收取退休金的百分之五十金額，並在有關金額上加上四個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第九條所指的年資獎金之百分之五十。

(二) 有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

按照行政法務司司長於二零一八年一月十六日作出的批示：

(一) 經濟局第三職階顧問督察Antonio Yp，退休及撫卹制度會員編號35793，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款a) 項，而聲明自願離職退休。其每月的退休金是根據上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第一款a) 項之規定，以其三十六年工作年數作計算，由二零一八年一月八日開始以相等於現行薪俸索引表內的580點訂出，並在有關金額上加上七個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

Fundo de Pensões

Extractos de despachos

Fixação de pensões

Por despachos da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 10 de Janeiro de 2018:

- Vasco Fernandes, assistente técnico administrativo especialista principal, 4.º escalão, do Instituto de Habitação, com o número de subscritor 85898 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligado do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea b), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por requerimento — fixada, nos termos do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 107/85/M, de 30 de Novembro, com início em 2 de Janeiro de 2018, uma pensão mensal correspondente ao índice 300 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.os 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 2, ambos do referido estatuto, por contar 31 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 6 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.
- O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

- Leong In Heng, Mak Hou Cheong e Mak Tong Tou, viúva, filho e pai de Mak Io Kuong, que foi guarda principal, do Corpo de Polícia de Segurança Pública, com o número de subscritor 127426 do Regime de Aposentação e Sobrevivência — fixada, nos termos do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 107/85/M, de 30 de Novembro, com início em 3 de Setembro de 2017, uma pensão mensal a que corresponde o índice 110 correspondente a 50% da pensão do falecido, nos termos do artigo 264.º, n.º 4, conjugado com o artigo 271.º, n.os 1 e 10, do ETAPM, em vigor, a que acresce o montante relativo a 50% dos 4 prémios de antiguidade do mesmo, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com o artigo 9.º da Lei n.º 2/2011.

- O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

Por despachos da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 16 de Janeiro de 2018:

- Antonio Yp, inspector assessor, 3.º escalão, da Direcção dos Serviços de Economia, com o número de subscritor 35793 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligado do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea a), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por declaração — fixada, com início em 8 de Janeiro de 2018, uma pensão mensal correspondente ao índice 580 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.os 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 1, alínea a), ambos do referido estatuto, por contar 36 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 7 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.

(二)有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

(一)旅遊局第三職階首席特級行政技術助理員飛茵瑜，退休及撫卹制度會員編號88161，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款b)項，而申請自願離職退休。其每月的退休金是根據十一月三十日第107/85/M號法令第一條第一款及上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第二款之規定，以其三十年工作年數作計算，由二零一八年一月二日開始以相等於現行薪俸索引表內的280點訂出，並在有關金額上加上六個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

(二)有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

(一)治安警察局第一職階副警長謝惠珍，退休及撫卹制度會員編號113840，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款a)項，而聲明自願離職退休。其每月的退休金是根據十一月三十日第107/85/M號法令第一條第一款及上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第二款之規定，以其三十一年工作年數作計算，由二零一七年十二月十八日開始以相等於現行薪俸索引表內的295點訂出，並在有關金額上加上五個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

(二)有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

(一)教育暨青年局第三職階首席特級技術輔導員鄧志明，退休及撫卹制度會員編號21431，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款a)項，而聲明自願離職退休。其每月的退休金是根據上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第一款a)項之規定，以其三十六年工作年數作計算，由二零一八年一月十日開始以相等於現行薪俸索引表內的480點訂出，並在有關金額上加上七個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

(二)有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

(一)以定期委任方式擔任處長之治安警察局第二職階副警務總長梁文偉，退休及撫卹制度會員編號52345，因符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百六十三條第一款b)項，而申請自願離職退休。其每月的退休金是根據上述《通則》第二百六十四條第一及第四款，並配合第二百六十五條第一款a)

2. O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

1. Natália dos Anjos Fernandes Sousa, assistente técnica administrativa especialista principal, 3.º escalão, da Direcção dos Serviços de Turismo, com o número de subscriptor 88161 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligada do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea b), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por requerimento — fixada, nos termos do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 107/85/M, de 30 de Novembro, com início em 2 de Janeiro de 2018, uma pensão mensal correspondente ao índice 280 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.ºs 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 2, ambos do referido estatuto, por contar 30 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 6 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.

2. O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

1. Che Wai Chan, subchefe, 1.º escalão, do Corpo de Polícia de Segurança Pública, com o número de subscriptor 113840 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligado do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea a), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por declaração — fixada, nos termos do artigo 1.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 107/85/M, de 30 de Novembro, com início em 18 de Dezembro de 2017, uma pensão mensal correspondente ao índice 295 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.ºs 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 2, ambos do referido estatuto, por contar 31 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 5 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.

2. O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

1. Tang Chi Meng, adjunto-técnico especialista principal, 3.º escalão, da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, com o número de subscriptor 21431 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligado do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea a), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por declaração — fixada, com início em 10 de Janeiro de 2018, uma pensão mensal correspondente ao índice 480 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.ºs 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 1, alínea a), ambos do referido estatuto, por contar 36 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 7 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.

2. O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

1. Leong Man Wai William, subintendente, 2.º escalão, do Corpo de Polícia de Segurança Pública, exercendo em comissão de serviço, o cargo de chefe de divisão, com o número de subscriptor 52345 do Regime de Aposentação e Sobrevivência, desligado do serviço de acordo com o artigo 263.º, n.º 1, alínea b), do ETAPM, em vigor, ou seja, aposentação voluntária por requerimento — fixada, com início em 15 de Dezembro de 2017, uma pensão mensal correspondente

項之規定，以其三十六年工作年數作計算，由二零一七年十二月十五日開始以相等於現行薪俸索引表內的770點訂出，並在有關金額上加上六個根據第1/2014號法律第一條所指附表並配合第2/2011號法律第七、第八及第九條規定的年資獎金。

(二) 有關所訂金額的支付，全數由澳門特別行政區政府負責。

權益歸屬比率的訂定

按照行政法務司司長於二零一八年一月十日作出的批示：

社會工作局高級技術員區志強，供款人編號3001279，根據第8/2006號法律第十三條第一款之規定，自二零一八年一月一日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿三十年，根據同一法律第十四條第一款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」及「澳門特別行政區供款帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百。

教育暨青年局教學助理員李佩芬，供款人編號6011916，根據第8/2006號法律第十三條第一款（一）項之規定，自二零一七年十二月二十四日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿二十八年，根據同一法律第十四條第一款及第三十九條第六款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」、「澳門特別行政區供款帳戶」及「特別帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百。

體育局行政技術助理員李桂冰，供款人編號6058220，根據第8/2006號法律第十三條第一款（一）項之規定，自二零一七年十二月二十八日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿二十六年，根據同一法律第十四條第一款及第四十條第四款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」、「澳門特別行政區供款帳戶」及「特別帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百。

運輸基建辦公室工作人員吳思儀，供款人編號6232874，根據第8/2006號法律第十三條第一款之規定，自二零一八年一月一日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間少於五年，根據同一法律第十四條第一款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百及無權取得「澳門特別行政區供款帳戶」的任何結餘。

ao índice 770 da tabela em vigor, calculada nos termos do artigo 264.º, n.os 1 e 4, conjugado com o artigo 265.º, n.º 1, alínea a), ambos do referido estatuto, por contar 36 anos de serviço, acrescida do montante relativo a 6 prémios de antiguidade, nos termos da tabela a que se refere o artigo 1.º da Lei n.º 1/2014, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 2/2011.

2. O encargo com o pagamento do valor fixado cabe, na totalidade, ao Governo da RAEM.

Fixação das taxas de reversão

Por despachos da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 10 de Janeiro de 2018:

Au Chi Keung, técnico superior do Instituto de Acção Social, com o número de contribuinte 3001279, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 1 de Janeiro de 2018, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% dos saldos da «Conta das Contribuições Individuais» e da «Conta das Contribuições da RAEM», por completar 30 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Maria Goretti Lei Xavier, auxiliar de ensino da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, com o número de contribuinte 6011916, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 24 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea I), da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% dos saldos da «Conta das Contribuições Individuais», da «Conta das Contribuições da RAEM» e da «Conta Especial», por completar 28 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, e 39.º, n.º 6, do mesmo diploma.

Lei Kuai Peng, assistente técnica administrativa do Instituto do Desporto, com o número de contribuinte 6058220, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 28 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea I), da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% dos saldos da «Conta das Contribuições Individuais», da «Conta das Contribuições da RAEM» e da «Conta Especial», por completar 26 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, e 40.º, n.º 4, do mesmo diploma.

Wu Szu Yi, trabalhadora do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, com o número de contribuinte 6232874, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 1 de Janeiro de 2018, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2006 — fixada a taxa de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondente a 100% do saldo da «Conta das Contribuições Individuais» e sem direito ao saldo da «Conta das Contribuições da RAEM», por contar menos de 5 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do mesmo diploma.

按照行政法務司司長於二零一八年一月十六日作出的批示：

教育暨青年局幼兒教育及小學教育一級教師吳拉妹，供款人編號3004103，根據第8/2006號法律第十三條第一款之規定，自二零一八年一月一起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿二十一年，根據同一法律第十四條第一款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百及「澳門特別行政區供款帳戶」的權益歸屬比率為百分之八十八。

立法會輔助部門輕型車輛司機袁光榮，供款人編號6010863，根據第8/2006號法律第十三條第一款（三）項之規定，自二零一七年十二月八日起註銷其在公積金制度之登記。根據同一法律第十四條第一款及第二款，以及第三十九條第六款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」、「澳門特別行政區供款帳戶」及「特別帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百。

懲教管理局行政技術助理員蔡潔貞，供款人編號6015300，根據第8/2006號法律第十三條第一款（一）項之規定，自二零一七年十二月十八日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿二十八年，根據同一法律第十四條第一款及第四十條第四款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」、「澳門特別行政區供款帳戶」及「特別帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百。

衛生局專科護士鄭珊珊，供款人編號6039551，根據第8/2006號法律第十三條第一款之規定，自二零一七年十二月十九日起註銷其在公積金制度之登記。其在公積金制度下之供款時間滿二十年，根據同一法律第十四條第一款之規定，訂定其在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百及「澳門特別行政區供款帳戶」的權益歸屬比率為百分之八十五。另基於該供款人之註銷登記原因並不符合經第5/2007號法律修改之五月二十七日第25/96/M號法令第七條第一款之規定，根據第8/2006號法律第四十條第四款之規定，訂定其無權取得「特別帳戶」的任何結餘。

下列運輸基建辦公室工作人員，根據第8/2006號法律第十三條第一款之規定，自二零一七年十二月十六日起註銷其等在公積金制度之登記。其等在公積金制度下之供款時間少於五年，根據同一法律第十四條第一款之規定，訂定其等在公積金制度下有權取得「個人供款帳戶」之權益歸屬比率為百分之一百及無權取得「澳門特別行政區供款帳戶」的任何結餘。

Por despachos da Ex.ma Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 16 de Janeiro de 2018:

Ng Lai Mui, docente dos ensinos infantil e primário de nível 1 da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, com o número de contribuinte 3004103, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 1 de Janeiro de 2018, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2006 — fixada as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% do saldo da «Conta das Contribuições Individuais» e 88% do saldo da «Conta das Contribuições da RAEM», por completar 21 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Un Kuong Weng, motorista de ligeiros dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa, com o número de contribuinte 6010863, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 8 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea 3), da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% dos saldos da «Conta das Contribuições Individuais», da «Conta das Contribuições da RAEM» e da «Conta Especial», nos termos dos artigos 14.º, n.os 1 e 2, e 39.º, n.º 6, do mesmo diploma.

Choi Kit Cheng Teresa Joana, assistente técnica administrativa da Direcção dos Serviços Correcionais, com o número de contribuinte 6015300, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 18 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea 1), da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% dos saldos da «Conta das Contribuições Individuais», da «Conta das Contribuições da RAEM» e da «Conta Especial», por completar 28 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, e 40.º, n.º 4, do mesmo diploma.

Cheang San San, enfermeira-especialista dos Serviços de Saúde, com o número de contribuinte 6039551, cancelada a inscrição no Regime de Previdência em 19 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2006 — fixada as taxas de reversão a que tem direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondentes a 100% do saldo da «Conta das Contribuições Individuais» e 85% do saldo da «Conta das Contribuições da RAEM», por completar 20 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do mesmo diploma; e determinado não ter a mesma direito ao saldo da «Conta Especial», nos termos do artigo 40.º, n.º 4, do mesmo diploma, por o motivo de cancelamento da inscrição não corresponder ao estipulado no artigo 7.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 25/96/M, de 27 de Maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2007.

Os trabalhadores do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes abaixo mencionados, canceladas as inscrições no Regime de Previdência em 16 de Dezembro de 2017, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2006 — fixadas as taxas de reversão a que têm direito no âmbito do Regime de Previdência, correspondente a 100% do saldo da «Conta das Contribuições Individuais» e sem direito ao saldo da «Conta das Contribuições da RAEM», por contarem menos de 5 anos de tempo de contribuição no Regime de Previdência, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, do mesmo diploma.

供款人編號	姓名	供款人編號	姓名
6222410	周婉霞	6222429	張健聰

N.º Contribuinte	Nome	N.º Contribuinte	Nome
6222410	Chau Yuen Ha	6222429	Cheong Kin Chong

摘錄自行政法務司司長於二零一八年一月十七日的批示：

根據第15/2009號法律《領導及主管人員通則的基本規定》第五條及第26/2009號行政法規《領導及主管人員通則的補充規定》第八條之規定，甄選全因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其在本會擔任退休及撫卹制度廳廳長的定期委任，自二零一八年三月一日起續期兩年。

Por despacho da Ex.^{ma} Senhora Secretária para a Administração e Justiça, de 17 de Janeiro de 2018:

Ian Iat Chun — renovada a comissão de serviço, pelo período de dois anos, como chefe do Departamento do Regime de Aposentação e Sobrevivência, nos termos dos artigos 5.º da Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia) e 8.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009 (Disposições Complementares do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia), por possuir competência e experiência profissional adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 1 de Março de 2018.

二零一八年一月十九日於退休基金會

行政管理委員會主席 楊儉儀

經濟局

批示摘要

按照代局長於二零一七年十二月二十八日之批示：

黃兆筠，本局第一職階顧問高級技術員——根據第12/2015號法律第四條及第六條之規定，在經濟局擔任職務的行政任用合同獲續期一年，自二零一八年二月一日起生效。

二零一八年一月十七日於經濟局

局長 戴建業

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA

Extracto de despacho

Por despacho do director dos Serviços, substituto, de 28 de Dezembro de 2017:

Wong Sio Kuan, técnica superior assessora, 1.º escalão, destes Serviços — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, para exercer as mesmas funções, nos termos dos artigos 4.º e 6.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 1 de Fevereiro de 2018.

Direcção dos Serviços de Economia, aos 17 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, Tai Kin Ip.

財政局

批示摘要

按照本局代局長於二零一七年十二月十八日之批示：

根據第14/2009號法律第十三條及第12/2015號法律第四條之規定，以附註形式修改下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同第三條款，職級、薪俸點及生效日期分別如下：

歐偉燊——自二零一八年一月二十一日起轉為第三職階顧問高級技術員，薪俸點為650點；

歐陽麗及雷安琪——自二零一八年一月十二日起轉為第二職階一等高級技術員，薪俸點為510點；

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS

Extracto de despacho

Por despacho da directora, substituta, de 18 de Dezembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbaamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento, nos termos dos artigos 13.º da Lei n.º 14/2009 e 4.º da Lei n.º 12/2015, nas categorias, índices e das datas a cada um a seguir indicados:

Au Wai San, para técnico superior assessor, 3.º escalão, índice 650, a partir de 21 de Janeiro de 2018;

Ao Ieong Lai e Loi On Kei, para técnicos superiores de 1.ª classe, 2.º escalão, índice 510, a partir de 12 de Janeiro de 2018;

José Augusto Ieong de Sousa——自二零一八年一月十七日起轉為第三職階特級技術員，薪俸點為545點；

梁俊傑——自二零一八年一月十三日起轉為第二職階首席督察，薪俸點為385點；

Lina Maria dos Santos Nogueira——自二零一八年一月一日起轉為第四職階首席特級技術輔導員，薪俸點為495點；

鄭子洋——自二零一八年一月十三日起轉為第二職階特級技術輔導員，薪俸點為415點；

劉寶珍——自二零一八年一月二十六日起轉為第二職階首席技術輔導員，薪俸點為365點；

關靜兒——自二零一八年一月十四日起轉為第二職階二等技術輔導員，薪俸點為275點。

二零一八年一月十六日於財政局

局長 容光亮

澳門保安部隊事務局

批示摘錄

摘錄自簽署人於二零一七年十月二十日之批示：

應梁佩玲之申請，其在本局擔任第七職階勤雜人員的不具期限的行政任用合同自二零一八年一月九日起予以解除。

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月九日之批示：

根據第14/2009號法律第十二條及第12/2015號法律第五條之規定，自二零一八年一月十五日起，與梁淑敏簽訂為期六個月試用期之行政任用合同，以擔任第一職階二等技術員之職務，薪俸點為350。

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月十四日之批示：

根據第14/2009號法律第十二條及第12/2015號法律第五條之規定，自二零一八年一月十五日起，與李麗英、李家榮、黃慧儀及黃卓敏簽訂為期六個月試用期之行政任用合同，以擔任第一職階勤雜人員之職務，薪俸點為110。

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月二十三日之批示：

根據第14/2009號法律第十二條及第12/2015號法律第五條之規定，自二零一八年一月十五日起，與陳志美簽訂為期六個月試用期之行政任用合同，以擔任第一職階二等技術員之職務，薪俸點為350。

José Augusto Ieong de Sousa, para técnico especialista, 3.º escalão, índice 545, a partir de 17 de Janeiro de 2018;

Fernando Leong, para inspector principal, 2.º escalão, índice 385, a partir de 13 de Janeiro de 2018;

Lina Maria dos Santos Nogueira, para adjunto-técnico especialista principal, 4.º escalão, índice 495, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Chiang Chi Ieong, para adjunto-técnico especialista, 2.º escalão, índice 415, a partir de 13 de Janeiro de 2018;

Lao Pou Chan, para adjunto-técnico principal, 2.º escalão, índice 365, a partir de 26 de Janeiro de 2018;

Kuan Cheng I, para adjunto-técnico de 2.ª classe, 2.º escalão, índice 275, a partir de 14 de Janeiro de 2018.

Direcção dos Serviços de Finanças, aos 16 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, *Iong Kong Leong*.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA DE MACAU

Extractos de despachos

Por despacho da signatária, de 20 de Outubro de 2017:

Leong Pui Leng — rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento sem termo como auxiliar, 7.º escalão, nestes Serviços, a partir de 9 de Janeiro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 9 de Novembro de 2017:

Leong Sok Man — contratada por contrato administrativo de provimento, por um período experimental de seis meses, como técnica de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 350, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 14/2009, conjugado com o artigo 5.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 15 de Janeiro de 2018.

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 14 de Novembro de 2017:

Lee Lai Ieng, Lei Ka Veng, Vong Vai I e Wong Cheok Man — contratados por contrato administrativo de provimento, por um período experimental de seis meses, como auxiliares, 1.º escalão, índice 110, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 14/2009, conjugado com o artigo 5.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 15 de Janeiro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 23 de Novembro de 2017:

Chan Chi Mei — contratada por contrato administrativo de provimento, por um período experimental de seis meses, como técnica de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 350, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 14/2009, conjugado com o artigo 5.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 15 de Janeiro de 2018.

摘錄自簽署人於二零一八年一月五日之批示：

應楊小傑之申請，其在本局擔任第一職階勤雜人員的行政任用合同自二零一八年一月九日起予以解除。

二零一八年一月十五日於澳門保安部隊事務局

代局長 關啓榮警務總長

司法警察局

批示摘錄

摘錄自保安司司長於二零一七年十月二十三日作出的批示：

根據第12/2015號法律第三條第二款、第四條及第五條第一款，以及第5/2006號法律第十一條第一款之規定，以行政任用合同方式聘用李靜婷擔任本局第一職階一等文案之職務，自二零一八年一月二日起，試用期六個月，薪俸點為430點。

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月三日作出的批示：

根據第12/2015號法律第三條第二款、第四條及第五條第一款，以及第5/2006號法律第十一條第一款之規定，以行政任用合同方式聘用歐陽迪熙擔任本局第一職階一等文案之職務，自二零一七年十二月二十八日起，試用期六個月，薪俸點為430點。

摘錄自本局局長於二零一七年十一月二十四日作出的批示：

根據第14/2009號法律第十三條第一款（二）項及第四款，第12/2015號法律第四條，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款（六）項之規定，以附註形式修改本局與杜詩韻及孫穎思簽訂的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月十六日起晉階為第二職階顧問高級技術員，薪俸點為625點。

根據第14/2009號法律第十三條第二款（二）項及第四款，第12/2015號法律第四條，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款（六）項之規定，以附註形式修改本局與駱淑儀簽訂的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月十五日起晉階為第四職階勤雜人員，薪俸點為140點。

根據第12/2015號法律第四條及第六條第一款，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期

Por despacho da signatária, de 5 de Janeiro de 2018:

Ieong Sio Kit — rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento como auxiliar, 1.º escalão, nestes Serviços, a partir de 9 de Janeiro de 2018.

Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, aos 15 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, substituto, Kwan Kai Veng, intendente.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Extractos de despachos

Por despacho do Ex.º Senhor Secretário para a Segurança, de 23 de Outubro de 2017:

Lei Cheng Teng — contratada por contrato administrativo de provimento, pelo período experimental de seis meses, como letrada de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 430, nesta Polícia, nos termos dos artigos 3.º, n.º 2, 4.º e 5.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, a partir de 2 de Janeiro de 2018.

Por despacho do Ex.º Senhor Secretário para a Segurança, de 3 de Novembro de 2017:

Ao Ieong Tek Hei — contratado por contrato administrativo de provimento, pelo período experimental de seis meses, como letrado de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 430, nesta Polícia, nos termos dos artigos 3.º, n.º 2, 4.º e 5.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, a partir de 28 de Dezembro de 2017.

Por despachos do director desta Polícia, de 24 de Novembro de 2017:

Tou Si Wan e Sun Weng Si — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos respectivos contratos administrativos de provimento sem termo progredindo para técnicas superiores assessoras, 2.º escalão, índice 625, nesta Polícia, nos termos dos artigos 13.º, n.ºs 1, alínea 2), e 4, da Lei n.º 14/2009, e 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 6), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no Boletim Oficial n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 16 de Dezembro de 2017.

Lok Sok I — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do respectivo contrato administrativo de provimento sem termo, progredindo para auxiliar, 4.º escalão, índice 140, nesta Polícia, nos termos dos artigos 13.º, n.ºs 2, alínea 2), e 4, da Lei n.º 14/2009, e 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 6), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no Boletim Oficial n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 15 de Dezembro de 2017.

Leonel Dias da Silva Wong e Kuok Heng Hong — renovados os contratos administrativos de provimento, pelo período de um ano, como motoristas de ligeiros, 1.º escalão, nesta Polí-

第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(五)項之規定，Leonel Dias da Silva Wong及郭慶紅在本局擔任第一職階輕型車輛司機職務的行政任用合同，自二零一八年一月二十日起續期一年。

摘錄自本局局長於二零一七年十一月二十七日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及第六條第一款，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(五)項之規定，梁景雄在本局擔任第一職階重型車輛司機職務的行政任用合同，自二零一八年一月二十日起續期一年。

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月二十八日作出的批示：

根據第12/2015號法律第六條第二款(一)項及第三款之規定，本局下列人員之合同修改為長期行政任用合同，為期三年，並自相應之日期開始生效：

自二零一七年十一月二十三日起：

姓名	職級	職階
陳秋菊	技術工人	1

摘錄自本人於二零一七年十二月七日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及第六條第一款，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(五)項之規定，馬滿霖在本局擔任第一職階重型車輛司機職務的行政任用合同，自二零一八年二月八日起續期一年。

根據第12/2015號法律第四條及第六條第一款，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(五)項之規定，齊忠勇在本局擔任第一職階輕型車輛司機職務的行政任用合同，自二零一八年二月八日起續期一年。

根據第14/2009號法律第十三條第二款(四)項、第三款及第四款，第12/2015號法律第四條，第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(六)項之規定，以附註形式修改本局與梁鄭金玉簽訂的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一八年一月三日起晉階為第八職勤雜人員，薪俸點為200點。

cia, nos termos dos artigos 4.º e 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 5), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 20 de Janeiro de 2018.

Por despacho do director desta Polícia, de 27 de Novembro de 2017:

Leong Keng Hong — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como motorista de pesados, 1.º escalão, nesta Polícia, nos termos dos artigos 4.º e 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 5), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 20 de Janeiro de 2018.

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 28 de Novembro de 2017:

O seguinte pessoal, desta Polícia — alterado o respectivo contrato administrativo de provimento para contrato administrativo de provimento de longa duração, pelo período de três anos, nos termos do artigo 6.º, n.^{os} 2, alínea 1), e 3, da Lei n.º 12/2015, a partir da data seguinte:

A partir de 23 de Novembro de 2017:

Nome	Categoria	Escalão
Chan Chao Kok	Operário qualificado	1

Por despachos do signatário, de 7 de Dezembro de 2017:

Manuel Meira Fa Vengue — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como motorista de pesados, 1.º escalão, nesta Polícia, nos termos dos artigos 4.º e 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 5), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 8 de Fevereiro de 2018.

Chai Chong Iong — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de um ano, como motorista de ligérios, 1.º escalão, nesta Polícia, nos termos dos artigos 4.º e 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 5), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 8 de Fevereiro de 2018.

Leong Kuong Kam Iok — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do respectivo contrato administrativo de provimento sem termo para auxiliar, 8.^º escalão, índice 200, nesta Polícia, nos termos dos artigos 13.º, n.^{os} 2, alínea 4), 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, e 4.^º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 11.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2006, e com referência ao disposto no n.º 1, alínea 6), do Despacho do Secretário para a Segurança n.º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 3 de Janeiro de 2018.

根據第14/2009號法律第十三條第二款(二)項及第四款、第12/2015號法律第四條、第5/2006號法律第十一條第一款，以及公佈於二零一五年二月十三日第六期第二組《澳門特別行政區公報》副刊內的第33/2015號保安司司長批示第一款(六)項之規定，以附註形式修改本局與歐陽彩雲簽訂的長期行政任用合同第三條款，自二零一八年一月一日起晉階為第四職階勤雜人員，薪俸點為140點。

摘錄自保安司司長於二零一八年一月三日作出的批示：

根據第5/2006號法律第十一條第一款、第十二條(九)項及第二十條，經第20/2010號行政法規修改的第9/2006號行政法規第九條第三款(一)項、第十條、第二十四條第一款(一)項、第二款、第二十五條第一款及第二十八條第二款，聯同第15/2009號法律第一條第一款及第三款、第二條第一款、第三款(二)項、第五條及第三十四條，第26/2009號行政法規第一條、第八條、第九條第二款及第二十一條，以及現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十三條第七款之規定，本局博彩罪案調查處處長梁文照因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年二月二日起，續期一年。

摘錄自保安司司長於二零一八年一月十二日作出的批示：

根據第5/2006號法律第十一條第一款及第二十條，經第20/2010號行政法規修改的第9/2006號行政法規第三條第二款(七)項和第三款、第二十四條第一款(一)項、第二款及第二十五條第一款，聯同第15/2009號法律第一條第一款及第三款、第二條第一款、第三款(一)項、第五條及第三十四條，第26/2009號行政法規第一條、第八條、第九條第二款及第二十一條，以及現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十三條第七款之規定，本局司法警察學校校長孫錦輝因具備適當經驗及專業能力履行職務，故其定期委任自二零一八年二月二日起，續期一年。

二零一八年一月十九日於司法警察局

代局長 薛仲明

懲教管理局

批示摘錄

摘錄自保安司司長於二零一七年十一月三日作出的批示：

潘麗琼，懲教管理局第九職階勤雜人員，屬編制內散位，因自願退休而離職，由二零一八年一月十一日起生效。

Ao Ieong Choi Wan — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do respectivo contrato administrativo de provimento de longa duração para auxiliar, 4.^º escalão, índice 140, nesta Polícia, nos termos dos artigos 13.^º, n.^º 2, alínea 2), e 4, da Lei n.^º 14/2009, e 4.^º da Lei n.^º 12/2015, conjugados com o artigo 11.^º, n.^º 1, da Lei n.^º 5/2006, e com referência ao disposto no n.^º 1, alínea 6), do Despacho do Secretário para a Segurança n.^º 33/2015, publicado no *Boletim Oficial* n.^º 6/2015, II Série, Suplemento, de 13 de Fevereiro, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 3 de Janeiro de 2018:

Luís Leong — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como chefe da Divisão de Investigação de Crimes relacionados com o Jogo desta Polícia, nos termos dos artigos 11.^º, n.^º 1, 12.^º, alínea 9), e 20.^º da Lei n.^º 5/2006, e 9.^º, n.^º 3, alínea 1), 10.^º, 24.^º, n.^º 1, alínea 1), e 2, 25.^º, n.^º 1, e 28.^º, n.^º 2, do Regulamento Administrativo n.^º 9/2006, alterado pelo Regulamento Administrativo n.^º 20/2010, conjugados com os artigos 1.^º, n.^º 1 e 3, 2.^º, n.^º 1 e 3, alínea 2), 5.^º e 34.^º da Lei n.^º 15/2009, e 1.^º, 8.^º, 9.^º, n.^º 2, e 21.^º do Regulamento Administrativo n.^º 26/2009, com referência ao artigo 23.^º, n.^º 7, do ETAPM, vigente, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 2 de Fevereiro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 12 de Janeiro de 2018:

Suen Kam Fai — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como director da Escola de Polícia Judiciária desta Polícia, nos termos dos artigos 11.^º, n.^º 1, e 20.^º da Lei n.^º 5/2006, e 3.^º, n.^º 2, alínea 7), e 3, 24.^º, n.^º 1, alínea 1), e 2, e 25.^º, n.^º 1, do Regulamento Administrativo n.^º 9/2006, alterado pelo Regulamento Administrativo n.^º 20/2010, conjugados com os artigos 1.^º, n.^º 1 e 3, 2.^º, n.^º 1 e 3, alínea 1), 5.^º e 34.^º da Lei n.^º 15/2009, e 1.^º, 8.^º, 9.^º, n.^º 2, e 21.^º do Regulamento Administrativo n.^º 26/2009, com referência ao artigo 23.^º, n.^º 7, do ETAPM, vigente, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 2 de Fevereiro de 2018.

Polícia Judiciária, aos 19 de Janeiro de 2018. — O Director, substituto, *Sit Chong Meng*.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS CORRECCIONAIS

Extractos de despachos

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Secretário para a Segurança, de 3 de Novembro de 2017:

Pun Lai Keng, auxiliar, 9.^º escalão, assalariado do quadro desta DSC — desligado do serviço para efeitos de aposentação voluntária, a partir de 11 de Janeiro de 2018.

摘錄自懲教管理局局長於二零一八年一月十五日作出的批示：

蕭佩玲、劉嘉麗及張翠儀——根據經第12/2015號法律及第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條、經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第五條、以及第12/2015號法律第四條的規定，以附註方式修改其不具期限的行政任用合同第三條款，晉級為第一職階特級技術員，薪俸點為505點，並自本批示摘要於《澳門特別行政區公報》公佈之日起生效。

高光榮——根據經第12/2015號法律及第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條、經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第五條、以及第12/2015號法律第四條的規定，以附註方式修改其不具期限的行政任用合同第三條款，晉級為第一職階首席特級技術輔導員，薪俸點為450點，並自本批示摘要於《澳門特別行政區公報》公佈之日起生效。

二零一八年一月十八日於懲教管理局

局長 呂錦雲副局長代行

衛生局

批示摘錄

摘錄自局長於二零一七年十月二十日的批示：

楊佩蓮——根據第12/2015號法律第三條第二款、第五條第一款的規定，自二零一八年一月一日起，以長期行政任用合同方式獲聘用為第一職階二等行政技術助理員，試用期六個月。

摘錄自局長於二零一七年十月二十五日的批示：

陳麗燕——根據第12/2015號法律第三條第二款、第五條第一款的規定，自二零一八年一月一日起，以長期行政任用合同方式獲聘用為第一職階二等行政技術助理員，試用期六個月。

摘錄自局長於二零一七年十月三十一日之批示：

應廖春妹之要求，其在本局擔任第一職階二等行政技術助理員的行政任用合同，自二零一七年十一月十三日起予以解除。

摘錄自局長於二零一七年十一月七日之批示：

鄭珊珊，本局確定委任第三職階專科護士，應其要求自二零一七年十二月十九日起免職。

Por despachos do director da DSC, de 15 de Janeiro de 2018:

Siu Pui Leng, Lao Ka Lai e Cheong Choi I — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a dos seus contratos administrativos de provimento sem termo com referência à categoria de técnico especialista, 1.^º escalão, índice 505, nos termos do artigo 14.^º da Lei n.^º 14/2009, alterada pelas Leis n.^º 12/2015 e n.^º 4/2017, do artigo 5.^º do Regulamento Administrativo n.^º 14/2016, alterado pelo Regulamento Administrativo n.^º 23/2017, e do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial da RAEM*.

Kou Kong Veng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento sem termo com referência à categoria de adjunto-técnico especialista principal, 1.^º escalão, índice 450, nos termos do artigo 14.^º da Lei n.^º 14/2009, alterada pelas Leis n.^º 12/2015 e n.^º 4/2017, do artigo 5.^º do Regulamento Administrativo n.^º 14/2016, alterado pelo Regulamento Administrativo n.^º 23/2017, e do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial da RAEM*.

Direcção dos Serviços Correccionais, aos 18 de Janeiro de 2018. — Pel'O Director dos Serviços, *Loi Kam Wan*, subdiretora.

SERVIÇOS DE SAÚDE

Extractos de despachos

Por despacho do director dos Serviços, de 20 de Outubro de 2017:

Ieong Pui Lin — contratado por contrato administrativo de provimento de longa duração, pelo período experimental de seis meses, como assistente técnico administrativo de 2.^a classe, 1.^º escalão, ao abrigo dos artigos 3.^º, n.^º 2, 5.^º, n.^º 1, da Lei n.^º 12/2015, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Por despacho do director dos Serviços, de 25 de Outubro de 2017:

Chan Lai In — contratado por contrato administrativo de provimento de longa duração, pelo período experimental de seis meses, como assistente técnico administrativo de 2.^a classe, 1.^º escalão, ao abrigo dos artigos 3.^º, n.^º 2, 5.^º, n.^º 1, da Lei n.^º 12/2015, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Por despacho do director dos Serviços, de 31 de Outubro de 2017:

Lio Chon Mui — rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento como assistente técnico administrativo de 2.^a classe, 1.^º escalão, nestes Serviços, a partir de 13 de Novembro de 2017.

Por despacho do director dos Serviços, de 7 de Novembro de 2017:

Cheang San San — exonerado, a seu pedido, do quadro do pessoal destes Serviços, como enfermeiro-especialista, 3.^º escalão, de nomeação definitiva, a partir de 19 de Dezembro de 2017.

按照二零一七年十一月二十四日本局一般衛生護理副局長的批示：

艾維夫醫療中心之技術指導楊國俊醫生違反經三月二十五日第20/91/M號法令修改的九月十九日第58/90/M號法令第一百零三條第二款的規定，根據同一法令第一百零五條第一款的規定，中止第M-0864號准照為期二十日，自二零一八年一月十一日至二零一八年一月三十日止。

(是項刊登費用為 \$392.00)

艾維夫醫療中心違反經五月十八日第20/98/M號法令修改的十二月三十一日第84/90/M號法令第三條第一款a) 項之規定，由於其違法行為妨害公共衛生，根據上述同一法令第二十一條第二款之規定，中止第AL-0278號執照為期九十日，自二零一八年一月十一日至二零一八年四月十日止。

(是項刊登費用為 \$402.00)

摘錄自局長於二零一七年十一月二十九日之批示：

楊筱蘚——根據第12/2015號法律第三條第二款及第五條第一款之規定，從二零一七年十二月四日起，以行政任用合同方式獲聘用為第一職階主治醫生，試用期六個月。

摘錄自社會文化司司長於二零一七年十二月十二日之批示：

石慧貞——根據經第34/2011號行政法規修改的十一月十五日第81/99/M號法令第二十八條c) 項及第四十一條、第15/2009號法律第五條及第26/2009號行政法規第七條第二款及第八條的規定，因具備合適的管理能力及專業經驗，自二零一八年二月二十八日起，以定期委任方式，續任為本局社會工作部負責人，為期一年。

摘錄自局長於二零一八年一月五日的批示：

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十條第一款a) 項、第二十二條第一款、第三款及第四款的規定，在二零一七年十一月二十二日第四十七期《澳門特別行政區公報》第二組內公佈以考核方式進行對外開考，以填補衛生局編制內診療技術員職程第一職階二等診療技術員（圖示記錄職務範疇——聽力測驗）一缺的最後成績名單排名第一的合格投考人張詠詩，獲臨時委任為本局人員編制內診療技術員職程第一職階二等診療技術員，為期一年。

摘錄自社會文化司司長於二零一八年一月九日的批示：

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十二條第八款a) 項及第三十七條第一款、第6/2010號法律第十四條第一款及

Por despacho do subdirector dos Serviços para os CSG, de 24 de Novembro de 2017:

Dado que a directora técnica do Centro Médico Ai Wei Fu, Dr.^a Ieong Kuok Chon infringiu as disposições referidas no artigo 103.^º, n.^º 2, do Decreto-Lei n.^º 58/90/M, de 19 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.^º 20/91/M, de 25 de Março, de acordo com o artigo 105.^º, n.^º 1, do mesmo Decreto-Lei, é penalizada a suspensão da sua licença de médico, n.^º M-0864, por um período de vinte dias, a partir de 11 até 30 de Janeiro de 2018.

(Custo desta publicação \$ 392,00)

A par disso, dado que o Centro Médico Ai Wei Fu violou as disposições consagradas no artigo 3.^º, n.^º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.^º 84/90/M, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.^º 20/98/M, de 18 de Maio. Demonstrado que a sua violação implicou o impedimento da saúde pública, de acordo com o artigo 21.^º, n.^º 2, do mesmo Decreto-Lei atrás referido, é penalizada a suspensão da sua licença de estabelecimento n.^º AL-0278, por um período de noventa dias, a partir de 11 de Janeiro até 10 de Abril de 2018.

(Custo desta publicação \$ 402,00)

Por despacho do director dos Serviços, de 29 de Novembro de 2017:

Yang Xiaoyi — contratado por contrato administrativo de provimento, pelo período experimental de seis meses, como médico assistente, 1.^º escalão, ao abrigo dos artigos 3.^º, n.^º 2, e 5.^º, n.^º 1, da Lei n.^º 12/2015, a partir de 4 de Dezembro de 2017.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 12 de Dezembro de 2017:

Comandante, Diana Maria — renovada a comissão de serviço, pelo período de um ano, como responsável do Serviço de Ação Social destes Serviços, nos termos dos artigos 28.^º, alínea c), e 41.^º do Decreto-Lei n.^º 81/99/M, de 15 de Novembro, alterado pelo Regulamento Administrativo n.^º 34/2011, conjugados com os artigos 5.^º da Lei n.^º 15/2009, 7.^º, n.^º 2, e 8.^º do Regulamento Administrativo n.^º 26/2009, por possuir capacidade de gestão e experiência profissional adequadas para o exercício das suas funções, a partir de 28 de Fevereiro de 2018.

Por despacho do director dos Serviços, de 5 de Janeiro de 2018:

Cheong Weng Si, 1.^º classificado no concurso externo, de prestação de provas, para o preenchimento de um lugar de técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.^a classe, 1.^º escalão, área funcional de registografia—audiometria, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro do pessoal destes Serviços, a que se refere a lista classificativa final inserta no *Boletim Oficial da RAEM* n.^º 47/2017, II Série, de 22 de Novembro — nomeado, provisoriamente, pelo período de um ano, técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.^a classe, 1.^º escalão, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro do pessoal destes Serviços, nos termos dos artigos 20.^º, n.^º 1, alínea a), e 22.^º, n.^ºs 1, 3 e 4, do ETAPM, vigente.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 9 de Janeiro de 2018:

Chan Chung Tim, único classificado, no concurso de acesso, condicionado, de prestação de provas, para o preenchimento de um lugar de técnico superior de saúde principal, 1.^º

經第14/2016號行政法規第三十七條第三款規定，在二零一七年十一月二十二日第四十七期《澳門特別行政區公報》第二組內公佈以考核方式進行限制性晉級開考，以填補衛生局編制內高級衛生技術員職程第一職階首席高級衛生技術員（康復職務範疇——語言治療）一缺的最後成績名單唯一一名的合格投考人陳頌甜，獲確定委任為本局人員編制內高級衛生技術員職程第一職階首席高級衛生技術員。

按照副局長於二零一八年一月十日之批示：

核准准照編號為第214號的藥物產品出入口及批發商號“同福堂”搬遷，新址位於澳門牧場街61號新城市工業大廈1樓F座。

（是項刊登費用為\$294.00）

核准准照編號為第233號的藥物產品出入口及批發商號“德聖堂”的東主——德聖堂健康產品有限公司法人地址的變更，新址位於澳門圓台巷御景灣第1期第4座地下B座。

（是項刊登費用為\$353.00）

按照副局長於二零一八年一月十一日之批示：

核准向謝偉璋先生發給“愛健康藥房”准照，編號為第311號以及其營業地點為澳門鏡湖馬路122-B號利發大廈地下A座，住址位於澳門海灣南街158號信和廣場（第二座祥和閣）22樓H座。

（是項刊登費用為\$333.00）

按照二零一八年一月十一日本局一般衛生護理副局長的批示：

李婉珍——應其要求，中止第E-0660號護士執業牌照之許可，為期兩年。

（是項刊登費用為\$274.00）

分別取消袁家麟第E-2518號、甄綺韻第E-2520號及袁美玲第E-2523號護士執業牌照之許可，因其沒有履行五月十八日第20/98/M號法令修訂的十二月三十一日第84/90/M號法令第十二條第二款之規定。

（是項刊登費用為\$353.00）

李紫欣、梁潔影——應其要求，分別中止第M-2259、M-2286號醫生執業牌照之許可，為期兩年。

（是項刊登費用為\$284.00）

escalão, área funcional de reabilitação-terapia da fala, da carreira de técnico superior de saúde do quadro do pessoal destes Serviços, a que se refere a lista classificativa final inserta no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 47/2017, II Série, de 22 de Novembro — nomeado, definitivamente, técnico superior de saúde principal, 1.º escalão, da carreira de técnico superior de saúde do quadro do pessoal destes Serviços, nos termos dos artigos 22.º, n.º 8, alínea a), 37.º, n.º 1, do ETAPM, vigente, 14.º, n.º 1, da Lei n.º 6/2010 e 37.º, n.º 3, do Regulamento Administrativo n.º 14/2016.

Por despachos do subdirector dos Serviços, de 10 de Janeiro de 2018:

Autorizada a mudança de instalações da firma de importação, exportação e venda por grosso de produtos farmacêuticos «Tong Fok Tong» alvará n.º 214, para a Rua dos Currais, n.º 61, Industrial San Seng Si, 1.º andar F, Macau.

（Custo desta publicação \$ 294,00）

Foi autorizada a mudança da sede da Tak Sing Tong — Companhia de Produtos Nutritivos, Limitada, titular do alvará n.º 233 pertencente à firma de importação, exportação e venda por grosso de produtos farmacêuticos «Tak Sing Tong». O novo endereço da sede está situado na Travessa da Doca dos Holandeses, Edifício The Bayview-Fase 1, Bloco IV, r/c «B», Macau.

（Custo desta publicação \$ 353,00）

Por despacho do subdirector dos Serviços, de 11 de Janeiro de 2018:

Autorizada a emissão do alvará n.º 311, de Farmácia «Amor Saúde», com local de funcionamento na Estrada do Repouso, n.º 122-B, Edifício Lei Fat, r/c «A», Macau, a Che Wai Cheong, com residência na Rua da Bacia Sul, n.º 158 China Plaza (Concordance Court) 22.º andar «H», Macau.

（Custo desta publicação \$ 333,00）

Por despachos do subdirector dos Serviços para os CSG, de 11 de Janeiro de 2018:

Lei Un Chan — suspenso, a seu pedido, por dois anos, o exercício privado da profissão de enfermeiro, licença n.º E-0660.

（Custo desta publicação \$ 274,00）

Un Ka Lon, Ian I Wan e Un Mei Leng — canceladas, por não terem cumprido o artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/90/M, de 31 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 20/98/M, de 18 de Maio, as autorizações para o exercício da profissão de enfermeiro, licenças n.os E-2518, E-2520 e E-2523.

（Custo desta publicação \$ 353,00）

Lei Chi Ian e Leong Kit Ieng — suspenso, a seus pedidos, por dois anos, o exercício privado da profissão de médico, licenças n.os M-2259 e M-2286.

（Custo desta publicação \$ 284,00）

許可第D-0177號牙科醫生執照持有人姓名Lee Steve Shih In增加中文姓名為李思穎。

(是項刊登費用為\$284.00)

取消Rita Álvares Gomes de Amorim Mergulhão Ó第T-0230號治療師（心理治療）執業牌照之許可，因其沒有履行五月十八日第20/98/M號法令修訂的十二月三十一日第84/90/M號法令第十二條第二款之規定。

(是項刊登費用為\$353.00)

按照二零一八年一月十五日本局一般衛生護理代副局長的批示：

維生醫療中心（美獅美高梅路氹員工診所），葡文名稱為Centro Médico Regen (Clínica para Funcionários da MGM Cotai)，英文名稱為Regen Medical Centre (MGM Cotai Employee Clinic)——獲准許營業，准照編號：AL-0414，其營業地點位於澳門氹仔體育館大馬路-美獅美高梅，持牌人為維健美（澳門）有限公司，法人住所位於澳門新口岸倫斯泰特大馬路177號金苑大廈地下F舖。

(是項刊登費用為\$441.00)

按照二零一八年一月十六日本局一般衛生護理代副局長的批示：

阮志鵬——應其要求，中止第AL-0282號培康物理治療中心執照之許可，為期兩年，場所位於澳門肥利喇亞美打大馬路（荷蘭園大馬路）54-A號地下B座。

(是項刊登費用為\$304.00)

取消張惠卿第E-0665號護士執業牌照之許可，因其沒有履行五月十八日第20/98/M號法令修訂的十二月三十一日第84/90/M號法令第十二條第二款之規定。

(是項刊登費用為\$314.00)

黃林芳——應其要求，中止第E-1668號護士執業牌照之許可，為期兩年。

(是項刊登費用為\$284.00)

洪少威、張凱怡、梁潔怡、許美良、凌梓盈——獲准許從事護士職業，牌照編號分別是：E-2832、E-2833、E-2834、E-2835、E-2836。

(是項刊登費用為\$304.00)

巫逢銘——獲准許從事醫生職業，牌照編號是：M-2371。

(是項刊登費用為\$264.00)

Autorizado o acrescentamento da denominação em língua chinesa do médico dentista Lee Steve Shih In, licença n.º D-0177 para 李思穎.

(Custo desta publicação \$ 284,00)

Rita Álvares Gomes de Amorim Mergulhão Ó — cancelada, por não ter cumprido o artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/90/M, de 31 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 20/98/M, de 18 de Maio, a autorização para o exercício da profissão de terapeuta (psicoterapia), licença n.º T-0230.

(Custo desta publicação \$ 353,00)

Por despacho da subdirectora dos Serviços, substituta, para os CSG, de 15 de Janeiro de 2018:

Concedido o alvará para o funcionamento do Centro Médico Regen (Clínica para Funcionários da MGM Cotai), com designação em língua chinesa e inglesa de 維生醫療中心（美獅美高梅路氹員工診所）e Regen Medical Centre (MGM Cotai Employee Clinic), situado na Avenida da Nave Desportiva, n.º s/n, MGM Cotai, Taipa, alvará n.º AL-0414, cuja titularidade pertence a Beleza Pro (Macau) Limitada, com sede na Av. Sir Anders Ljungsted, n.º 177, Edf. Kam Yuen, r/c-F, Macau.

(Custo desta publicação \$ 441,00)

Por despachos da subdirectora dos Serviços, substituta, para os CSG, de 16 de Janeiro de 2018:

Un Chi Pang — suspenso, a seu pedido, por dois anos, a autorização para funcionamento do Centro de Fisioterapia Health Plus, situado na Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida, n.º 54-A, r/c-B, Macau, alvará n.º AL-0282.

(Custo desta publicação \$ 304,00)

Cheung Wai Hing — cancelada, por não ter cumprido o artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/90/M, de 31 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 20/98/M, de 18 de Maio, a autorização para o exercício da profissão de enfermeiro, licença n.º E-0665.

(Custo desta publicação \$ 314,00)

Huang LinFang — suspenso, a seu pedido, por dois anos, o exercício privado da profissão de enfermeiro, licença n.º E-1668.

(Custo desta publicação \$ 284,00)

Hong Sio Wai, Cheung Hoi Yi, Leong Kit I, Hoi Mei Leong e Leng Chi Ieng — concedidas autorizações para o exercício privado da profissão de enfermeiro, licenças n.ºs E-2832, E-2833, E-2834, E-2835 e E-2836.

(Custo desta publicação \$ 304,00)

Wu Feng Ming — concedida autorização para o exercício privado da profissão de médico, licença n.º M-2371.

(Custo desta publicação \$ 264,00)

取消廖世龍第C-0504號中醫師執業牌照之許可，因其沒有履行五月十八日第20/98/M號法令修訂的十二月三十一日第84/90/M號法令第十二條第二款之規定。

(是項刊登費用為\$314.00)

周嘉瑩——應其要求，中止第M-2210號醫生執業牌照之許可，為期兩年。

(是項刊登費用為\$274.00)

吳凱倫——獲准許從事診療輔助技術員(放射)職業，牌照編號是：T-0545。

(是項刊登費用為\$284.00)

聲明

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十五條的規定，本局行政任用合同第二職階一級護士辛麗雅，自二零一七年十二月一日起，即在社會工作局擔任職務之日起終止於本局的職務。

為有關效力，茲聲明本局以不具期限的行政任用合同方式擔任第五職階一級護士謝勤有，自二零一七年十二月三日起因達年齡上限，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十四條第一款c)項及第12/2015號法律第十五條(一)項的規定，終止其在本局之職務。

為有關效力，茲聲明本局以行政任用合同方式擔任第七職階一般服務助理員曾淑賢，自二零一七年十二月十一日起因達年齡上限，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十四條第一款c)項及第12/2015號法律第十五條(一)項的規定，終止其在本局之職務。

為有關效力，茲聲明本局以不具期限的行政任用合同方式擔任第二職階顧問診療技術員劉佩球，自二零一七年十二月二十三日起因達年齡上限，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十四條第一款c)項及第12/2015號法律第十五條(一)項的規定，終止其在本局之職務。

為有關效力，茲聲明本局以不具期限的行政任用合同方式擔任第四職階技術工人林任發，自二零一七年十二月二十四日起因達年齡上限，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十四條第一款c)項及第12/2015號法律第十五條(一)項的規定，終止其在本局之職務。

為有關效力，茲聲明本局前不具期限的行政任用合同第七職階一般服務助理員李國華，因辭世終止其在本局之職務，自二零一七年十二月一日起生效。

Lio Sai Long — cancelada, por não ter cumprido o artigo 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 84/90/M, de 31 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 20/98/M, de 18 de Maio, a autorização para o exercício da profissão de mestre de medicina tradicional chinesa, licença n.º C-0504.

(Custo desta publicação \$ 314,00)

Chao Ka Ieng — suspenso, a seu pedido, por dois anos, o exercício privado da profissão de médico, licença n.º M-2210.

(Custo desta publicação \$ 274,00)

Ng Hoi Lon — concedida autorização para o exercício privado da profissão de técnico de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica (radiologia), licença n.º T-0545.

(Custo desta publicação \$ 284,00)

Declarações

Para os devidos efeitos se declara que San Lai Nga, enfermeiro, grau 1, 2.º escalão, contratado por contrato administrativo de provimento, cessou as suas funções, nestes Serviços, nos termos do artigo 45.º do ETAPM, vigente, a partir de 1 de Dezembro de 2017, data em que iniciou funções no Instituto de Acção Social.

— Para os devidos efeitos se declara que Che Kan Iao, enfermeiro, grau 1, 5.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nestes Serviços, rescindido o contrato, por atingir o limite de idade, nos termos do artigo 44.º, n.º 1, alínea c), do ETAPM, vigente, conjugado com o artigo 15.º, alínea I), da Lei n.º 12/2015, a partir de 3 de Dezembro de 2017.

— Para os devidos efeitos se declara que De Jesus, Antonia Rosa, auxiliar de serviços gerais, 7.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento, nestes Serviços, rescindido o contrato, por atingir o limite de idade, nos termos do artigo 44.º, n.º 1, alínea c), do ETAPM, vigente, conjugado com o artigo 15.º, alínea I), da Lei n.º 12/2015, a partir de 11 de Dezembro de 2017.

— Para os devidos efeitos se declara que Lao Pui Kao, técnico de diagnóstico e terapêutica assessor, 2.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nestes Serviços, rescindido o contrato, por atingir o limite de idade, nos termos do artigo 44.º, n.º 1, alínea c), do ETAPM, vigente, conjugado com o artigo 15.º, alínea I), da Lei n.º 12/2015, a partir de 23 de Dezembro de 2017.

— Para os devidos efeitos se declara que Lam Iam Fat, operário qualificado, 4.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nestes Serviços, rescindido o contrato, por atingir o limite de idade, nos termos do artigo 44.º, n.º 1, alínea c), do ETAPM, vigente, conjugado com o artigo 15.º, alínea I), da Lei n.º 12/2015, a partir de 24 de Dezembro de 2017.

— Para os devidos efeitos se declara que Lei Kuok Wa, ex-auxiliar de serviços gerais, 7.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nestes Serviços, cessou funções, nestes Serviços, a partir de 1 de Dezembro de 2017, por motivo de falecimento.

更正

因本局文誤，使刊登於二零一八年一月十日《澳門特別行政區公報》第二期第二組內第684頁的批示摘錄葡文版本有不正確之處，茲更正如下：

原文：“.....Centro Médico da Medicina Chinesa Wai Yeng.....”；

應為：“.....Centro Médico de Medicina Chinesa Wai Yeng.....”。

(是項刊登費用為 \$480.00)

Rectificações

Por ter saído inexacta, por lapso destes Serviços, a versão portuguesa do extracto de despacho publicado no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 2/2018, II Série, de 10 de Janeiro, a páginas 684, se rectifica:

Onde se lê: «.....Centro Médico da Medicina Chinesa Wai Yeng.....»;

deve ler-se: «.....Centro Médico de Medicina Chinesa Wai Yeng.....».

(Custo desta publicação \$ 480,00)

因本局文誤，使刊登於二零一七年十二月十三日《澳門特別行政區公報》第五十期第二組內第20997頁之批示摘錄葡文版本有不正確之處，茲更正如下：

原文：“Chan Lai Ka,”

應為：“Chan Lei Ka,”。

因本局文誤，使刊登於二零一七年十二月二十一日《澳門特別行政區公報》第五十一期第二組內第21627頁之批示摘錄中文版本有不正確之處，茲更正如下：

原文：“霍愛珍,.....”

應為：“霍惠珍,.....”。

二零一八年一月十八日於衛生局

局長 李展潤

Por ter saído inexacta, por lapso destes Serviços, a versão portuguesa do extracto de despacho publicado no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 50/2017, II Série, de 13 de Dezembro, a páginas 20 997, se rectifica:

Onde se lê: «Chan Lai Ka,»

deve ler-se: «Chan Lei Ka,»;

Por ter saído inexacta, por lapso destes Serviços, a versão chinesa do extracto de despacho publicado no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 51/2017, II Série, de 21 de Dezembro, a páginas 21 627, se rectifica:

Onde se lê: «霍愛珍,»

deve ler-se: «霍惠珍,».

Serviços de Saúde, aos 18 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, *Lei Chin Ion*.

教育暨青年局

批示摘錄

摘錄自本人二零一七年十一月一日批示：

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條的規定，下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同續期一年：

陳澤燊，第二職階一等高級技術員，薪俸點為510，自二零一七年十二月十二日起生效；

DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Extractos de despachos

Por despachos da signatária, de 1 de Novembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os contratos administrativos de provimento, pelo período de um ano, para o exercício das funções abaixo indicadas, nestes Serviços, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017 e dos artigos 4.º e 6.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Chan Chak San, como técnico superior de 1.ª classe, 2.º escalão, índice 510, a partir de 12 de Dezembro de 2017;

Liliana Miguel Pires, 第二職階一等技術員, 薪俸點為420, 自二零一七年十二月一日起生效;

李明輝、李偉雄、黃政豪及張信堅, 第一職階一等技術員, 薪俸點為400, 自二零一七年十二月十九日起生效;

高海傑、吳雅玲、吳雪梨及蘇建英, 第一職階二等技術員, 薪俸點為350, 自二零一七年十二月二十日起生效;

何偉成, 第七職階技術工人, 薪俸點為240, 自二零一八年一月一日起生效;

宋麗葉, 第五職階技術工人, 薪俸點為200, 自二零一八年一月一日起生效;

霍永全, 第八職階勤雜人員, 薪俸點為200, 自二零一八年一月一日起生效;

鄭鳳映、張榮鎮、原家潤、姚少媛、林麗僑、李寶華、李樹洪、梁瑞芳、麥燕冰、吳桂珍、盛鳳婷、戴玉芳、黃有妹、黃結岐及黃秀蓮, 第七職階勤雜人員, 薪俸點為180, 自二零一八年一月一日起生效;

卓蓮花、張治潛、古日兒及何振華, 第六職階勤雜人員, 薪俸點為160, 自二零一八年一月一日起生效。

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條的規定, 下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同續期六個月, 自二零一七年十二月二十日起生效:

陳童彬、馮子傑、何瑞明、林俊杰及梁雪儀, 第一職階二等技術員, 薪俸點為350。

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條的規定, 下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同續期:

劉麗明, 第七職階勤雜人員, 薪俸點為180, 自二零一八年一月一日起至二零一八年七月十五日止;

李少平, 第七職階勤雜人員, 薪俸點為180, 自二零一八年一月一日起至二零一八年八月四日止;

莫煒珍, 第七職階勤雜人員, 薪俸點為180, 自二零一八年一月一日起至二零一八年三月二十五日止。

摘錄自本局學校管理暨行政廳廳長二零一七年十一月十七日批示:

根據第12/2010號法律《非高等教育公立學校教師及教學助理員職程制度》第七條和附件表一及表四, 以及第12/2015號法律

Liliana Miguel Pires, como técnica de 1.^a classe, 2.^º escalão, índice 420, a partir de 1 de Dezembro de 2017;

Lei Meng Fai, Lei Wai Hong, Wong Cheng Hou e Zhang Xinjian, como técnicos de 1.^a classe, 1.^º escalão, índice 400, a partir de 19 de Dezembro de 2017;

Kou Hoi Kit, Ng Nga Leng, Ng Sut Lei e So Kin Ying, como técnicos de 2.^a classe, 1.^º escalão, índice 350, a partir de 20 de Dezembro de 2017;

Ho Wai Seng, como operário qualificado, 7.^º escalão, índice 240, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Julietta Amândio Noronha Novo de Assunção, como operária qualificada, 5.^º escalão, índice 200, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Fok Weng Chun, como auxiliar, 8.^º escalão, índice 200, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Cheang Fong Ieng, Cheong Weng Chan, In Ka Ion, Io Sio Wun, Lam Lai Kio, Lei Pou Va, Lei Si Hung, Leong Soi Fong, Mak In Peng, Ng Kuai Chan, Seng Fong Teng, Tai Iok Fong, Vong Iao Mui, Wong Kit Kei e Wong Sao Lin, como auxiliares, 7.^º escalão, índice 180, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Cheok Lin Fa, Cheong Chu Chum, Fátima Castilho e Ho Chan Wa, como auxiliares, 6.^º escalão, índice 160, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os contratos administrativos de provimento, pelo período de seis meses, para o exercício das funções abaixo indicadas, nestes Serviços, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.^º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.^º 4/2017 e dos artigos 4.^º e 6.^º da Lei n.^º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 20 de Dezembro de 2017:

Chan Tong Pan, Fong Chi Kit, Ho Soi Meng, Lam Chon Kit e Leong Sut I, como técnicos de 2.^a classe, 1.^º escalão, índice 350.

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os contratos administrativos de provimento, para o exercício das funções abaixo indicadas, nestes Serviços, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.^º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.^º 4/2017 e dos artigos 4.^º e 6.^º da Lei n.^º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Lao Lai Meng, como auxiliar, 7.^º escalão, índice 180, a partir de 1 de Janeiro de 2018 e termo em 15 de Julho de 2018;

Lei Sio Peng, como auxiliar, 7.^º escalão, índice 180, a partir de 1 de Janeiro de 2018 e termo em 4 de Agosto de 2018;

Mok Wai Chan, como auxiliar, 7.^º escalão, índice 180, a partir de 1 de Janeiro de 2018 e termo em 25 de Março de 2018.

Por despachos da chefe do Departamento de Gestão e Administração Escolar destes Serviços, de 17 de Novembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a dos seus contratos administrativos de provimento para as carreiras, escalões, índices e datas a

《公共部門勞動合同制度》第四條的規定，下列工作人員在本局擔任如下職務的行政任用合同，以附註形式修改合同第三條款，日期、職程、職階及薪俸點如下：

李耀明及吳俊文，自二零一七年十二月二十五日起轉為第八職階中學教育一級教師，薪俸點為655；

李麗斯，自二零一七年十二月四日起轉為第八職階幼兒教育及小學教育一級教師（小學），薪俸點為625；

Fernando Manuel Margarido João，自二零一七年十二月十四日起轉為第四職階幼兒教育及小學教育一級教師（小學），薪俸點為505。

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》第十三條及附件一表二和二十，以及第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條的規定，下列工作人員在本局擔任如下職務的行政任用合同，以附註形式修改合同第三條款，日期、職程、職級、職階及薪俸點如下：

Nuno Miguel Costa Alves Martins及譚振興，自二零一七年十二月二十二日起轉為第二職階首席高級技術員，薪俸點為565；

關詠恩，自二零一七年十二月二十二日起轉為第二職階特級技術員，薪俸點為525；

布紹祥、曹玉蘭、關志恆、梁美茵及譚啟志，自二零一七年十二月二十二日起轉為第二職階首席技術員，薪俸點為470；

張玉萍、何咏詩、楊偉茵、梁翠姿及杜文威，自二零一七年十二月二十二日起轉為第二職階首席技術輔導員，薪俸點為365；

林淑儀及黃麗瓊，自二零一七年十二月二十二日起轉為第二職階首席行政技術助理員，薪俸點為275；

江亞杜，自二零一七年十二月三十日起轉為第八職階重型車輛司機，薪俸點為280；

李錦琪，自二零一七年十二月三十日起轉為第八職階技術工人，薪俸點為260；

梁永昌，自二零一七年十二月十三日起轉為第七職階技術工人，薪俸點為240；

羅清及林兆群，分別自二零一七年十二月六日及二零一七年十二月十七日起轉為第八職階勤雜人員，薪俸點為200；

崔冠玲，自二零一七年十二月十三日起轉為第七職階勤雜人員，薪俸點為180。

cada um indicados, para exercerem funções nestes Serviços, nos termos dos artigos 7.º e dos mapas I e IV anexos à Lei n.º 12/2010 «Regime das Carreiras dos Docentes e Auxiliares de Ensino das Escolas Oficiais do Ensino Não Superior» e 4.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Lei Io Meng e Ng Chon Man, para docentes do ensino secundário de nível 1, 8.º escalão, índice 655, a partir de 25 de Dezembro de 2017;

Lei Lai Si, para docente dos ensinos infantil e primário de nível 1 (primário), 8.º escalão, índice 625, a partir de 4 de Dezembro de 2017;

Fernando Manuel Margarido João, para docente dos ensinos infantil e primário de nível 1 (primário), 4.º escalão, índice 505, a partir de 14 de Dezembro de 2017.

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento para as carreiras, categorias, escalões, índices e datas a cada um indicados, para exercerem funções nestes Serviços, nos termos dos artigos 13.º e dos mapas 2 e 20 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017 e 4.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Nuno Miguel Costa Alves Martins e Tam Chan Heng, para técnicos superiores principais, 2.º escalão, índice 565, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Kuan Veng Ian, para técnica especialista, 2.º escalão, índice 525, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Bo Siu Cheong, Chou Iok Lan, Kuan Chi Hang, Leong Mei Yun e Tam Kai Chi, para técnicos principais, 2.º escalão, índice 470, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Cheong Iok Peng, Ho Weng Si, Ieong Wai Ian, Leong Choi Chi e To Man Wai, para adjuntos-técnicos principais, 2.º escalão, índice 365, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Lam Sok I e Wong Lai Keng, para assistentes técnicas administrativas principais, 2.º escalão, índice 275, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Viriato Maria da Conceição, para motorista de pesados, 8.º escalão, índice 280, a partir de 30 de Dezembro de 2017;

Lei Kam Kei, para operária qualificada, 8.º escalão, índice 260, a partir de 30 de Dezembro de 2017;

Leong Weng Cheong, para operário qualificado, 7.º escalão, índice 240, a partir de 13 de Dezembro de 2017;

Lo Cheng e Lam Sio Kuan, para auxiliares, 8.º escalão, índice 200, a partir de 6 de Dezembro de 2017 e 17 de Dezembro de 2017, respectivamente;

Choi Kun Leng, para auxiliar, 7.º escalão, índice 180, a partir de 13 de Dezembro de 2017.

摘錄自本人二零一七年十二月一日批示：

應鄭智明的請求，其在本局擔任第七職階幼兒教育及小學教育一級教師（小學）職務的行政任用合同，自二零一八年二月二十一日起予以終止。

摘錄自本人二零一七年十二月三日批示：

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條的規定，下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同續期一年：

陳偉雄及李銘光，第一職階一等技術員，薪俸點為400，自二零一八年一月十七日起生效；

何綺彤，第一職階一等技術員，薪俸點為400，自二零一八年一月二十四日起生效；

李慧琪，第二職階首席行政技術助理員，薪俸點為275，自二零一八年一月一日起生效；

秦妙梨，第一職階首席行政技術助理員，薪俸點為265，自二零一八年一月三日起生效；

周鳳儀及梁偉桓，第七職階勤雜人員，薪俸點為180，自二零一八年一月一日起生效；

陳慧貞、趙美美、崔美容、莊佳煥、袁細美、鄭鳳霞、林家豪、梁耀榮、駱明、戴美琴、譚浩然、黃卿蘭及黃艷卿，第一職階勤雜人員，薪俸點為110，自二零一八年一月三日起生效。

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條的規定，下列工作人員在本局擔任職務的行政任用合同續期六個月：

鍾月明，第一職階首席技術員，薪俸點為450，自二零一七年十二月二十日起生效；

劉笑盈及梁嘉豪，第一職階二等技術員，薪俸點為350，自二零一七年十二月二十日起生效。

摘錄自本局學校管理暨行政廳廳長二零一七年十二月十三日批示：

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》第十三條及附件一表二，以及第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條的規定，下列工作人員在本局擔任如

Por despacho da signatária, de 1 de Dezembro de 2017:

Cheang Chi Meng — cessa, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento, como docente dos ensinos infantil e primário de nível 1 (primário), 7.º escalão, nestes Serviços, a partir de 21 de Fevereiro de 2018.

Por despachos da signatária, de 3 de Dezembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os contratos administrativos de provimento, pelo período de um ano, para o exercício das funções abaixo indicadas, nestes Serviços, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017 e dos artigos 4.º e 6.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Chan Wai Hong e Lei Meng Kuong, como técnicos de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 400, a partir de 17 de Janeiro de 2018;

Ho I Tong, como técnica de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 400, a partir de 24 de Janeiro de 2018;

Lei Wai Kei, como assistente técnica administrativa principal, 2.º escalão, índice 275, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Chon Mio Lei, como assistente técnica administrativa principal, 1.º escalão, índice 265, a partir de 3 de Janeiro de 2018;

Chau Fong I e Leong Wai Wun, como auxiliares, 7.º escalão, índice 180, a partir de 1 de Janeiro de 2018;

Chan Wai Cheng, Chio Mei Mei Maria, Choi Mei Iong, Chong Kai Wun, Iun Sai Mei, Kuong Fong Ha, Lam Ka Hou, Leong Io Weng, Lok Meng, Tai Mei Kam, Tam Hou In, Vong Heng Lan e Wong Im Heng, como auxiliares, 1.º escalão, índice 110, a partir de 3 de Janeiro de 2018.

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os contratos administrativos de provimento, pelo período de seis meses, para o exercício das funções abaixo indicadas, nestes Serviços, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017 e dos artigos 4.º e 6.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos»:

Chong Ut Meng, como técnica principal, 1.º escalão, índice 450, a partir de 20 de Dezembro de 2017;

Lao Sio Ieng e Leong Ka Hou, como técnicos de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 350, a partir de 20 de Dezembro de 2017.

Por despachos da chefe do Departamento de Gestão e Administração Escolar destes Serviços, de 13 de Dezembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento para as carreiras, categorias, escalões e índices a cada um indicados, para exercerem funções nestes Serviços, nos termos dos artigos 13.º e do mapa 2 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores

下職務的行政任用合同，以附註形式修改合同第三條款，職程、職級、職階及薪俸點如下，自二零一八年一月三日起生效：

陳澤賢及李家豪，第二職階一等技術員，薪俸點為420；

高珍妮、林邦妮及吳寶珠，第二職階二等技術員，薪俸點為370。

摘錄自社會文化司司長二零一七年十二月十九日批示：

Liliana Miguel Pires——根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律《公務人員職程制度》附件一表二、第12/2015號法律《公共部門勞動合同制度》第四條及第六條第二款（一）項的規定，其在本局擔任第二職階一等技術員的行政任用合同獲修改為長期行政任用合同，為期三年，薪俸點為420，自二零一七年十二月一日起生效。

摘錄自本人二零一八年一月三日批示：

應馮家豪的請求，其在本局擔任第一職階一等技術員職務的不具期限的行政任用合同，自二零一八年二月二十一日起予以終止。

聲明

為應有之效力，茲聲明在本局以不具期限的行政任用合同方式擔任第七職階勤雜人員之古玉英，因達擔任公共職務之年齡上限，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十四條之規定，自二零一八年二月十二日起終止職務。

二零一八年一月十七日於教育暨青年局

局長 梁勵

文化局

批示摘要

摘錄自社會文化司司長於二零一七年十月二十日作出的批示：

根據《澳門特別行政區基本法》第九十九條、經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第一條第四款（三）項、第12/2015號法律第十七條及第十八條、經第12/2015號法律修改的第14/2009號法律第一條第五款，以及第112/2014號行政命令第一款的規定，以個人勞動合同方式聘請Krasen Ivanov Zagorski在本局擔任澳門樂團樂師，自二零一八年一月十二日起至二零一八年八月三十一日止。

dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017 e 4.º da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 3 de Janeiro de 2018:

Chan Chak In e Lei Ka Hou, para técnicos de 1.ª classe, 2.º escalão, índice 420;

Kou Chan Nei, Lam Pong Nei e Ng Pou Chu, para técnicas de 2.ª classe, 2.º escalão, índice 370.

Por despacho do Ex.º Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 19 de Dezembro de 2017:

Liliana Miguel Pires, técnica de 1.ª classe, 2.º escalão, índice 420, em regime de contrato administrativo de provimento, nestes Serviços — alterado para contrato administrativo de provimento de longa duração, pelo período de três anos, nos termos do mapa 2 do anexo I da Lei n.º 14/2009 «Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos», alterada pela Lei n.º 4/2017, e dos artigos 4.º e 6.º, n.º 2, alínea 1), da Lei n.º 12/2015 «Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos», a partir de 1 de Dezembro de 2017.

Por despacho da signatária, de 3 de Janeiro de 2018:

Fong Ka Hou — cessa, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento sem termo, como técnico de 1.ª classe, 1.º escalão, nestes Serviços, a partir de 21 de Fevereiro de 2018.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que Ku Lok Ieng, auxiliar, 7.º escalão, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nestes Serviços, cessa as suas funções, por ter atingido o limite máximo de idade para o exercício de funções públicas, nos termos do artigo 44.º do ETAPM, vigente, a partir de 12 de Fevereiro de 2018.

Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, aos 17 de Janeiro de 2018. — A Directora dos Serviços, Leong Lai.

INSTITUTO CULTURAL

Extractos de despachos

Por despacho do Ex.º Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 20 de Outubro de 2017:

Krasen Ivanov Zagorski — contratado por contrato individual de trabalho, como músico da Orquestra de Macau deste Instituto, nos termos dos artigos 99.º da Lei Básica da RAEM, 1.º, n.º 4, alínea 3), da Lei n.º 14/2009, alterada pela Lei n.º 4/2017, 17.º e 18.º da Lei n.º 12/2015, 1.º, n.º 5, da Lei n.º 14/2009, alterada pela Lei n.º 12/2015 e n.º 1 da Ordem Executiva n.º 112/2014, a partir de 12 de Janeiro de 2018 a 31 de Agosto de 2018.

摘錄自本局局長於二零一七年十二月二十一日作出的批示：

應梁國輝的請求，其在本局擔任職務的個人勞動合同，自二零一七年十二月二十八日起予以解除。

摘錄自社會文化司司長於二零一八年一月五日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及第九條第三款的規定，本局第一職階一等技術員吳素貞，自二零一七年十月十六日起以不具期限的行政任用合同方式在本局擔任職務。

摘錄自本局代局長於二零一八年一月五日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及第六條的規定，黃宏智在本局擔任第一職階首席技術員的行政任用合同續期兩年，自二零一八年一月三十日起生效。

摘錄自社會文化司司長於二零一八年一月十二日作出的批示：

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第三十四條的規定，本局人員編制內第三職階首席特級行政技術助理員鄭建武在檢察長辦公室的徵用續期一年，自二零一八年三月一起生效。

摘錄自簽署人於二零一八年一月十二日作出的批示：

應何詠賢的請求，其在本局擔任職務的個人勞動合同，自二零一八年二月一起予以解除。

根據第12/2015號法律第四條，以及第14/2009號法律第十三條的規定，以附註形式修改梁耀輝在本局擔任職務的行政任用合同第三條款，晉階至第二職階二等技術員，薪俸點為370，自二零一八年一月四日起生效。

摘錄自簽署人於二零一八年一月十六日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條的規定，蕭詠儀在本局擔任第一職階首席特級照相排版員的行政任用合同續期兩年，自二零一八年二月十三日起生效。

Por despacho da presidente deste Instituto, de 21 de Dezembro de 2017:

Leong Kuok Fai — rescindido, a seu pedido, o contrato individual de trabalho, neste Instituto, a partir de 28 de Dezembro de 2017.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 5 de Janeiro de 2018:

Ng Sou Cheng, técnica de 1.^a classe, 1.^o escalão, deste Instituto — autorizado a exercer funções neste Instituto, em regime de contrato administrativo de provimento sem termo, nos termos dos artigos 4.^º e 9.^º, n.^º 3, da Lei n.^º 12/2015, a partir de 16 de Outubro de 2017.

Por despacho da presidente, substituta, deste Instituto, de 5 de Janeiro de 2018:

Wong Wang Chi — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de dois anos, como técnico principal, 1.^o escalão, neste Instituto, nos termos dos artigos 4.^º e 6.^º da Lei n.^º 12/2015, a partir de 30 de Janeiro de 2018.

Por despacho do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 12 de Janeiro de 2018:

Cheang Kin Mou, assistente técnico administrativo especialista principal, 3.^º escalão, do quadro do pessoal deste Instituto — prorrogada a sua requisição, pelo período de um ano, para desempenhar funções no Gabinete do Procurador, nos termos do artigo 34.^º do ETAPM, em vigor, a partir de 1 de Março de 2018.

Por despachos do signatário, de 12 de Janeiro de 2018:

Ho Weng In — rescindido, a seu pedido, o contrato individual de trabalho, neste Instituto, a partir de 1 de Fevereiro de 2018.

Leong Io Fai — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento progredindo para técnico de 2.^a classe, 2.^o escalão, índice 370, neste Instituto, nos termos dos artigos 4.^º da Lei n.^º 12/2015 e 13.^º da Lei n.^º 14/2009, a partir de 4 de Janeiro de 2018.

Por despacho do signatário, de 16 de Janeiro de 2018:

Sio Weng I Maria Rosa — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de dois anos, como operadora de fotocomposição especialista principal, 1.^o escalão, neste Instituto, nos termos do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, a partir de 13 de Fevereiro de 2018.

聲明

為著有關效力，茲聲明，根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十五條規定，本局第一職階一等技術輔導員溫楚君，自二零一八年一月三十日，即其到教育暨青年局擔任職務之日起，自動終止以長期行政任用合同方式在本局擔任之職務。

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que Wan Cho Kuan, adjunta-técnica de 1.^a classe, 1.^o escalão, deste Instituto, cessa, automaticamente, o contrato administrativo de provimento de longa duração, nos termos do artigo 45.^º do ETAPM, em vigor, a partir de 30 de Janeiro de 2018, data em que passa a exercer funções na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.

更正

因刊登於二零一八年一月三日第一期《澳門特別行政區公報》第二組內第33頁的聲明中葡文文本有不正確之處，現更正如下：

原文為：“……自二零一七年十二月三十一日起……”

應改為：“……自二零一八年一月一日起……”。

二零一八年一月十八日於文化局

代局長 楊子健

Rectificação

Por se ter verificado uma inexactidão na versão chinesa e portuguesa da declaração publicada no *Boletim Oficial da RAEM* n.º 1/2018, II Série, de 3 de Janeiro, a páginas 33, a seguir se rectifica:

Onde se lê: «... a partir de 31 de Dezembro de 2017...»

deve ler-se: «...a partir de 1 de Janeiro de 2018...».

旅遊局

批示摘錄

摘錄自社會文化司司長於二零一七年十一月十七日作出的批示：

高天成——根據第12/2015號法律第二十四條第三款（一）項及第四款之規定，其在本局擔任第二職階首席技術員之行政任用合同修改為長期行政任用合同，自二零一七年十月二十日起生效。

何娟——根據第14/2009號法律第十四條第一款（一）項、第十七條和第十八條，結合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十一條第一款之規定，晉升為第一職階首席顧問高級技術員，薪俸點為660，自二零一七年十一月二十四日起生效。

梁秀敏及譚靈燕——根據第14/2009號法律第十四條第一款（二）項、第十七條和第十八條，結合現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十一條第一款之規定，晉升為第一職階特級技術員，薪俸點為505，自二零一七年十一月二十四日起生效。

摘錄自本局局長於二零一七年十一月二十九日作出的批示：

Juliana Silvestre Wong——根據第12/2015號法律第六條第一款之規定，其在本局擔任第二職階特級技術員之行政任用合同，自二零一八年三月一起續期兩年。

聲明

謝慶茜——根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第四十五條之規定，其自二零一七年十二月十九日在文化局開始擔任職務之日起，自動終止在旅遊局以定期委任方式擔任副局長的職務。

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE TURISMO

Extractos de despachos

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 17 de Novembro de 2017:

Vicente Domingos Pereira Coutinho — alterado o contrato administrativo de provimento para contrato administrativo de provimento de longa duração, como técnico principal, 2.º escalão, nestes Serviços, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, alínea I), e 4, da Lei n.º 12/2015, a partir de 20 de Outubro de 2017.

Ho Kun — promovida para a categoria de técnico superior assessor principal, 1.º escalão, índice 660, nestes Serviços, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, alínea I), 17.º e 18.º da Lei n.º 14/2009, conjugados com o artigo 21.º, n.º 1, do ETAPM, vigente, a partir de 24 de Novembro de 2017.

Leong Sao Man e Tam Leng In — promovidas para a categoria de técnico especialista, 1.º escalão, índice 505, nestes Serviços, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, alínea 2), 17.º e 18.º da Lei n.º 14/2009, conjugados com o artigo 21.º, n.º 1, do ETAPM, vigente, a partir de 24 de Novembro de 2017.

Por despacho da directora dos Serviços, de 29 de Novembro de 2017:

Juliana Silvestre Wong — renovado o contrato administrativo de provimento, pelo período de dois anos, como técnica especialista, 2.º escalão, nestes Serviços, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015, a partir de 1 de Março de 2018.

Declarações

Tse Heng Sai — cessa, automaticamente, a sua comissão de serviço para o exercício das funções de subdirectora destes Serviços, nos termos do artigo 45.º do ETAPM, em vigor, a partir de 19 de Dezembro de 2017, data em que inicia funções no Instituto Cultural.

為著應有之效力，茲聲明沈頌年因終止在保安司司長辦公室顧問職務之定期委任，自二零一七年十二月二十日起返回本局編制內人員第一職階首席顧問高級技術員的原職位。

為著有關之效力，茲聲明：曾擔任旅遊局人員編制第三職階首席特級行政技術助理員飛茵瑜，因自願退休，自二零一八年一月二日起，終止於本局之所有職務。

二零一八年一月十二日於旅遊局

局長 文綺華

社會工作局

批示摘錄

摘錄自社會工作局行政及財政廳廳長於二零一七年十月二十五日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及第14/2009號法律第十三條第一款(二)項的規定，以附註形式修改吳遠茹及趙玉澄的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月九日起轉為第三職階特級技術員，薪俸點為545。

根據第12/2015號法律第四條及第14/2009號法律第十三條第二款(一)項的規定，以附註形式修改林培源的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月二十七日起轉為第二職階輕型車輛司機，薪俸點為160。

根據第12/2015號法律第四條及第14/2009號法律第十三條第一款(二)項的規定，以附註形式修改李俊健的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月三十一日起轉為第二職階二等行政技術助理員，薪俸點為205。

根據第12/2015號法律第四條及第18/2009號法律第十二條第二款的規定，以附註形式修改鄒宓及黃建彤的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月三十一日起轉為第五職階一級護士，薪俸點為470。

根據第12/2015號法律第四條及第14/2009號法律第十三條第二款(四)項及第三款的規定，以附註形式修改下列人員不具期限的行政任用合同第三條款，職級、職階和薪俸點分別如下：

李桃紅，自二零一七年十二月三日起轉為第七職階勤雜人員，薪俸點為180；

— Para os devidos efeitos se declara que, por ter cessado a comissão de serviço de Sam Chong Nin, no cargo de assessor do Gabinete do Secretário para a Segurança, o mesmo regressou ao lugar que detinha como técnico superior assessor principal, 1.º escalão, do quadro do pessoal destes Serviços, a partir de 20 de Dezembro de 2017.

— Para os devidos efeitos se declara que Natália dos Anjos Fernandes Sousa, assistente técnica administrativa especialista principal, 3.º escalão, do quadro do pessoal destes Serviços, cessou todas as funções nestes Serviços, a partir de 2 de Janeiro de 2018, por motivo de aposentação voluntária.

Direcção dos Serviços de Turismo, aos 12 de Janeiro de 2018.

— A Directora dos Serviços, *Maria Helena de Senna Fernandes*.

INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL

Extractos de despachos

Por despachos da chefe do Departamento Administrativo e Financeiro do Instituto de Acção Social, de 25 de Outubro de 2017:

Ng Un U e Chio Iok Cheng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento sem termo, com referência à categoria de técnico especialista, 3.º escalão, índice 545, nos termos do artigo 4.º Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 13.º, n.º 1, alínea 2), da Lei n.º 14/2009, a partir de 9 de Dezembro de 2017.

Lin Peiyuan — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do seu contrato administrativo de provimento, com referência à categoria de motorista de ligeiros, 2.º escalão, índice 160, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 13.º, n.º 2, alínea 1), da Lei n.º 14/2009, a partir de 27 de Dezembro de 2017.

Lei Chon Kin — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do seu contrato administrativo de provimento, com referência à categoria de assistente técnico administrativo de 2.ª classe, 2.º escalão, índice 205, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 13.º, n.º 1, alínea 2), da Lei n.º 14/2009, a partir de 31 de Dezembro de 2017.

Chao Mat e Wong Kin Tong — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento sem termo, com referência à categoria de enfermeiro, grau 1, 5.º escalão, índice 470, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 12.º, n.º 2, da Lei n.º 18/2009, a partir de 31 de Dezembro de 2017.

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos seus contratos administrativos de provimento sem termo, nas categorias, escalões e índices a cada um indicados, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, conjugados com o artigo 13.º, n.ºs 2, alínea 4), e 3, da Lei n.º 14/2009:

Lam Lei Tou Hong, como auxiliar, 7.º escalão, índice 180, a partir de 3 de Dezembro de 2017;

黎麗莎及章紅，自二零一七年十二月二十四日起轉為第八職階勤雜人員，薪俸點為200；

區振鴻及陳英傑，自二零一七年十二月二十四日起轉為第八職階技術工人，薪俸點為260；

黎寶珠，自二零一七年十二月二十七日起轉為第九職階勤雜人員，薪俸點為220；

陳永泉，自二零一七年十二月二十九日起轉為第九職階輕型車輛司機，薪俸點為280。

摘錄自社會工作局局長於二零一七年十一月十七日作出的批示：

根據第12/2015號法律第六條第一款的規定，下列工作人員在本局擔任如下職務的行政任用合同續期一年：

吳鳳琼及謝華采，第一職階二等技術員，分別自二零一七年十二月七日及十二月八日起生效；

黃兆能、巢曉峰、陸麗平、簡慧琛、陳童璇、李家榮、黃婉盈、陳振暉、張淑華、蔡可琪、廖海英、張依文、馮天朗、鄭凱欣、徐嘉欣及李俊健，第一職階二等行政技術助理員，首十二名及其餘四名，分別自二零一七年十二月八日及十二月二十二日起生效；

鄭芬，第一職階一等技術輔導員，自二零一七年十二月二十二日起生效；

陸銳山，第一職階輕型車輛司機，自二零一七年十二月十五日起生效；

許寶寶，第一職階勤雜人員，自二零一七年十二月二十二日起生效；

蔡潔敏，第七職階勤雜人員，自二零一七年十二月二十九日起生效。

摘錄自社會文化司司長於二零一七年十二月十二日作出的批示：

根據第12/2015號法律第二十四條第三款（一）項的規定，修改下列人員的行政任用合同為長期行政任用合同，職級、職階和生效日期分別如下：

鄭亮池，第一職階二等技術員，自二零一七年六月十九日起生效；

余潤基，第二職階二等技術員，自二零一七年六月二十七日起生效；

何翠儀、羅家裕及陳詠詩，第二職階二等技術員，首兩名及其餘一名，分別自二零一七年七月十一日及七月二十四日起生效；

Lai Lai Sa e Cheong Hong, como auxiliares, 8.º escalão, índice 200, a partir de 24 de Dezembro de 2017;

Ao Chan Hong e Chan Ieng Kit, como operários qualificados, 8.º escalão, índice 260, a partir de 24 de Dezembro de 2017;

Lídia Hyndman da Luz, como auxiliar, 9.º escalão, índice 220, a partir de 27 de Dezembro de 2017;

Chan Weng Chun, como motorista de ligeiros, 9.º escalão, índice 280, a partir de 29 de Dezembro de 2017.

Por despachos da presidente deste Instituto, de 17 de Novembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — renovados os seus contratos administrativos de provimento, pelo período de um ano, para exercerem as funções a cada um indicadas, neste Instituto, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 12/2015:

Ng Fong Keng e Che Wa Choi, como técnicas de 2.ª classe, 1.º escalão, a partir de 7 e 8 de Dezembro de 2017, respectivamente;

Huang Zhaoneng, Chau Hio Fong, Lok Lai Peng, Kan Wai Sam, Chan Tong Sun, Lei Ka Weng, Wong Un Ieng, Chan Chan Fai, Cheong Sok Wa, Choi Ho Kei, Lio Hoi Ieng, Cheong I Man, Fong Tin Long, Cheang Hoi Ian, Choi Ka Ian e Lei Chon Kin, como assistentes técnicos administrativos de 2.ª classe, 1.º escalão, a partir de 8 e 22 de Dezembro de 2017, para os primeiros doze e os restantes, respectivamente;

Cheang Fan, como adjunta-técnica de 1.ª classe, 1.º escalão, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Lok Ioi San, como motorista de ligeiros, 1.º escalão, a partir de 15 de Dezembro de 2017;

Hoi Pou Pou, como auxiliar, 1.º escalão, a partir de 22 de Dezembro de 2017;

Choi Kit Man, como auxiliar, 7.º escalão, a partir de 29 de Dezembro de 2017.

Por despachos do Ex.º Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 12 de Dezembro de 2017:

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterados os seus contratos administrativos de provimento para contratos administrativos de provimento de longa duração, nas categorias, escalões e datas a cada um indicados, nos termos do artigo 24.º, n.º 3, alínea I), da Lei n.º 12/2015:

Chiang Leong Chi, como técnico de 2.ª classe, 1.º escalão, a partir de 19 de Junho de 2017;

U Ion Kei, como técnico de 2.ª classe, 2.º escalão, a partir de 27 de Junho de 2017;

Ho Choi I, Lo Ka U e Chan Weng Si, como técnicas de 2.ª classe, 2.º escalão, a partir de 11 e 24 de Julho de 2017, para as primeiras duas e a restante, respectivamente;

張佩珊、謝凱茵及歐陽展達，第二職階二等技術員，分別自二零一七年八月十日、八月二十一日及八月三十一起生效；

鄭芬，第一職階一等技術輔導員，自二零一七年十一月十日起生效。

摘錄自社會工作局行政及財政廳廳長於二零一八年一月十一日作出的批示：

根據第12/2015號法律第四條及經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款（一）項及第二款的規定，以附註形式修改鍾玉輝的長期行政任用合同第三條款，轉為第一職階首席顧問高級技術員，薪俸點為660。

根據第12/2015號法律第四條及經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款（二）項及第二款的規定，以附註形式修改李俊健的行政任用合同第三條款，轉為第一職階一等行政技術助理員，薪俸點為230。

根據第12/2015號法律第四條及經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款（一）項及第二款的規定，以附註形式修改下列人員的不具限行政任用合同第三條款，合同其他條件維持不變：

黎景林及黃小英，轉為第一職階首席特級技術員，薪俸點為560；

區輕颺，轉為第一職階首席特級技術輔導員，薪俸點為450。

聲明

應鄧詠詩之要求，其擔任本局康復服務處處長之定期委任，根據第15/2009號法律第十七條第一款（一）項及現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十三條第六款之規定，於期滿後自動終止，並自二零一八年一月一日起返回其原職位，擔任本局人員編制第三職階顧問高級技術員。

應石寶玲之要求，其擔任本局家庭服務處處長之定期委任，根據第15/2009號法律第十七條第一款（一）項及現行《澳門公共行政工作人員通則》第二十三條第六款之規定，於期滿後自動終止，並自二零一八年一月一日起返回其原職位，擔任本局人員編制第二職階顧問高級技術員。

二零一八年一月十八日於社會工作局

局長 黃艷梅

Cheong Pui San, Che Hoi Ian e Ao Ieong Chin Tat, como técnicos de 2.^a classe, 2.^º escalão, a partir de 10, 21 e 31 de Agosto de 2017, respectivamente;

Cheang Fan, como adjunta-técnica de 1.^a classe, 1.^º escalão, a partir de 10 de Novembro de 2017.

Por despachos da chefe do Departamento Administrativo e Financeiro deste Instituto, de 11 de Janeiro de 2018:

Chong Iok Fai — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento de longa duração, com referência à categoria de técnico superior assessor principal, 1.^º escalão, índice 660, nos termos do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, conjugados com o artigo 14.^º, n.^ºs 1, alínea 1), e 2, da Lei n.^º 14/2009, alterada pela Lei n.^º 4/2017.

Lei Chon Kin — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a do seu contrato administrativo de provimento, com referência à categoria de assistente técnico administrativo de 1.^a classe, 1.^º escalão, índice 230, nos termos do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, conjugados com o artigo 14.^º, n.^ºs 1, alínea 2), e 2, da Lei n.^º 14/2009, alterada pela Lei n.^º 4/2017.

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.^a dos seus contratos administrativos de provimento sem termo, nos termos do artigo 4.^º da Lei n.^º 12/2015, conjugados com o artigo 14.^º, n.^ºs 1, alínea 1), e 2, da Lei n.^º 14/2009, alterada pela Lei n.^º 4/2017, mantendo-se inalteradas as demais condições contratuais:

Lai Keng Lam e Wong Sio Ieng, como técnicos especialistas principais, 1.^º escalão, índice 560;

Ao Heng Ieong, como adjunta-técnica especialista principal, 1.^º escalão, índice 450.

Declarações

Tang Veng Si, cessa automaticamente, a seu pedido, no termo do seu prazo, a comissão de serviço, como chefe da Divisão de Serviços de Reabilitação deste Instituto, regressando ao seu lugar de origem de técnica superior assessora, 3.^º escalão, do quadro do pessoal deste Instituto, nos termos dos artigos 17.^º, n.^º 1, alínea 1), da Lei n.^º 15/2009 e 23.^º, n.^º 6, do ETAPM, em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

— Seak Pou Leng, cessa automaticamente, a seu pedido, no termo do seu prazo, a comissão de serviço, como chefe da Divisão de Serviços Familiares deste Instituto, regressando ao seu lugar de origem de técnica superior assessora, 2.^º escalão, do quadro do pessoal deste Instituto, nos termos dos artigos 17.^º, n.^º 1, alínea 1), da Lei n.^º 15/2009 e 23.^º, n.^º 6, do ETAPM, em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

Instituto de Acção Social, aos 18 de Janeiro de 2018. — A Presidente do Instituto, Vong Yim Mui.

社會保障基金

批示摘錄

摘錄自社會文化司司長於二零一八年一月十一日作出的批示：

根據第15/2009號法律第五條及第26/2009號行政法規第八條及第九條之規定，本基金下列主管人員因具備適當經驗及專業能力履行職務，其定期委任獲續期一年，由二零一八年四月一日至二零一九年三月三十一日止。

楊婉麗擔任中央公積金制度廳廳長；

鄒光雄擔任基金發放處處長；

冼偉棠擔任組織及資訊處處長；

伍婉華擔任行政及財政處處長。

二零一八年一月十八日於社會保障基金

行政管理委員會主席 容光耀

文化產業基金

決議摘錄

摘錄自行政委員會於二零一八年一月九日會議作出的決議：

本基金第二職階二等技術員梁寶欣，屬行政任用合同人員，根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款（二）項、第二款、經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第五條，以及第12/2015號法律第四條第二款的規定，以附註形式修改合同第三條款，改為收取第一職階一等技術員的薪俸點400點，自本摘錄於《澳門特別行政區公報》公佈的日期起生效。

二零一八年一月十九日於文化產業基金

行政委員會委員 朱妙麗

地圖繪製暨地籍局

批示摘錄

按照簽署人於二零一七年十二月十二日作出的批示：

根據第14/2009號法律第十三條第二款（四）項、第三款、第四款，以及第12/2015號法律第四條的規定，以附註方式修改吳

FUNDO DE SEGURANÇA SOCIAL

Extracto de despacho

Por despachos do Ex.^{mo} Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, de 11 de Janeiro de 2018:

O seguinte pessoal de chefia, deste FSS — renovadas as comissões de serviço, pelo período de um ano, nos termos dos artigos 5.º da Lei n.º 15/2009 e 8.º e 9.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2009, por possuir competência profissional e experiência adequadas para o exercício das suas funções, de 1 de Abril de 2018 a 31 de Março de 2019:

Leong Iun Lai, como chefe do Departamento do Regime de Previdência Central;

Kuong Kuong Hong, como chefe da Divisão de Prestações;

Sin Vai Tong, como chefe da Divisão de Organização e Informática;

Ng Un Wa, como chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Fundo de Segurança Social, aos 18 de Janeiro de 2018. — O Presidente do Conselho de Administração, Iong Kong Io.

FUNDO DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS

Extracto de deliberação

Por deliberação do Conselho de Administração, na sessão realizada em 9 de Janeiro de 2018:

Leong Pou Ian, técnica de 2.ª classe, 2.º escalão, contratada em regime de contrato administrativo de provimento, deste Fundo — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do contrato com referência à categoria de técnico de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 400, nos termos dos artigos 14.º, n.os 1, alínea 2), e 2, da Lei n.º 14/2009, alterada pela Lei n.º 4/2017, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2017, conjugados com o artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 12/2015, a partir da data da publicação no *Boletim Oficial da RAEM* do presente extracto.

Fundo das Indústrias Culturais, aos 19 de Janeiro de 2018. — O Membro do Conselho de Administração, Chu Miu Lai.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

Extractos de despachos

Por despachos do signatário, de 12 de Dezembro de 2017:

Ng Wa Heng — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do contrato administrativo de provimento sem termo, com referência à categoria de auxiliar, 7.º escalão, índice 180, nestes

華興在本局擔任職務的不具期限的行政任用合同第三條款，轉為收取相等於第七職階勤雜人員職級的薪俸點180點，自二零一七年十二月十日起生效。

根據第14/2009號法律第十三條第一款(二)項、第四款，以及第12/2015號法律第四條的規定，以附註方式修改下列工作人員在本局擔任職務的不具期限的行政任用合同第三條款，自二零一七年十二月十日起生效：

鍾嘉良，獲轉為第二職階首席高級技術員，薪俸點565點；

區偉，獲轉為第二職階特級行政技術助理員，薪俸點315點。

按照簽署人於二零一八年一月十七日作出的批示：

根據經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款(二)項及第二款、經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第五條，以及第12/2015號法律第四條的規定，以附註方式修改鍾嘉良在本局擔任職務的不具期限的行政任用合同第三條款，晉級為第一職階顧問高級技術員，薪俸點600點，自公佈之日起生效。

聲明

茲聲明本局第一職階首席特級地形測量員盧石鵬，因自願退休而脫離公職，自二零一八年一月二日起生效。

二零一八年一月十七日於地圖繪製暨地籍局

局長 張紹基

地 球 物 理 暨 氣 象 局

批 示 摘 錄

摘錄自局長於二零一八年一月十六日作出之批示：

根據經第23/2017號行政法規修改的第14/2016號行政法規第五條及經第4/2017號法律修改的第14/2009號法律第十四條第一款(二)項的規定，並配合十二月二十一日第87/89/M號法令核准的《澳門公共行政工作人員通則》第二十二條第八款a)項，本局人員編制內技術員職程第二職階二等技術員Vera Lucia Delgado Varela，獲確定委任為本局人員編制內技術員職程第一職階一等技術員。

二零一八年一月十七日於地球物理暨氣象局

局長 譚偉文

Serviços, ao abrigo do artigo 13.º, n.º 2, alínea 4), 3 e 4, da Lei n.º 14/2009, conjugado com o artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 10 de Dezembro de 2017.

Os trabalhadores abaixo mencionados — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª dos contratos administrativos de provimento sem termo para exercerem funções nestes Serviços, ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, alínea 2), e 4, da Lei n.º 14/2009, conjugado com o artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, a partir de 10 de Dezembro de 2017:

Chong Ka Leong, para técnico superior principal, 2.º escalão, índice 565;

Ao Wai, para assistente técnico administrativo especialista, 2.º escalão, índice 315.

Por despacho do signatário, de 17 de Janeiro de 2018:

Chong Ka Leong — alterada, por averbamento, a cláusula 3.ª do contrato administrativo de provimento sem termo para técnico superior assessor, 1.º escalão, índice 600, nestes Serviços, nos termos dos artigos 14.º, n.º 1, alínea 2), e 2, da Lei n.º 14/2009, alterada pela Lei n.º 4/2017, e 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2017, conjugados com o artigo 4.º da Lei n.º 12/2015, a partir da data da sua publicação.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que Lou Seak Pang, topógrafo especialista principal, 1.º escalão, destes Serviços, foi desligado do serviço, para efeitos de aposentação voluntária, a partir de 2 de Janeiro de 2018.

Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro, aos 17 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, Cheong Sio Kei.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS METEOROLÓGICOS E GEOFÍSICOS

Extracto de despacho

Por despacho do director dos Serviços, de 16 de Janeiro de 2018:

Vera Lucia Delgado Varela, técnica de 2.ª classe, 2.º escalão, do quadro do pessoal da carreira de técnico destes Serviços — nomeada, definitivamente, técnica de 1.ª classe, 1.º escalão, do quadro do pessoal da carreira de técnico destes Serviços, nos termos dos artigos 5.º do Regulamento Administrativo n.º 14/2016, alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2017, e 14.º, n.º 1, alínea 2), da Lei n.º 14/2009, alterada pela Lei n.º 4/2017, conjugados com o artigo 22.º, n.º 8, alínea a), do ETAPM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro.

Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, aos 17 de Janeiro de 2018. — O Director dos Serviços, Tam Vai Man.